



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LEANDRO SANTOS FERREIRA

**O TEMA DO PATRIMONIALISMO NA MÍDIA BRASILEIRA:
Um estudo de caso dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo***

(2016-2021)

SALVADOR

2024

LEANDRO SANTOS FERREIRA

O TEMA DO PATRIMONIALISMO NA MÍDIA BRASILEIRA:

Um estudo de caso dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*

(2016-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção para o título de mestre em Ciências Sociais.

SALVADOR

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

F383 Ferreira, Leandro Santos
O tema do patrimonialismo na mídia brasileira: um estudo de caso dos jornais Folha de São Paulo e o Globo (2016-2021) / Leandro Santos Ferreira . – Salvador, 2024.
106 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2024.

1. Patrimônio cultural. 2. Discussões e debates. 3. Jornalismo. 4. Folha de S. Paulo. 5. Central Globo de Jornalismo. I. Regatieri, Ricardo Pagliuso. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 300

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ata da Reunião da Defesa Oral da dissertação de Leandro Santos Ferreira, intitulada: O TEMA DO PATRIMONIALISMO NA MÍDIA BRASILEIRA: Um estudo de caso dos jornais Folha de São Paulo e O Globo (2016-2021)

Foi realizada de forma remota, em **vinte e seis de janeiro de 2024**, na sala virtual no link: <https://meet.google.com/awd-dxdc-odg>, a defesa da dissertação do mestrando em Ciências Sociais **Leandro Santos Ferreira**, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. Assim, foi instalada a Banca Examinadora de Defesa Oral de da dissertação do referido aluno, intitulada: "**O TEMA DO PATRIMONIALISMO NA MÍDIA BRASILEIRA: Um estudo de caso dos jornais Folha de São Paulo e O Globo (2016-2021)**". Após a abertura da sessão pelo professor Ricardo Pagliuso Regatieri, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores **Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri (orientador)**, da **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia**; **Dr. Paulo Fábio Dantas Neto**, do **Programa de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia**; **Dr. Helio Maurício Pirajá Cannone**, do **Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia**. Com isso, foi dado o prazo de quarenta e cinco minutos para que a doutoranda fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca fizessem a exposição dos seus pareceres. O primeiro parecer foi apresentado pelo professor e orientador Ricardo Pagliuso Regatieri, o segundo pelo professor Paulo Fábio Dantas Neto, o terceiro pelo professor Helio Maurício Pirajá Cannone. Após a apresentação dos pareceres pelos membros da Banca foi dado o prazo de trinta minutos para que **Leandro Santos Ferreira** fizesse a sua réplica. Concluídas a exposição, leituras dos pareceres e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e deu a dissertação do referido mestrando como **APROVADA**. Nada mais havendo a tratar, eu, **Ricardo Pagliuso Regatieri**, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo mestrando. Salvador, 26 de janeiro de 2024.

Ricardo Pagliuso Regatieri

Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri

P. F. D. Neto

Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto

Helio Cannone

Prof. Dr. Helio Maurício Pirajá Cannone

Leandro Santos Ferreira

Nº ____

A verdade é que ninguém seria capaz de entender a força que você vem fazendo para se curar, para crescer, para estar aqui agora. Por esta razão, tudo que você deveria sentir é orgulho pela forma que luta por si. Afinal, ninguém mais poderia cumprir tal função com tanta maestria. Na sociedade que tem pressa para parecer inatingível, todos lhe dirão para simplesmente seguir em frente, mas só você conhece seu coração. Ninguém viu suas batalhas silenciosas. Ninguém foi e nem será capaz de medir seus esforços para cicatrizar feridas tão antigas e extremamente dolorosas. Esse é o seu lembrete, seus sentimentos são genuínos, tudo é válido, aqui você está seguro. Olhe para trás e veja o quão longe você já chegou. Eu sei, você já pensou que não fosse conseguir, mas veja só, você vem conseguindo, dia após dia, hora por hora, e por vezes foi pesado, foi confuso e mesmo assim, você não desistiu. Só pessoas muito corajosas conseguem fazer o que você está fazendo. Só bravos corações não desistem de renascer. Você passou por tanta coisa na mão desse mundo, mas isso não foi capaz de te derrubar. É lindo poder se ver nisso tudo. Você chegou até aqui! Parabéns por tudo que ainda há de vir. Você vai conseguir. Você sempre conseguiu e sempre conseguirá. (Texto: fonte desconhecida.)

AGRADECIMENTOS

Com imensa gratidão, desejo estender meus agradecimentos a todas as pessoas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para o desenvolvimento e êxito desta pesquisa. A jornada acadêmica é marcada por encontros significativos, e cada indivíduo mencionado merece um reconhecimento mais aprofundado.

Em primeiro plano, expresso minha profunda estima ao Prof. Dr. Ricardo Regatieri, meu orientador desde o primeiro semestre de 2017, até a elaboração dessa presente dissertação.

Ao Prof. Dr. Helio Cannone e ao Prof. Dr. Paulo Fábio, que compuseram a banca examinadora, manifesto minha apreciação pela generosidade em dedicar tempo e conhecimento à avaliação desta pesquisa. Sua participação enriqueceu o debate e a qualidade do trabalho.

Agradeço a FABESB, por ter me concedido uma bolsa que fez dar continuidade a pesquisa.

Não posso deixar de destacar a importância singular da minha mãe, cujo apoio foi um pilar fundamental desde os primeiros passos na graduação. Mesmo sendo analfabeta, sua sabedoria e apoio incondicional foram guias essenciais durante os desafios acadêmicos. O sonho de ser o primeiro da família a conquistar o ensino superior é, em grande parte, um reflexo da força e incentivo que ela me proporcionou. Expresso aqui meu profundo agradecimento a um indivíduo cujo altruísmo e dedicação marcaram a vida dos menos favorecidos, mesmo tendo recebido relativamente pouca gratidão em troca. Ressalto o notável projeto social idealizado pela pessoa que sempre esteve ao meu lado quando mais precisei e sempre que era possível: o saudoso Professor Miguel Silva (In memoriam).

O Prof. Miguel desviou-se da trajetória convencional, abandonando sua carreira no setor bancário para dedicar-se de corpo e alma à educação dos mais vulneráveis. Foi assim que surgiu o inspirador Curso Básico Vida (CBV), uma iniciativa que não apenas me beneficiou, mas também proporcionou a muitos jovens o suporte necessário para superar desafios educacionais, permitindo-lhes continuar seus estudos e almejar oportunidades mais promissoras.

Em 2023, lamentavelmente, o Prof. Miguel nos deixou, mas seu legado transcende o tempo e permanece vivo na memória daqueles que foram tocados por sua generosidade e paixão pelo ensino. Junto à sua dedicada família, ele construiu

um capítulo histórico em nossa cidade, lutando incansavelmente por uma causa frequentemente negligenciada pelos nossos governantes: a Educação.

Nossa sociedade carece de mais indivíduos comprometidos com a Educação e o bem-estar dos menos privilegiados, e o Prof. Miguel personificou essa nobre missão. Seu exemplo serve como um chamado para a formação de uma geração de "Professores Migueis", indivíduos que priorizam o impacto positivo na vida da comunidade e que, assim como ele, buscam construir um mundo mais justo e igualitário por meio da Educação. Que seu legado inspire futuras gerações a abraçarem a causa da Educação como um instrumento poderoso de transformação social.

O Curso Básico Vida (CBV) desempenhou um papel transcendental na minha jornada, indo além de um simples ambiente de aprendizado. Através dessa experiência, fui agraciado ao encontrar não apenas instrutores dedicados, mas também indivíduos notáveis que, de fato, moldaram e enriqueceram minha vida pessoal de maneiras que ultrapassam as barreiras do ensino formal.

Destaco com profundo apreço a presença marcante da querida Sirleide Albuquerque. Para além de sua expertise incomparável na gramática brasileira, Sirleide Albuquerque personifica a combinação rara de competência profissional, amabilidade e uma notável solidariedade para com as pessoas ao seu redor. Seu impacto transcendeu as fronteiras do CBV, tornando-a não apenas uma educadora exemplar, mas uma influência positiva e constante em minha trajetória pessoal.

Wilton Conceição, inicialmente meu professor de redação, transformou-se em um daqueles amigos que iluminam a jornada. Sua gentileza, generosidade e comprometimento ultrapassaram os limites da sala de aula, consolidando-se como uma presença constante em minha vida. A amizade que cultivamos evoluiu para algo mais profundo, tornando-se uma verdadeira irmandade à moda baiana, onde o sentido de família se estende além dos laços sanguíneos.

Marluce, filha do saudoso Prof. Miguel, não é apenas uma figura presente, mas uma fonte de suporte, risos e reflexões valiosas. Sua amizade, construída ao longo do tempo, destaca-se como um tesouro em minha vida, proporcionando não apenas momentos agradáveis, mas também lições inestimáveis.

Essas conexões, forjadas no contexto do CBV, vão muito além de simples relações acadêmicas. Elas se tornaram alicerces sólidos, fundamentais para meu desenvolvimento pessoal. Ao longo dessas experiências, pude perceber que o

aprendizado genuíno não está apenas nos livros ou nas fórmulas acadêmicas, mas sim nas experiências compartilhadas e nas relações humanas autênticas.

Portanto, meu agradecimento ao CBV não se limita ao conhecimento formal adquirido, mas se estende às conexões valiosas que floresceram nesse contexto. São essas interações que reforçam a ideia de que a educação, quando enriquecida por relações profundas, torna-se um catalisador para o crescimento pessoal e para a construção de uma rede de apoio que transcende as fronteiras acadêmicas.

Expresso minha profunda gratidão não apenas à Laiis Christian, minha melhor amiga, mas também a pessoa que se tornou meu porto seguro, com quem posso compartilhar os mais íntimos momentos da minha vida com total confiança. Sua presença é um tesouro inestimável, e agradeço por sua amizade genuína, que é um farol constante em minha jornada.

Além disso, estendo meus agradecimentos à mãe de Laiis, Cris, uma figura cuja escuta atenta e apoio incansável tornaram-se pilares fundamentais em minha vida. Sua torcida por minhas conquistas é um estímulo constante e algo pelo qual sou profundamente grato.

A Jade Barbosa, agradeço por ser uma amiga fiel, uma presença constante mesmo nas distâncias geográficas. Nossa amizade, longe de ser abalada pela distância, apenas fortaleceu-se ao longo do tempo. A reciprocidade e lealdade que partilhamos são tesouros raros e preciosos.

Ao Gilvan Santos, mesmo a distância, sinto a certeza do carinho e afeto que nutre por mim. Recordo com carinho os bons momentos que compartilhamos na escola e na vida. Observando sua trajetória, aprendi a valorizar os pequenos detalhes da vida, uma lição valiosa que levarei comigo.

Essas amizades são mais do que simples relações; são laços que transcendem o tempo e a distância. Cada pessoa mencionada contribuiu de maneira única para o meu crescimento pessoal, sou grato por ter compartilhado momentos significativos com cada uma delas. Que essas conexões especiais continuem a prosperar e enriquecer nossas vidas.

A acolhida calorosa e os valores inestimáveis transmitidos pela família Silva ocupam um lugar especial em meu coração. Lembro-me com carinho e gratidão da matriarca Joana Bispo (In memoriam), cujo legado de vida se tornou uma fonte inspiradora constante para meu desenvolvimento pessoal. Sua sabedoria e

generosidade deixaram marcas profundas em minha jornada, moldando a maneira como encaro desafios e aprecio as alegrias da vida.

Quanto à família, Santos e Ferreira, que compartilha os caminhos da minha trajetória, expresso meus sinceros agradecimentos. Sua presença foi um pilar essencial, não apenas fortalecendo meu percurso acadêmico, mas também enriquecendo meu crescimento pessoal. A troca de experiências e o apoio mútuo criaram laços valiosos que transcendem as fronteiras da convivência diária, tornando-os uma parte significativa do meu suporte emocional e social.

Expresso meu sincero agradecimento a Willys Santos, não apenas por dois anos de amizade, mas por uma jornada repleta de carinho, respeito e valiosas aprendizagens, que perduram e continuam a enriquecer minha vida.

Ao colégio Dr. Magalhães Neto, que foi palco de grande parte da minha trajetória educacional, expresso meu profundo agradecimento aos dedicados professores que não apenas compartilharam conhecimento, mas também acreditaram no meu potencial.

À querida família Vital, e, em particular, a Carol Vital, Joselito Vital e Frances Vital, quero expressar minha profunda gratidão pela presença constante e pelo apoio inabalável que recebi. Seu comprometimento nos momentos desafiadores, a parceria sólida, o carinho generoso, o afeto caloroso e a amizade verdadeira tornaram-se pilares fundamentais que carregarei ao longo de toda a minha vida.

Olívia Barbosa e Renata Nagamine, para além de suas valiosas contribuições à minha trajetória acadêmica, ocupam um espaço especial em minhas lembranças pela amizade enriquecedora que cultivamos, pelas conversas profundas e pelos conhecimentos significativos que compartilhamos. Agradeço por esses laços que transcendem o âmbito acadêmico, tornando a jornada educacional não apenas instrutiva, mas também repleta de conexões humanas significativas.

Ao meu fiel companheiro Iuri Campos, estendo um agradecimento sincero pela parceria inabalável que se estendeu ao longo de toda a formação acadêmica. Sua presença constante foi um suporte fundamental, tornando os desafios mais leves e as conquistas mais significativas.

Aos colegas proporcionados pela UFBA, incluindo Daniel Castro, Rebeca Nunes, Marianna, Nilvanita, Jeferson, Obede, Juliana, Celeste, Maicon e Junaica, expresso minha profunda gratidão por compartilharmos essa jornada única e

enriquecedora. Cada um de vocês trouxe perspectivas valiosas, criando uma tapeçaria diversificada de experiências que moldaram nossa caminhada acadêmica.

Que essas expressões de gratidão se transformem em um tributo não apenas aos feitos passados, mas também em um estímulo para o futuro. Que continuemos valorizar as relações humanas, a partilha de conhecimentos e a defesa incansável da educação e da ciência, construindo um legado que inspire gerações vindouras.

Expresso minha profunda gratidão à Pró-reitoria de Assistência Estudantil da UFBA, que generosamente me concedeu o auxílio moradia, desempenhando um papel crucial em possibilitar a minha permanência na universidade. Este apoio financeiro não apenas aliviou desafios logísticos, mas também permitiu que eu me concentrasse mais plenamente nos estudos e no crescimento acadêmico.

Além desse suporte institucional valioso, desejo dedicar um agradecimento especial a uma amiga extraordinária, uma verdadeira mulher das terras em que trilho meu caminho. Sua amizade é uma joia rara, marcada pela cumplicidade e apoio constantes. Mesmo após sua aposentadoria, sua presença persiste como um raio de luz em minha realidade, destacando-se como minha eterna assistente social da UFBA. Essa amiga excepcional vai além das funções tradicionais, proporcionando não apenas assistência profissional, mas também cultivando uma amizade invejável. Sua dedicação transcende os limites do trabalho, demonstrando um comprometimento genuíno com meu bem-estar e sucesso acadêmico.

Agradeço por essa parceria valiosa, que vai muito além de transações profissionais. Nossa amizade é um tesouro que valorizo profundamente, e agradeço por ela ser uma presença constante, mesmo diante das mudanças de circunstâncias. Que possamos continuar compartilhando não apenas o espaço acadêmico, mas também a jornada da vida, construindo memórias duradouras e experiências significativas juntos.

FERREIRA, Leandro Santos. "O tema do patrimonialismo na mídia brasileira": Um estudo de caso dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* (2016-2021). Orientador: Ricardo Pagliuso Regatieri. 106 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

A presente dissertação consiste em uma análise acerca do tema do patrimonialismo nos dois maiores jornais de circulação do Brasil, ou seja, *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Foram analisadas colunas e editoriais publicados no período de janeiro de 2016, mês em que ocorreu a queda do governo de Esquerda e a ascensão do Centro, até dezembro de 2021, período em que a Direita está governando. Para o estudo desta dissertação, foram analisadas 122 colunas de ambos os jornais, sendo 69 colunas da *Folha de São Paulo* e 53 do jornal *O Globo*, além de 40 editoriais de ambos os jornais, sendo 16 da *Folha de São Paulo* e 24 do jornal *O Globo*. A pesquisa tem como objetivo analisar sociologicamente como o patrimonialismo passou de um conceito sociológico para fazer parte integrante do debate público midiático. A partir dessa investigação, é possível analisar as dinâmicas estabelecidas entre o campo midiático, político e sociológico com o intuito de identificar pontos de convergências e divergências entre os campos. A análise das colunas editoriais, centro de grande comunicação pública, acaba por ser essencial na medida em que podemos ver como é o posicionamento dos jornalistas ligados à empresa de comunicação e até mesmo a opinião dos jornais através dos editoriais. A partir da análise feita, percebemos os argumentos mais utilizados e, tomando um pouco de referência da Teoria Fundamentada dos dados, acabamos por dividir os argumentos em três grandes categorias, sendo elas: Argumento Político-moral, Argumento Conceitual e Argumento Econômico. Para a investigação realizada na presente pesquisa, foram utilizados alguns softwares, como ATLAS.ti, que acabou sendo crucial para a codificação e categorização dos dados. Além da linguagem de programação Python, que auxiliou na raspagem de dados. Apesar de serem jornais distintos, percebe-se que há uma grande aproximação entre ambos, mas também se nota a priorização dos argumentos para caracterizar o patrimonialismo e como ele se desenvolve atualmente. Assim, esse achado corrobora com a defesa de que a investigação das colunas e editoriais possibilita identificar as diferentes opiniões que as instituições de comunicação defendem no debate público.

Palavras-chaves: Patrimonialismo; Debate Público; Jornalismo brasileiro; *Folha de São Paulo*; *O Globo*.

FERREIRA, Leandro Santos. "The theme of patrimonialism in the Brazilian media": A case study of the newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo* (2016-2021). Supervisor: Ricardo Pagliuso Regatieri. 106 f. il. Dissertation (Master's in Social Sciences) - Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

The present dissertation consists of an analysis on the theme of patrimonialism in the two largest circulation newspapers in Brazil, namely *Folha de São Paulo* and *O Globo*. Columns and editorials published from January 2016, the month when the Leftist government fell and the Center rose to power, until December 2021, a period in which the Right was in power, were scrutinized. For the purpose of this dissertation, 122 newspaper articles were analyzed from both newspapers, comprising 69 columns from *Folha de São Paulo* and 53 from *O Globo*, along with 40 editorials from both newspapers, including 16 from *Folha de São Paulo* and 24 from *O Globo*. The study aims to provide a sociological analysis of how patrimonialism evolved from a sociological concept to become an integral part of the media-public debate. Through this investigation, the dynamics established among the media, political, and sociological spheres are examined to identify points of convergence and divergence between these fields. The analysis of editorial columns, central to public communication, proves essential in revealing the stance of journalists affiliated with media conglomerate and even the opinion of newspapers through editorials. From the conducted analysis, prevalent arguments were identified and, drawing on the Grounded Theory of data, these arguments were categorized into three main groups: Political-moral Argument, Conceptual Argument, and Economic Argument. Several software tools, such as ATLAS.ti, were employed for data coding and categorization in the research. Additionally, the Python programming language was utilized for data scraping. Despite being distinct newspapers, a significant alignment is observed between them, along with a noticeable prioritization of arguments to characterize patrimonialism and its current development. Thus, this finding supports the argument that investigating columns and editorials allows for the identification of diverse opinions that communication institutions advocate in the public debate.

Keywords: Patrimonialism; Public Debate; Brazilian Journalism; *Folha de São Paulo*; *O Globo*.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FSP- Folha de São Paulo

HU-Unidade Hermenêutica

IVC-Índice Verificador de Comunicação

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PDF- Portable Document Format

PEC- Proposta de Emenda à Constituição

JPG- Joint Photographics Experts Group

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

SBH- Sergio Buarque de Holanda

STF- Supremo Tribunal Federal

STJ- Supremo Tribunal de Justiça

TFD- Teoria Fundamentada dos Dados

UDN- União Democrática Nacional

SUMÁRIO

Introdução	13
1. O conceito weberiano de patrimonialismo e sua recepção no Brasil	22
1.1 Weber e a conceituação de patrimonialismo.....	22
1.2 A recepção do conceito de patrimonialismo no Brasil.....	27
1.3 Conclusão	40
2. Mídia e Política.....	41
2.1 O poder da mídia e sua relação com a política	41
2.2 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal O Globo	48
2.3 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal Folha de S. Paulo.....	52
3. Patrimonialismo na mídia brasileira: conceito sociológico a vício político..	57
3.1 Seleção, codificação e análise empírica dos jornais FSP e O Globo	57
3.2 Patrimonialismo na mídia brasileira	66
4. Análise dos argumentos legitimadores do jornal O Globo	69
4.1 Análise do Argumento Político-Moral	69
4.2 Análise do Argumento Econômico.....	73
4.3 Análise do Argumento Conceitual.....	75
4.4 Análise dos editoriais do jornal O GLOBO	77
5. Análise dos argumentos legitimadores do jornal FSP (colunas).....	81
5.1 Análise do Argumento Político-Moral	81
5.2 Análise do Argumento Econômico.....	86
5.3 Análise do Argumento Conceitual.....	90
5.4 Análise dos editoriais do jornal FSP	92
Considerações finais	96
Referências bibliográficas.....	101

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o denominado patrimonialismo, entendido como a apropriação da esfera pública em favor de interesses privados. Assim, antes de qualquer coisa, o patrimonialismo é profundamente personalista, havendo confusão na separação entre a esfera pública e a privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal dominam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal (CAMPANTE, 2003, p. 160).

Antes de mais nada, ressalta-se que o objeto de pesquisa é a análise crítica da representação do patrimonialismo na mídia brasileira, com foco na política nacional. A pesquisa investigará como o patrimonialismo é retratado, discutido e interpretado nos meios de comunicação, com o objetivo de compreender o impacto dessas representações na formação de opiniões públicas e na percepção da política no Brasil. A pesquisa examinará como a mídia aborda o patrimonialismo como um fenômeno sociopolítico, avaliando as perspectivas, os discursos e as implicações envolvidas, e buscará identificar possíveis vieses e estereótipos presentes na cobertura midiática desse tema. O recorte temporal escolhido para esta pesquisa abrange o período de 2016 a 2021. Essa delimitação temporal foi feita de forma estratégica, pois nesse curto intervalo de tempo ocorreram eventos políticos significativos que moldaram a dinâmica política brasileira. Durante esse período, testemunhamos a destituição de Dilma Rousseff da presidência, marcando um ponto de inflexão no cenário político e a queda da Esquerda do poder.

Logo após o impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu a presidência, trazendo consigo uma perspectiva mais centrada em sua abordagem política. Seu governo representou uma transição marcante, introduzindo mudanças na condução das políticas públicas e nas relações políticas.

Além disso, esse período também presenciou o surgimento e a ascensão da chamada "Direita bolsonarista" com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Isso representou uma mudança significativa na paisagem política do país, com uma abordagem política que difere substancialmente das administrações anteriores.

Portanto, a escolha desse recorte temporal permite a análise aprofundada das mudanças políticas, ideológicas e sociais ocorridas no Brasil durante um período crítico de cinco anos, abrangendo a queda da esquerda, a gestão centrada de Michel Temer e a ascensão da direita bolsonarista ao poder. Isso possibilita uma compreensão mais completa e contextualizada das transformações políticas no Brasil recente.

Assim, no decorrer do desenvolvimento do patrimonialismo na mídia, acabamos por realizar o sumário que acabaria sendo o guia para o caminhar da pesquisa. A pesquisa está dividida em três capítulos centrais, sendo eles: O conceito weberiano de patrimonialismo e sua recepção no Brasil, Mídia e política e Patrimonialismo na mídia brasileira: de conceito sociológico a vício político.

No primeiro capítulo, abordo o conceito de patrimonialismo à luz da perspectiva weberiana, no qual o conceito do patrimonialismo emerge como um dos temas mais preeminentes na sociologia, particularmente sob a análise do renomado autor alemão Max Weber. Em sua obra "Economia e Sociedade", Weber explora o que a dominação realmente significa, definindo-a, de modo geral, como a capacidade de fazer com que outros cumpram seus comandos. Weber também argumenta que toda forma de dominação resulta em conflitos inerentes à busca pelo poder. Além disso, ele destaca que toda forma de dominação possui uma natureza administrativa, e o Estado em si é considerado "uma relação de domínio do homem sobre o homem, baseada no uso da violência legítima". Essa relação persiste desde que aqueles que são dominados continuamente reconheçam a autoridade reivindicada pelos dominadores (Weber, 2008, p. 58). Weber entende como patrimonialismo a não distinção entre as esferas "privada" e "pública". Havia, segundo ele, uma vinculação inquebrável com a tradição e, por isso, não havia o domínio de regras racionais.

A dominação patrimonial não conhece uma clara divisão entre a esfera pública e a privada. Assim, a máquina pública adquirida pelo tesouro senhorial não iria se diferenciar dos bens privados dele. E com isso, os interesses pessoais das autoridades não se distinguiriam da extensão administrativa da íntima, não havendo tal separação entre a seara do indivíduo em relação ao cargo público que ocupava.

Na recepção do conceito de patrimonialismo no Brasil, como um emaranhado do que é público e privado, ele sofreu diferentes interpretações. Diferentes autores buscaram explicar de maneira geral o que se entendia ser o atraso nacional perante

outros países. Em diferentes interpretações, o tema da assim chamada herança ibérica faz-se comumente presente.

Assim, busco de maneira mais objetiva, discutir as diferentes interpretações que o patrimonialismo acabou possuindo em sua recepção ao Brasil. Dito isso, início a discussão sobre as interpretações, com a de Sérgio Buarque de Holanda em que o autor estava preocupado com a predominância do patrimonialismo, que é uma transposição do patriarcalismo para o âmbito do Estado. Gilberto Freyre, por sua vez, havia discorrido sobre o patriarcalismo em sua obra "Casa-grande & Senzala" (1933), ainda que em Buarque de Holanda a avaliação da herança ibérica tenha sinal trocado em relação à de Freyre. Segundo Buarque de Holanda, com a predominância do patriarcalismo que tanto reinou na colonização nas relações sociais, haveria uma confusão das pessoas entre o público e o privado. Isto é, teria sido criado um dos principais obstáculos para a sociedade, uma vez que, mesmo com os desdobramentos que ocorreram na colônia até se tornar república, não a livrou de alguns empecilhos que afetaram diretamente a composição e desenvolvimento do Estado. No Brasil, conforme Buarque de Holanda, não teria chegado a se constituir o funcionário burocrático que Max Weber apresenta em "Economia e Sociedade".

Uma das críticas presentes em Buarque de Holanda (1963) é a respeito das fortes relações de laços de sangue e de coração tão presentes nos cidadãos, raízes trazidas a partir do patriarcalismo ibérico. Para o presente autor, a educação que as crianças recebiam dos pais acabava afetando a vida dos jovens, pois com a educação de "berço" que lhes eram repassadas, acabavam criando jovens que estão mais preocupados em pensar em primeiro lugar nos laços parentais e depois nos demais. E com isso, nem sempre os jovens cidadãos conseguiam se desvincular do vínculo doméstico, a mentalidade criada a partir do meio patriarcal. Esse problema discutido acabou acarretando um desequilíbrio social, levando à escolha de funcionários para exercer as funções públicas de acordo com a confiança pessoal ou laço familiar.

Com isso, Buarque acabou por realizar críticas a Freyre, na concepção do Estado como sendo uma extensão da família patrimonial e/ou até como sendo uma ampliação dos círculos familiares. Assim, ele discorre que o Estado, diferentemente do que sugere Freyre, nasce da transgressão da ordem familiar e doméstica. Mas no Brasil, escreve Buarque de Holanda, não era fácil para os portadores de posições políticas que demandassem responsabilidade compreenderem a distinção fundamental entre a esfera de domínio oficial e a privada.

Assim, ficam claras as referências que Buarque (1963) toma do conceito weberiano de patrimonialismo para explicar qual seria a contribuição do Brasil para o mundo: o “homem cordial”, que em suas palavras tinha “a hospitalidade, a generosidade e as virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitavam” (HOLANDA, 1963, p. 146), sendo incapaz de distinguir os interesses coletivos dos privados. Esse é o ponto principal da interpretação de Buarque, visto que pelo seu entendimento o brasileiro, por ter uma relação forte com os valores adquiridos com a família de aspecto patriarcal, acaba por não conseguir se afastar desses valores e trazê-los para dentro da vida pública.

Já Faoro, em sua obra "Os Donos do Poder" (1976), parte da noção da herança ibérica, visto que, segundo ele, foram criadas raízes de Portugal no “Novo Mundo”, pois a administração de poder patrimonial do estado português acabou sendo transferida para a colônia portuguesa e que acabou sendo fortalecida com a transferência da Corte portuguesa no século XIX e que acabou sendo continuada até a proclamação da República.

Assim, o patrimonialismo, para Faoro, acabou sendo a característica mais notória do Estado brasileiro. Ao retomar a história brasileira, o autor relata que a corte nunca conseguia bem público do bem particular, ou seja, “a propriedade do rei – suas terras e seus tesouros – se confundem nos seus aspectos público e particular. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa prévia, nos gastos da família ou em bens e serviços de utilidade geral.” (FAORO, 1976, p. 4 e 8).

Além disso, Faoro relata que no Brasil, assim como em Portugal, foi criada uma administração gerida pela vontade do governante, ou seja, um grupo/elite, que ele interpreta como sendo o “estamento burocrático” (FAORO, 1976, p. 4 e 8). O estamento, já presente no Estado português e instalado na colônia, visava garantir o sucesso das “empresas” portuguesas que, a princípio, exploraram o pau-brasil, passando para a construção de engenhos e a fabricação de açúcar, e mais tarde com a exploração do ouro. Os latifundiários possuíam o poder, por assim dizer, de um “capitão-governador”, cujo papel era administrar e enviar parte do lucro obtido à metrópole. Esse regime contribuiu para a acumulação primitiva de capital, servindo, além disso, à manutenção de privilégios, visto que o “comando da economia e da administração deveria, para conservar o já tradicional edifício do governo português, concentrar-se nas zelosas e ciumentas mãos, mãos ávidas de lucros e pensões, do estamento burocrático” (FAORO, 1976, p. 142).

Esse estamento, antes formado por aristocráticos portugueses, vivia à custa de uma burocracia de Estado, de uma burocracia atuante nos quadros da administração pública, ou seja, era necessário ter um quadro de profissionais que governasse a colônia de exploração. O estamento burocrático comandava o grande negócio instalado nas terras do Novo Mundo. Mas, com a Independência, este mesmo estamento não governaria mais um empreendimento, mas o conjunto das instituições públicas do Império, e com isso o estamento, que antes era integralmente português, passa a ser constituído por pessoas originárias do solo brasileiro.

Simon Schwartzman, em sua obra "Bases do Autoritarismo Brasileiro" (1988), segue uma linha de pensamento similar à proposta por Raymundo Faoro. Ambos argumentam que a trajetória política brasileira é, ao mesmo tempo, interdependente e autônoma em relação às demais esferas sociais da sociedade. Em outras palavras, Schwartzman sustenta que o elemento central para analisar o processo do desenvolvimento histórico e político do Brasil é o patrimonialismo, em contraste com o desenvolvimento ocidental-europeu, cujas raízes estão nas sociedades feudais.

Ainda para o autor, a persistente lacuna de desenvolvimento no Brasil é atribuída a um tipo específico de dominação tradicional: o patrimonialismo (Schwartzman, 1988). Esse conceito é fundamental para compreender a estrutura política e social do Brasil, onde o poder e os recursos são frequentemente distribuídos com base em relações de clientelismo, nepotismo e fidelidade pessoal, em vez de critérios racionais e impessoais. O patrimonialismo, segundo Schwartzman, tem raízes profundas na história brasileira e desempenhou um papel significativo na formação das instituições e práticas políticas do país. Portanto, essa abordagem destaca a importância de considerar o patrimonialismo como uma chave para compreender o contexto político brasileiro e suas complexidades históricas.

Por outro lado, Florestan Fernandes, em sua obra "A Revolução Burguesa no Brasil" (1974), traz consigo uma visão diferente dos demais, visto que, em sua concepção, passado e presente estão conectados simultaneamente. Segundo o autor, no período colonial ocorreram pequenas práticas patrimoniais que acabaram sobrevivendo em torno das grandes lavouras dos grandes senhores. Em decorrência disso, a terra passou a ser o objeto de transferência e perpetuação da estrutura de dominação patrimonial. Diante desse fato, o autor ainda afirma que, pelas esferas oficiais serem predominantemente dominadas pela burguesia estamental, vê-se a

“impossibilidade de romper formalmente com o passado”, o que acaba configurando como o “Estado-amálgama” (Florestan, 2006, p. 60).

Já Maria Sylvia de Carvalho Franco, diferentemente dos demais autores anteriormente discutidos, em sua obra "Homens Livres na Ordem Escravocrata" (1967), parte do pressuposto que a formação da sociedade brasileira se deu, desde a colonização, por deliberações econômicas capitalistas. A autora discorda das teorias de Faoro e Fernandes, porque o grupo dominante, para a autora, não apresenta uma formação patrimonial, tal como, cada um a seu modo, viam Buarque de Holanda, Faoro e Fernandes. Para a autora, nunca existiu no Brasil um patrimonialismo nos moldes weberianos, pois as relações de dominação, dependência e favor se prenderam desde o início a princípios capitalistas. Segundo ela, essas relações, no caso brasileiro, estavam “vinculadas à produção mercantil, ao poder econômico, à consolidação das instituições de um Estado soberano” (CARVALHO, 1967, p. 238).

Por uma ótica diferente dos demais, Jessé Souza (2000) afirma não existir um patrimonialismo aos moldes weberianos no Brasil, pois, segundo ele, o problema dos intelectuais brasileiros está na falta de contextualização histórica do conceito, diferentemente do patrimonialismo weberiano, em que está presente uma grande contextualização histórica. E isso acaba sendo um entrave para o autor, pois Faoro não tenta explicar as diferenças históricas do conceito weberiano e do presente período brasileiro, resumindo toda a sua teoria na expressão em que “sempre que temos Estado, temos um estamento que o controla em nome de interesses próprios, impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora” (SOUZA, 2000, p. 172). Em outras palavras, o conceito de patrimonialismo dos autores brasileiros, para Souza, nada mais é que “uma óbvia fraude conceitual, destinada a usar o prestígio científico de um dos mais importantes pensadores de todos os tempos, para legitimar uma ideia extremamente conservadora e frágil conceitualmente e lhe dar uma falsa aparência de rigor científico e de crítica social” (SOUZA, 2017, p. 162).

Já no segundo capítulo, intitulado Mídia e Política, parto para uma análise mais geral da mídia e sua relação com os meios de comunicação, além de realizar uma breve revisão da história dos jornais Folha de São Paulo e O Globo. Dito isso, em primeiro momento do capítulo, busco analisar como a mídia possui o poder de moldar o pensamento da população através das escolhas da equipe; assim, os temas escolhidos são os que acabam ganhando notoriedade no debate público.

Apesar disso, a mídia acaba sendo essencial para a vida pública; os próprios políticos e instituições governamentais acabam por utilizá-la como mediadora de comunicação com a população, como é bem retratado por Miguel (2001) ao afirmar que a relevância dos meios de comunicação deu-se através da dupla mediação promovida por eles. A primeira é a mediação do discurso político, uma vez que, com a alta disseminação e acesso, para que o público/sociedade consiga ter acesso ao conteúdo político, deve-se levar em conta que existe uma seleção prévia. Isso significa dizer que os meios de comunicação, os jornalistas, editores e afins acabam por filtrar quais temas serão noticiados e discutidos por seu público (ALECRIM, 2020). Ainda para Miguel (2001), para obter a atenção da sociedade, deve-se ganhar visibilidade na cobertura midiática. Diante desses pressupostos, entende-se que o debate público acaba por ser hoje mediado e, até mesmo, determinado pelas agências de comunicação e informação, que acabam por mobilizar os assuntos e informações relevantes que comporão a agenda pública (GOMES, 2004).

Já a segunda mediação ressaltada pelo autor auxilia na compreensão da centralidade em que as redes midiáticas acabam assumindo o papel de mediador em relação à própria realidade. Ou seja, na sociedade contemporânea, a habilidade de disseminação de representações da realidade social está inteiramente sob o comando da mídia (MIGUEL, 2001). Além disso, ainda segundo o autor:

Do conjunto inesgotável de eventos, banais ou extraordinários, que ocorrem todos os dias, o jornalismo elege um pequeno número que transforma em notícia e aos quais concede ampla circulação. Fora do seu circuito direto de relações pessoais e profissionais, o cidadão com só possui acesso aos eventos que passaram por este filtro; e, sobre tais eventos, tem acesso apenas aos aspectos que foram considerados dignos de veiculação (MIGUEL, 2001, pág. 3).

Além disso, com a obra "A mídia e a modernidade" (1988) do estudioso Thompson, pude desenvolver melhor a compreensão da mídia com a política e seu impacto para o debate público. Thompson argumenta que a mídia acaba possuindo um grande lugar de destaque na construção da modernidade e na formação da sociedade atual, visto que a mídia é a força ativa na construção dos valores e crenças.

Segundo o autor, desde o surgimento da indústria da imprensa nos séculos XV e XVI na Europa, até a emergência dos meios eletrônicos nos séculos XIX e XX, a estrutura da interação social modificou-se radicalmente. Para apresentar seu argumento, ainda resalta que, com o advento da "revolução digital", a sociedade acabou criando três tipos de interação que servem como uma estrutura analítica

norteadora para compreender as abordagens e especificidades da comunicação de massa. São eles: a primeira, a interação face a face, que acontece em uma situação de copresença, em que os indivíduos situados em um contexto específico compartilham, cara a cara, uma série de bens simbólicos e informações. No segundo tipo, a interação mediada, os indivíduos não compartilham do mesmo referencial de tempo e espaço, e as mensagens são transmitidas a partir do uso de meios técnicos (cartas, telefonemas, etc.). A terceira é a quase-interação mediada, forma específica criada pela comunicação de massa, na qual o contato não está mais restrito a um contexto específico, e muito menos, aos atores situados em tal espaço (THOMPSON, 1988).

Ainda neste capítulo, é pertinente contar a história dos jornais a serem analisados na presente pesquisa, Folha e O Globo, visto que acabam sendo jornais essenciais para a compreensão da mídia e também do debate público, já que, como é relatado por Miguel (2001), acabam por ser veículos que moldam o debate público. Além do mais, ambos os jornais tiveram presença marcada em grandes eventos da história brasileira, como Guerras Mundiais, a Ditadura Militar, Diretas Já, Redemocratização, Plano Real, governo Collor e seu impeachment, Lula 1 e 2, Dilma I e II, além do seu impeachment, eleição de Bolsonaro e afins.

A história dos jornais Folha de São Paulo e O Globo é de extrema importância para compreendermos o desenvolvimento da imprensa no Brasil, bem como a influência desses veículos na sociedade ao longo do tempo. Ambos são referências no jornalismo brasileiro e possuem trajetórias marcantes que refletem o contexto político, social e cultural do país.

Além disso, a história dos jornais já mencionados acima nos auxilia na compreensão das suas vozes, opiniões, ideologias e afins. Além disso, ambos os jornais acabam tendo fortes contribuições para a real complexidade do jornalismo brasileiro. Ao longo dos capítulos, me aprofundarei na história, tanto dos meios de comunicação de modo geral, quanto dos jornais mencionados.

Por fim, no último capítulo, abordo a parte que pode ser considerada a "cereja do bolo" deste estudo, pois é nele que apresento a metodologia utilizada e os resultados obtidos. Inicialmente, optei por realizar a coleta de dados por meio de raspagem de informações utilizando linguagem de programação. Posteriormente, encontrei inspiração na Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) para categorizar as colunas e editoriais em grupos-chave para fins de análise, resultando em três

categorias distintas: conceitual, econômica e política-moral. Uma vez concluída essa etapa, procedi à análise dessas categorias de forma criteriosa e as examinei em seções distintas. Nesse contexto, explorei como jornalistas e editoriais abordam o tema do patrimonialismo, ou melhor, como o conceito acabou sendo disseminado e debatido no âmbito público.

Dessa maneira, o capítulo final deste estudo oferece uma visão detalhada da metodologia empregada para a análise, bem como dos resultados obtidos ao categorizar e examinar as colunas e editoriais, proporcionando insights valiosos sobre como o patrimonialismo foi abordado e vulgarizado no discurso público.

1. O conceito weberiano de patrimonialismo e sua recepção no Brasil

1.1 Weber e a conceituação de patrimonialismo

Tendo como objetivo discutir, nos próximos capítulos do presente trabalho, a forma com que diferentes autores discutiram o conceito de patrimonialismo em relação à realidade brasileira para desenvolver suas análises, o objetivo deste capítulo é apresentar o arcabouço teórico desenvolvido por Weber com a ideia de patrimonialismo em sua consequente classificação como forma de dominação tradicional. Assim, torna-se necessário desenvolver neste capítulo alguns conceitos que foram usados pelo autor alemão ao longo de suas análises. Alguns deles são: poder e dominação. Estarei apresentando esses conceitos para embasar teoricamente as discussões a serem levantadas nos próximos capítulos.

No capítulo IX da sua obra "Economia e sociedade", Weber busca discutir a Sociologia da Dominação e seu impacto. Assim, o autor começa a discutir o conceito de poder e como ele se manifesta na sociedade. Diante disso, Weber afirma em seu texto que a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social e que a dominação nada mais é do que "um caso especial de poder" (Weber, 2015, p. 187). Além disso, o autor ressalta como o poder de dominação pode influenciar a sociedade, dando como exemplo a dominação econômica que influencia "decisivamente no caráter da estrutura de dominação de uma sociedade." (Weber, 2015, p. 188).

Dito isso, Weber, ainda em sua obra, discute como se dá a dominação e qual é o seu real conceito. Segundo o autor, a dominação nada mais é do que

"[...] a possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, podendo apresentar-se de formas mais diversas. Pode-se, por exemplo, compreender os direitos que a lei concede ao indivíduo, contra um ou vários, como o poder de dar ordens ao devedor ou ao não-autorizado, interpretando-se, portanto, todo o cosmo do direito privado moderno como descentralização da dominação nas mãos dos 'autorizados' pela lei."

Neste caso, o trabalhador teria diante do rei, etc., o que resultaria num conceito terminologicamente um tanto forçado e, em todo caso, apenas provisório, já que temos que distinguir, qualitativamente, por exemplo, entre as ordens dadas pelo poder judicial ao sentenciado e aquelas dadas pelo próprio credor ao devedor ainda não sentenciado. (Weber, 2015, p. 188).

Ainda para o autor, o conceito de dominação é muito amplo e pode ocorrer até nas relações sociais, no mercado (econômico, no caso), na igreja, no esporte, nas comunidades aborígenes e até nas discussões científicas. Assim, o conceito demasiadamente amplo mostra-se útil para grandes discussões.

Ademais, o autor alemão afirma a existência de dois tipos opostos de dominação (Weber, 2015), sendo de um lado a dominação em virtude de interesses (especialmente em virtude de uma situação de monopólio, muito ocorrido nos mercados econômicos, em que há uma forte influência dos donos dos monopólios nas decisões econômicas) e, por outro lado, a dominação em virtude de autoridade, ou seja, o poder de mando e dever de obediência. Assim, o tipo mais puro da primeira é a dominação monopolizadora no mercado, enquanto da outra é o poder do chefe de família, da autoridade administrativa (príncipe ou do Estado moderno), para o autor

“A primeira, em seu tipo mais puro, fundamenta-se exclusivamente nas influências que pode fazer, em virtude de uma propriedade garantida de alguma forma (ou de uma habilidade disponível no mercado), e que exerce sobre a ação formalmente ‘livre’ e aparentemente voltada para interesses próprios dos dominados, enquanto a última se baseia num dever de obediência, sem mais, que é considerado sem atenção a quaisquer motivos e interesses.” (Weber, 2015, pág. 189).

Para Weber, a dominação por meio da autoridade subdivide-se em três tipos distintos, que são bem discutidos por ele ainda em sua obra "Economia e Sociedade". Assim, para o autor, existem três tipos puros de dominação legítima, sendo elas: dominação legal, que é em virtude do estatuto, sua ideia principal é que qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma (Weber, 2015). A não obediência da pessoa é em virtude de seu próprio direito, entretanto a regra estatuída estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. A dominação carismática ocorre em virtude da admiração afetiva ao senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma), e também as suas particularidades como o heroísmo e o poder intelectual. A associação dominante é de caráter comunitário. O tipo que manda é o líder, e o que obedece é o apóstolo. Diante disso, a admiração ao chefe carismático dá-se por suas qualidades excepcionais e não em virtude do estatuto, como a dominação tradicional. Entretanto, quando o líder carismático é deixado de lado pelo seu deus ou quando sua força heroica se esvai ou quando a fé não é renovada pelo líder, para que isso não ocorra o líder carismático deve sempre renovar o seu carisma perante seus súditos, pois quando isso não ocorre o seu domínio torna-se caduco e o líder é esquecido. Por fim,

temos a dominação tradicional, a qual Weber afirma ser decorrente da virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais existentes. A forma mais pura da dominação tradicional é a dominação patriarcal. A associação dominante é de caráter comunitário. O tipo daquele que ordena é o “senhor”, e os que obedecem são “súditos”, enquanto o quadro administrativo é formado por “servidores”. Obedece-se a pessoas em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade (WEBER, 2015, p. 131). Além disso, o patrimonialismo é uma variação do tipo de dominação tradicional.

Destaca-se que o presente autor utiliza em seu arcabouço teórico alguns exemplos históricos que denotam a dominação ao longo dos anos, como, por exemplo, a relação dos escravizados com os senhores (proprietários), assim como a dominação que ocorria na Antiguidade, Idade Média e na Época Moderna entre os artesãos que trabalhavam na exportação para os comerciantes conhecedores do mercado, até a dependência da indústria caseira em suas diversas formas rigorosas e até o trabalho domiciliar com regulamento autoritário.

O interesse em discutir a dominação aqui é sobre o aspecto de sua vinculação com a “administração pública” democrática. Na medida em que toda dominação se caracteriza como uma administração, e como é bem sabido, toda administração precisa de algum tipo de dominação para haver direção. Esse poder sempre está nas mãos de alguém escolhido pela sociedade nos processos democráticos. Entretanto, como bem ressalta o autor (WEBER, 2015), o poder de mando pode ter uma aparência muito modesta, sendo o dominador considerado o “servidor” dos dominados e sentindo-se também como tal.

Embora, ressalte o autor, o poder que os dirigentes administrativos possuem seja limitado, pois ele é escolhido pela chamada “administração diretamente democrática”, ou seja, pelos processos democráticos para a administração de um curto período de exercício.

Diante dos fatos observados acima, Weber que as relações de dominações patrimoniais eram como fundamentos de complexos políticos, de extraordinária amplitude. Assim, o autor alemão começa a discutir como o Egito era governado pelo faraó, visto que o território egípcio era administrado como um único oikos, ou seja, casa/ambiente, com um governo patrimonial. Para o autor,

“A administração egípcia sempre conservou certos traços da economia de oikos, e o país era essencialmente tratado pelos romanos como um enorme

domínio imperial. O Estado dos incas e particularmente o Estado dos jesuítas no Paraguai tinham claramente o caráter de economias feudais. Mas as propriedades principescas diretamente administradas na forma de um senhorio territorial constituem em regra apenas uma parte de sua esfera de poder política, que abrange, além disso, outros territórios, não considerados domínios principescos, mas apenas politicamente por ele dominados. ” (Weber, 2015, pág. 239-240)

Os cargos patrimoniais, os cargos patrimoniais da Antiguidade surgiram com o “complexo de propriedades territorialmente dependentes e de fazendas de camponeses dependentes pertencentes a estas propriedades, exigem uma ‘administração’ organizada” (Weber, 2015, p. 251). Ou seja, o senhor/príncipe utilizava seus domínios para colocar na administração aqueles que estavam submissos a seus desígnios. De início, o senhor/príncipe dava prioridade aos seus funcionários do círculo pessoal que, obviamente, eram submetidos a ele, em decorrência de seu senhorio corporal, ou seja, dos escravos e dependentes.

A contratação dos mais próximos não se dava apenas por laços pessoais, mas por obediência dos súditos perante o senhor. Entretanto, havia um problema na administração que tanto é discutido pelo autor, pois os súditos do senhor que não eram “escalados” nas funções oficiais acabavam por ficar descontentes com o poder concedido aos não-livres. Isso ocasionava, em alguns momentos, “crises” estruturais e até a ruína da admiração vigente.

Além disso, destaca-se também que o funcionalismo patrimonial após a divisão de cargos estruturais e a racionalização, principalmente nas tarefas escritas e o estabelecimento das hierarquias de instâncias, pode assumir aspectos burocráticos. No entanto, Weber destaca que os funcionários patrimoniais contratados pelos senhores podem assumir traços burocráticos.

“Para o cargo falta sobretudo a distinção burocrática entre a esfera ‘privada’ e a ‘oficial’ (Weber, 2015, p. 254). O chefe patrimonial, por assumir cargos políticos, acaba por confundir as esferas. Assim, toda a esfera política é tratada como um assunto puramente pessoal. Além disso, todas as propriedades e até o exercício do seu governo acabam se tornando parte integrante do seu patrimônio pessoal. Diante disso, o chefe patrimonial exerce o poder conforme seu livre arbítrio, tendo suas vontades como únicas e universais e que não imponha limites.

Com a escolha do senhor em colocar seus súditos na administração, a burocracia acaba se tornando uma grande oposição ao funcionário patrimonial, visto que a burocracia acaba por se tornar irrisória, devido à relação direta do funcionário

com o chefe. Nesse contexto, a fidelidade ao cargo se dá puramente por obediência ilimitada ao cargo que lhe foi concedido. Além disso, a fidelidade destacada por Weber não se trata da objetividade do servidor perante as tarefas, nas quais há deliberações mediante regras e afins; mas é a fidelidade de criado/súdito que se refere ao senhor não de maneira profissional, mas pessoal, tornando-se assim ao princípio universal de piedade e fidelidade ao chefe. Quando não havia obediência e afins, resalta o autor alemão, o rei/chefe, acaba por ameaçar os funcionários. O cargo, juntamente com o exercício do poder público, está a serviço da pessoa do senhor, por um lado, e do funcionário agraciado com o cargo, por outro, e não de tarefas “objetivas”.

Em termos gerais do patrimonialismo, a administração, que está normalmente vinculada à “experiência” e possivelmente às “habilidades” concretas que exige tais condições como condições propriamente prévias, acabam sendo rejeitadas no modo patrimonialista de administração, pois não exige um “saber técnico” racional ou afins. O que era decisivo na sua escolha era basicamente o seu grau de posição enquanto funcionário do rei/príncipe. Deste modo, o Estado patrimonial seria o típico representante da existência de um vínculo inquebrável à tradição (WEBER, 2015), de um lado, e, por outro, a troca do domínio de regras “racionalis” pela que o autor intitula de “Justiça de gabinete” em que o senhor acabava por decidir o certo do errado e juntamente com seus juízes (súditos) a quem lhe devia fidelidade acabavam por obedecer às penas que foram instituídas pelo rei. Ainda no Estado patrimonial, a “objetividade burocrática e do que seria o ideal, fundamento na vigilância abstrata de um direito universal e objetivo, da administração sem qualquer tipo de considerações pessoais, rege o oposto. Diferente do Estado patrimonial em que tudo se baseia nas “vontades pessoais”, em outras palavras, na “avaliação do solicitante concreto e de seu pedido concreto e em relações, atos de graça, promessas e privilégios puramente pessoais” (Weber, 2015, p. 264).

Os Estados patrimoniais que Weber discute em seu texto são o do Egito e o chinês. Sendo que o do Egito desenvolveu-se mediante um seleto grupo de funcionários dependentes da corte que foram escolhidos pelo Faraó, no entanto, com o passar dos anos houve a necessidade de contratar funcionários, mas de forma extrapatrimonial, em decorrência da “ascensão da classe dos escribas” (Weber, 2015, p. 267), mas claro deixando claro a sua fidelidade perante as ordens/dependências perante o rei patrimonial. Não muito diferente do Estado patrimonial do Egito, a China acabava por também possuir um Estado patrimonial, o Estado chinês acaba por

possuir as mesmas características do Egito, no entanto, a China acabou por impor algumas regras para que não houvesse risco de acontecer e para evitar as clientelas de patronagem e o surgimento de monopólios locais em relação aos cargos, diante disso o rei patrimonialista chinês acabou por implantar medidas restritivas, como: gestão a curto prazo, impossibilidade de nomeação em região onde o funcionário tenha familiares, vigilância por espiões, além de exames de qualificação e de certificados de conduta. Em outras palavras, diferente do estado egípcio, na China havia uma seleção de funcionários, que se dava através da teoria e na maioria, na prática.

Em outras palavras, Weber entende como patrimonialismo a não distinção entre as esferas “privada” e “pública”. Havia, segundo ele, uma vinculação inquebrável com a tradição e por isso não havia o domínio de regras racionais. A dominação patrimonial não conhece uma clara divisão entre a esfera pública e a privada. Assim, a máquina pública adquirida pelo tesouro senhorial não iria se diferenciar dos bens privados dele. E com isso, os interesses pessoais das autoridades não se distinguiriam da extensão administrativa da íntima, não havendo tal separação entre a seara do indivíduo em relação ao cargo público que ocupava.

Na recepção do conceito de patrimonialismo no Brasil, como um emaranhado do que é público e privado, ele sofreu diferentes interpretações. Diferentes autores buscaram explicar de maneira geral o que se entendia ser o atraso nacional perante outros países. Em diferentes interpretações, o tema da assim chamada herança ibérica faz-se comumente presente.

1.2 A recepção do conceito de patrimonialismo no Brasil

Na recepção do conceito de patrimonialismo no Brasil, como um emaranhado do que é público e privado, ele sofreu diferentes interpretações e acabou sendo "vulgarizado" em diferentes aspectos. Diversos autores buscaram explicar de maneira geral o que se entendia ser o atraso nacional perante outros países. Em diferentes interpretações, o tema da assim chamada herança ibérica faz-se comumente presente.

Em primeiro momento, discutiremos a interpretação formulada por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra "Raízes do Brasil" (1963). O autor via que no Brasil a família acabava por se misturar com o Estado pelo forte predomínio dos desejos

privados que se encontram nos próprios círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação pessoal, como bem relata o autor:

"Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera por excelência dos chamados 'contatos primários', dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós." (Holanda, 2015, p.160)

Com essa noção e esse contexto, ressaltado pelo autor, havia no Brasil um perfeito "berçário" para a criação e desenvolvimento do homem cordial que, dentre muitos adjetivos presentes: a gentileza, hospitalidade e, sobretudo, a generosidade, características que, segundo o autor, possuem exclusivamente o caráter brasileiro. O homem cordial, segundo o autor, dá prioridade às relações familiares em detrimento dos laços impessoais, sendo esses traços todos, as influências da coabitação humana e patriarcal que se funda na emoção de riqueza transbordante. Ou seja, para se ter clientela era necessário ter-se antes um amigo (Holanda, 2015).

Para o presente autor, a educação que as crianças recebiam dos pais acabava afetando a vida dos jovens, pois com a educação de "berço" que lhes era repassada acabavam criando jovens que estão mais preocupados em pensar em primeiro lugar nos laços parentais, e depois nos demais. E com isso, nem sempre os jovens cidadãos conseguiam se desvincular do vínculo doméstico, a mentalidade criada a partir do meio patriarcal. E esse problema discutido acabou acarretando um desequilíbrio social, levando à escolha de funcionários para exercer as funções públicas conforme a confiança pessoal ou laço familiar.

Devido a esse problema, Buarque (1963) faz críticas à concepção do Estado como sendo uma extensão da família patriarcal ou até mesmo sendo uma ampliação do círculo familiar, mirando Freyre mais especificamente. Assim, ele discorre que o Estado, diferentemente do que sugere Freyre, nasce da transgressão da ordem familiar e doméstica.

Diante disso, o "homem cordial" tão bem falado pelo autor, formado por laços afetivos de sangue e de coração, acaba sendo prisioneiro das fortes relações que acabaram sendo criadas na coabitação doméstica e acaba por possuir uma forte dificuldade em compreender a principal distinção entre os domínios públicos e do privado. Esta característica acaba por remeter ao patrimonialismo que acaba por lhe deixar faltar a ordenação impessoal que caracteriza a vida do Estado burocrático.

A principal característica patrimonial dos quadros de funcionários públicos no Brasil acabou sendo explicitada no predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (Holanda, 2015, 163).

Assim, com todo esse perfil discutido no decorrer da sua obra, confirma-se, para Holanda, a seguinte expressão debruçada por ele, "que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial". A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (Holanda, 2015, p. 160).

Assim, o conceito da atualidade de "homem cordial" de SBH, definido em sua obra, não é de um ser pacífico e neutro ou cheio de bonomia, mas de alguém que dá prioridade aos feitos íntimos, diretos, escolhidos por critérios pessoais que muitas das vezes acabam sendo uma forte extensão familiar, em lugar das mais complexas como as determinadas entre o cidadão e o Estado. Dentro deste viés, podemos entender que a "cordialidade" brasileira, por um lado, significa acolhimento caloroso do grupo, e, por outro, em questões de contrariedade, a reação violenta e excludente do adversário. Em notas ao capítulo 5, em Raízes do Brasil, SBH bem define esta situação:

Cumprir ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem, efetivamente, para recorrer a termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos "grupos primários", cuja unidade, segundo observa o próprio elaborador do conceito, "não é somente de harmonia e amor" (Holanda, 2015, p. 219)

Assim como para Buarque, Raymundo Faoro em sua obra Os Donos do Poder (1976) parte da premissa da herança ibérica por criar raízes no "Novo Mundo", visto que a administração de poder patrimonial do Estado português foi transferida para a colônia americana, fortalecida pela migração da Corte portuguesa no século XIX e tida como modelo que organizou a Independência, o Império e a República no Brasil.

De antemão, destaca-se que Faoro teve como referência os conceitos weberianos, mas que não os incorporou integralmente, estando distante, muitas vezes, dos conceitos que se encontram nas obras weberianas, visto que Weber, para tratar de tal assunto, traz, juntamente com o conceito, uma grande contextualização acerca do Antigo Egito e do Império chinês, enquanto Faoro pensa o patrimonialismo a partir do mundo ibérico e “[...] tem plena consciência dessa infidelidade ao weberianismo. Considera-a, entretanto, um ajustamento necessário à sua teoria — a heterodoxia à teoria weberiana dever-se-ia a particularidades da América Ibérica” (Campante, 2003, p. 163).

Para Faoro, mesmo com as mudanças ocorridas no modelo de administração em face do passado colonial até a República, o patrimonialismo é a característica mais notória do Estado-nacional brasileiro. E, ao estudar a fundo a histórica estrutura de dominação do Estado brasileiro, notou que os bens públicos não se desprendiam do núcleo de bens do governante. Faoro afirmava que a Coroa havia conseguido através de grandes golpes de reconquista um enorme patrimônio rural, cuja propriedade gerava confusão entre o domínio da realeza, colocando o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguem mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe. “A propriedade do rei – suas terras e seus tesouros – se confundem nos seus aspectos público e particular. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa prévia, nos gastos da família ou em bens e serviços de utilidade geral.” (FAORO, cit, p. 4 e 8).

O autor segue discutindo sobre o desenvolvimento de um mesmo tipo de administração que tanto em Portugal como no Brasil seguia moldes patrimoniais, daí decorrendo um tipo de organização política patrimonial gerida pela vontade administrativa do governante, que se apropriava do Estado juntamente com seus funcionários. Esse grupo/elite, constituía, de acordo com Faoro, o “estamento burocrático” (FAORO, cit, p. 4 e 8).

O estamento já presente no Estado português e instalado na colônia visava garantir o sucesso das “empresas” portuguesas que a princípio exploraram o pau-brasil, passando para a construção de engenhos e a fabricação de açúcar e mais tarde com a exploração do ouro. Os latifundiários possuíam o poder, por assim dizer, de um “capitão-governador”, cujo papel era administrar e enviar parte do lucro obtido à metrópole. Esse regime contribui para a acumulação primitiva de capital, servindo, além disso, à manutenção de privilégios, visto que o “comando da economia e da

administração deveria, para conservar o já tradicional edifício do governo português, concentrar-se nas zelosas e ciumentas mãos, mãos ávidas de lucros e pensões, do estamento burocrático” (FAORO, 1976, p. 142).

Esse estamento, antes formado por aristocratas portugueses, vivia à custa de uma burocracia de Estado, de uma burocracia atuante nos quadros da administração pública, ou seja, era necessário ter um quadro de profissionais que governasse a colônia de exploração. O estamento burocrático comandava o grande negócio instalado nas terras do Novo Mundo. Mas, com a Independência, este mesmo estamento não governará mais um empreendimento, mas o conjunto das instituições públicas do Império, e com isso o estamento, que antes era integralmente português, passa a ser constituído por pessoas originárias do solo brasileiro.

O Brasil monárquico possuía, no cerne de sua administração, um aparelho burocrático que, todavia, estava sob a tutela de indivíduos hierarquizados segundo regras tradicionais. Diferentemente da administração pública racional-legal, postulada por Weber (2015), aqui estava presente uma do tipo tradicional, que só operava devido à composição que a mesma constituía, o patrimonialismo.

Em suas análises sobre o assunto, Faoro argumentou que o tal modelo institucional nada mais é do que uma formação política patrimonial gerida pelas vontades pessoais do príncipe/governante, este por estar repleto de súditos e funcionários leais que usufruíam do aparato público em benefício próprio e de certo grupo privilegiado. Sendo assim, esse determinado grupo ou elite que está no topo da hierarquia acaba constituindo o “estamento burocrático”. Um grupo de notáveis conduzia, comandava e supervisionava os conteúdos de origem pública em uma ordem meramente patrimonial, ou seja, tal particularidade é uma camada de indivíduos que se organiza e é definida pelas suas relações com o Estado, e esse determinado grupo é o que ele chama verdadeiramente de “donos do poder”. Assim, a máquina de poder do estamento é a autoridade patrimonial do Estado, manifestada em um grau centralizador e sob o controle de uma camada política que tende a desprezar a separação do público e privado. Deste modo, a autoridade pessoal reina e o distanciamento do Estado e dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade.

Diferentemente dos demais intelectuais já discutidos, Florestan utiliza a sociologia histórica como base de trabalho para a elaboração de sua problemática, assim o presente autor busca ao longo de sua obra "Revolução Burguesa" apresentar

como a categoria explicitamente, calcada na obra de Weber, acabou sendo utilizada na reconstrução dos sistemas históricos essenciais para a elaboração do assim chamado “Brasil moderno”, que ocasionaram a superação do sistema colonial que acabou sendo vigente por muitos séculos, além da conformidade da sociedade nacional da época.

A exposição a seguir tem por objetivo central mostrar como foi adaptado o conceito weberiano que Fernandes utiliza como cerne principal de sua interpretação dos processos históricos brasileiros.

Assim, tem como princípio chave a discussão proferida pelo autor no que tange ao processo de colonização do assim chamado “Novo Mundo”. O autor acaba por se inserir em uma longa tradição de estudos que vê as instituições e as relações sociais que foram transportadas de Portugal para a colônia como sendo importantes para a criação da nova sociedade.

Diante disso, o autor relata que na colonização, os portugueses acabaram por ramificar no Novo Mundo a ordem social vigente em Portugal, no caso no período do descobrimento e da conquista da terra. Assim ocorreu nas novas terras portuguesas uma tentativa de “preservação e de adaptação de todo um corpo de instituições e de padrões organizatórios-chaves, com vistas à criação de um ‘novo Portugal’ [...] que deveria emergir das condições sociais de vida de uma colônia de exploração” (Fernandes, 2010, p. 64).

Diante disso, percebe-se que é de suma importância compreender esses momentos iniciais da formação da sociedade brasileira, a qual sua maior característica é a “ordem social que tinha vigência em Portugal”, assim como a estrutura do Estado português. E é nessa característica do Estado português que o presente autor utiliza como ponto-chave em sua conceituação acerca do patrimonialismo weberiano, como ele bem afirma:

“Se tomarmos como ponto de referência teórica as conclusões de M. Weber em seu estudo comparado do patrimonialismo e do feudalismo, o império colonial português da época dos descobrimentos, da expansão marítima e da conquista organizava-se como um complexo Estado patrimonial (Fernandes, 2010, p. 67).”

A partir da citação acima retirada da obra do autor, fica claro como o mesmo estará utilizando o conceito de “patrimonialismo” e deixando bem explícita a utilização do conceito weberiano como sendo central para a sua interpretação. No entanto, sua interpretação por vezes parece suave como “genérica”, mas porque o patrimonialismo

encontrado no Brasil seja somente uma “simples” transposição da estrutura já consolidada no Estado português. Assim, devido a sua realidade, o conceito utilizado pelo autor acaba por ser abordado de maneira diferente.

Fernandes vê o Estado brasileiro não somente como composto por um quadro administrativo pessoal do príncipe e afins, mas também a maneira que os “privilégios” acabam sendo utilizados de forma privada, somente para os laços de sangue/afetividade. E tal problemática exposta pelo autor acaba sendo importante na medida em que contribui para a compreensão da maneira como o “processo de colonização vai se desenvolver, no sentido de beneficiar os interesses dos setores ligados à Coroa portuguesa, por meio de relações patrimoniais” (Júnior, 2012, p. 19).

Com a implantação da ordem social portuguesa nas terras virgens, iniciou-se o processo de estruturas de poder iniciada com as demarcações de terras que ora serviram como elemento crucial para a consolidação do Estado patrimonial. Ocasionalmente assim a forte concentração de latifundiária, entretanto, com essa forte concentração de latifúndio ocorreu uma grande consequência que é a exclusão da massa livre que acabou ficando sem poder, sem-terra e sem direitos com o Estado. E como relata o autor, a terra acabou como “base material da transferência e da perpetuação de uma arraigada estrutura de privilégios e da própria dominação patrimonialista” (Fernandes, 2010, p. 69).

A problemática fundiária tem estado presente ao longo dos anos na sociedade brasileira, devido à forte exclusão das massas que acabaram por se tornar subordinadas aos grandes latifundiários. Assim, surge outra problemática bem elucidada por Florestan:

Uns não identificavam em nenhum ponto os seus interesses sociais com os destinos do Estado; outros identificavam-nos demais. Essa foi a herança recebida pela República. O que foi feito dela? O que não poderia deixar de ser feito. O Estado assumiu de vez o belo aspecto das coisas dúplices: “Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento”. Ele possuía uma organização, do ponto de vista jurídico; outra, que era a sua antípoda, do ponto de vista prático (Fernandes, 2008b, p. 99).

Assim, o patrimonialismo relatado pelo autor não estava somente na estrutura estatal, mas também nas relações sociais de domínio presentes em torno das grandes lavouras. Ou seja, a dominação patrimonialista colonial brasileira funcionava como um arquipélago, pois operava como pequenas “ilhas” independentes que exerciam grande influência nos mecanismos estatais, especialmente nos diversos aspectos administrativos. Portanto, os latifundiários acabavam utilizando mecanismos estatais

para manter seus privilégios. Consequentemente, no Estado nacional em que as esferas oficiais eram plenamente dominadas por essa burguesia estamental, observa-se a “impossibilidade de romper formalmente com o passado”, configurando-o como o “Estado-amálgama” (Florestan, 2006, p. 60).

Em decorrência dos problemas acima citados, Florestan relata que devido aos fortes domínios senhoriais, essa influência acabou sendo transportada para os destinos da sociedade nacional da época. Isso resultou na conversão do domínio patrimonial em dominação estamental, o que o próprio autor chama de “burocratização da dominação patrimonialista” (Fernandes, 2006, p. 80). Assim, o autor passa a olhar para a estrutura estatal com outra visão, ainda influenciado por Weber, mas deixando de lado a dominação patrimonial e focando agora na dominação patrimonial-estamental.

Diante disso, Fernandes compreende que, devido a tais problemáticas e suas raízes históricas, econômicas e políticas, o presente se vê preso ao passado como se fosse uma cadeia de ferro, encadeando a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’ (Florestan, 2006, p. 200).

Como já mencionado, muitos intelectuais buscaram decifrar o patrimonialismo por diferentes vertentes, e Simon Schwartzman não foi diferente dos demais. Assim, em sua obra “Bases do autoritarismo brasileiro”, o autor articula sua interpretação acerca do conceito de patrimonialismo.

De maneira geral, a teoria formulada por Schwartzman segue na mesma linha da postulada por Raymundo Faoro, de que a trajetória política brasileira é interdependente e, ao mesmo tempo, autônoma das demais esferas sociais da sociedade. Ou seja, para Schwartzman, o ponto principal para analisar o processo do desenvolvimento histórico-político do Brasil seria o patrimonialismo, em oposição ao desenvolvimento ocidental-europeu, cujas raízes estão nas sociedades feudais. Em resumo, o atraso brasileiro teria como motivo crucial um tipo específico de dominação tradicional, o patrimonialismo (Schwartzman, 1988).

Não muito distante dos demais teóricos citados acima, Schwartzman também segue na mesma linha de pensamento e entende que o Brasil acabou por “herdar” um sistema político em que não funcionava como representante/agente das camadas/classes sociais já determinadas.

Destaca-se que o autor parte para estudar o desenvolvimento do país através de duas óticas distintas: a estrutural e a política. A primeira é a maneira pela qual a sociedade se organiza para a produção, distribuição e realocação política de bens escassos (Schwartzman, 1988, p.34). E a segunda é o modo pelo qual os diferentes grupos na sociedade são ou não convocados e têm ou não têm reconhecidos seus direitos de participação no processo de decisões relativas à distribuição social da riqueza (Schwartzman, 1988, p.34).

Diante disso, o autor pressupõe que a linha desenvolvimentista sócio-histórica acabaria por levar aos países capitalistas e modernos, que seriam aqueles derivados do sistema feudal. O outro percurso seria guiado pelo processo de colonização lusa e pelo Brasil independente, ou seja, o patrimonialismo, que acabaria por encaminhar o surgimento de países subdesenvolvidos, socialistas e com aspectos autoritários e fascistas.

Assim, argumenta o autor, o Estado acaba por não conseguir ser um ente representativo de alguma classe e afins, podendo representar a si mesmo, o que acabaria por ressaltar o papel social da burocracia estatal e da classe política. E com isso, o autoritarismo não estaria ligado às fortes disputas de poder, cuja explicação é universal para tal fato, mas sim pela básica habilidade de articulação dos interesses dos grupos sociais. Diante disso, o autor acaba contrapondo a cooptação política à representação política (BRITO, 2014). Assim, o presente autor segue argumentando que o patrimonialismo brasileiro está inteiramente conectado à dinâmica de cooptação política dos agentes políticos, que acabam por depender do Estado para haver distribuição de recursos politicamente disponíveis. A articulação do patrimonialismo, no nível estrutural, com a cooptação, no nível político, leva Schwartzman a caracterizar o sistema político nacional como patrimonialismo político (SCHWARTZMAN, 1988).

Entretanto, ainda para o autor, existem duas tensões em seu pensamento, haja vista que, de um lado, o mesmo defende que o desenvolvimento político brasileiro acabou sendo efetuado através da dominação, como é bem elucidado por Weber (2015). No entanto, segundo Schwartzman, o Brasil não é uma sociedade tradicional, muito menos originária do sistema feudal, uma vez que a colonização das terras virgens ocorreu em relação aos “centros mais dinâmicos da economia internacional” (Schwartzman, 1988, p.37). Em outras palavras, o autor diz que mesmo vindo de uma estrutura patrimonialista, o Brasil não é um país tradicional, devido à sua colonização,

ele acabou se ligando ao ocidente moderno (colonizadores), logo os ex-colonizados acabaram sofrendo grandes influências em diversos aspectos do Ocidente, como a cultura e sua relação de dependência com os países do capitalismo central (BRITO, 2014).

Schwartzman busca desfazer em sua obra a ideia de patrimonialismo e de sociedade não tradicional, ocasionando assim o conceito de neopatrimonialismo que é muito elucidado pelo mesmo, cujo significado político é “uma forma bastante atual de dominação política por um ‘estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio” (Schwartzman, 1988, p.59-60), além de ser “gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma ‘sociedade civil’ (classes sociais, grupos religiosos, etc.) fraca e pouco articulada” (Schwartzman, 1988, p. 11).

Decorrente do neopatrimonialismo defendido pelo autor, o Estado brasileiro foi constituído por dois tipos centrais, sendo o primeiro como a máquina pública é marcada por um sistema burocrático e administrativo neopatrimonial em que a apropriação de funções, cargos e afins eram características cruciais do setor privado que acabaram permanecendo dependentes e dominados pelo poder central (REZENDE, 2020), conceituando o que Faoro chama de “estamento burocrático”, tema já bem elucidado anteriormente, e que Schwartzman também faz alusão ao mesmo. O segundo tipo é construído quando o Estado altamente burocrático se moderniza e seus segmentos seguem se “profissionalizando e burocratizando” (Rezende, 2020, p.7) surgindo assim o despotismo burocrático.

Sendo assim, o Estado neopatrimonial é, em poucas palavras, uma instituição cujo objetivo é a utilização de recursos muito singular à cooptação política, em que o objetivo é evitar a autoafirmação de coletivos/grupos independentes da situação habitual da competição política. Tendo como objetivo:

"[...]anular as forças autônomas, ou impedir que elas se afirmem politicamente e socialmente, através de uma rede de favores e prestação de serviços e empregos, entre outros, de modo que essas forças possam ser cooptadas, ou seja, se comprometeriam com o regime vigente, se anulando ou perdendo sua autonomia diante do poder central. A título de exemplificação, o autor cita o Ministério do Trabalho e a formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da era Vargas⁷, além dos sindicatos oficiais, que eram utilizados muitas vezes para fins de cooptação e manipulação. (Rezende, 2020, p. 12).

Ou seja, na medida em que o Estado acaba por institucionalizar essa cooptação política, o mesmo acaba por assumir características corporativistas, em que consiste

a organização de grupos com interesse nas instituições públicas e que acabam sendo controladas pelo Estado. Ao mesmo tempo, em que a outra via da cooptação, relata Schwartzman (1988), é a exclusão, tanto dos processos políticos e decisórios, quanto da eventual distribuição da riqueza social, em que o Estado Novo, à guisa de exemplificação, buscava, concomitantemente, organizar e cooptar o operariado urbano e excluía o campesinato de qualquer forma de acesso a seus benefícios.

No entanto, para o autor, somente o Estado de São Paulo poderia ter sido capaz de romper com essa estrutura, na medida em que, com o forte impulso que a agricultura teve, sobretudo no café, acabou gerando uma nova classe de trabalhadores assalariados, abrindo caminho para novos destinos e para uma nova elite (Schwartzman, 1988). Conseqüentemente, uma maior modernização e uma alavancada econômica poderiam também ter modernizado a política, mas não aconteceu devido à capacidade do poder central de manter subjogadas não somente as regiões atrasadas, mas também aquela que despontava como a mais dinâmica e progressista.

Apesar de não ter realizado sua teoria, segundo Rezende (2020, p. 29):

Simon Schwartzman (1988) buscou desvelar que quando a política de cooptação predomina, tende a girar em torno do Estado e de sua figura central. A existência de um Estado forte, centralizado e do tipo patrimonial impediu a emergência de grupos políticos autônomos, não permitiu o estabelecimento de mecanismos de disputa política através de negociação direta e estimulou a criação de relações de dependência entre o Estado central e os diversos grupos sociais, cada qual buscando seus privilégios especiais em um contexto de dependência e subordinação.

Outro expoente intelectual que corroborou para a recepção/interpretação do patrimonialismo foi a socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco em sua obra "Homens livres na ordem escravocrata" (1967). A autora argumenta que não se deve tomar o latifúndio escravista moderno como um fator determinante ou o princípio unificador da sociedade. Ainda para ela, o tipo moderno (brasileiro) é advindo da colonização em que foi decorrente do sistema capitalista repressivo, do qual a escravidão é uma importante instituição, um elemento crucial, mas não o elemento principal.

Diante disso, para Franco (1967), esse capitalismo repressivo acabou tendo a escravidão como um fator crucial, entretanto não era um sistema propriamente dito, ou seja, esse capitalismo acaba por carregar outros tipos de organizações compulsórias do trabalho, outros padrões de organização social e do trabalho além

do escravismo. E isso se reflete na circunstância de o Brasil não se encaixar nem no modelo de uma sociedade estamental, nem no de uma sociedade classista.

Franco discorda da sociedade de estamentos entendida por Faoro, uma vez que, segundo ela, o critério fundamental de diferenciação social não trata da honra, mas do dinheiro, visto que o latifúndio era o fator determinante pela produção mercantil vigente. Além disso, a pesquisadora afirma que a sociedade brasileira da época não era tradicional, mas era "instável, aberta quanto ao recrutamento, não estereotipada, anticonvencional, na qual a vulgarização cultural diminuía a distância social" (Campante, 2003, p. 143).

Assim, para a autora, o Brasil não conseguiu chegar a uma sociedade de classes propriamente dita, pois o regime escravocrata acabava por barrar os homens livres e pobres de se inserirem na relação social e econômica capitalista.

Isso acaba por refletir sobre a ordem social vigente, onde o poder pessoal, ou seja, o privatismo dos poderosos, predominava, porém, não se tratava de uma ordem tradicional-estamental. Oficialmente livre, mas subordinado a uma pesada dominação pessoal, o caipira pobre, o sitiante, o agregado estudado por Franco vê seu processo de sujeição tomar forma como se fosse algo espontâneo, por ele decidido, ou, ao menos, consentido (CAMPANTE, 2003).

Devido a isso, segundo a autora, uma relação patrimonial típica, no sentido weberiano, nunca chegou a se constituir no país. Não se pode falar em patrimonialismo no Brasil devido à inexistência de uma tradição selando as relações de dependência pessoal ou o sistema do favor. No contexto brasileiro, prevaleceu a arbitrariedade do mais forte: os vínculos pessoais nasceram do caráter mercantil da produção e a ela foram submetidos, ou seja, o interesse material submetia à sua razão os laços de estima e afeição, atando-os ou destruindo-os.

O sociólogo Jessé Souza, por sua vez, traz em suas obras reflexões e críticas acerca das interpretações feitas do conceito de patrimonialismo por autores brasileiros, e busca retomar o conceito weberiano, do qual o mesmo afirma ter sido vulgarizado na medida em que as interpretações brasileiras vigentes acabaram por não serem "honestas" nas contextualizações produzidas por Weber na formulação do conceito.

Para o sociólogo, o conceito de patrimonialismo acabou tornando-se a noção mais explicativa para o juízo de valor moral e a compreensão do processo de modernização da sociedade brasileira. Logo, o conceito acabou ganhando

"notoriedade" entre diversos intelectuais acadêmicos e também acabou sofrendo na dimensão do senso comum que acabou sendo utilizada pelos "leigos".

Em muitas de suas obras, Souza deixa claro suas inquietações acerca de alguns intelectuais brasileiros que buscaram compreender o processo histórico e de modernização da sociedade/Estado. Segundo Jessé Souza (2000), para alguns pensadores brasileiros, o grande problema da formação da sociedade brasileira é "devido à permanente influência da herança estatal portuguesa, a qual impediu o país de livrar-se do atraso social e econômico" (SOUZA, 2000, pp. 182-183).

Em muitos argumentos, o presente autor demonstra sua crítica em relação à interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, que acaba sendo tido como "pai do liberalismo conservador", cujos feitos são muito conhecidos pela construção de duas noções para a autocompreensão: a primeira é o homem cordial, em que o brasileiro é um vira-lata, segundo Souza (2017), ou seja, um ser repleto de negatividades apto à corrupção e afins; e a segunda é o "patrimonialismo", que seria uma espécie de amálgama institucional do homem cordial, que acaba por desenvolver todas as suas virtudes/negatividades dentro do aparelho burocrático público.

Outro autor muito criticado por Souza (2017) é Raymundo Faoro, a quem o autor o tem como sendo o historiador de Buarque. Assim, Souza, ao longo de suas obras, discorre sobre a interpretação "equivocada" que Faoro tem da sociedade brasileira, na medida em que a tese de Faoro é mostrar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro e, por extensão, de toda a sociedade brasileira. E esse caráter patrimonialista seria responsável pela substância intrinsecamente não democrática, particularista e baseada em privilégios que sempre teria marcado o exercício do poder político no Brasil. Ou seja, o conceito de patrimonialismo passaria a ocupar o lugar que a noção de escravidão e das lutas de classe que se formam a partir dela deveria ocupar (SOUZA, 2017). Ou seja, a corrupção patrimonialista acabaria por substituir a análise das classes sociais e suas lutas por todos os recursos materiais e imateriais escassos.

Ainda para Souza, Faoro busca afirmar sua teoria através de duas teses que o mesmo relata em sua obra "Os donos do poder", sendo a primeira a ideia de que o Brasil acabou por herdar de Portugal a singularidade social e política. Já a segunda é a prova crucial da estrutura patrimonial do Estado, ou seja, o Estado patrimonial português acabou sendo transplantado nas novas terras portuguesas. Ou seja, para Souza, existe uma continuidade do pensamento de Buarque em Faoro.

Ou seja, para Souza, Faoro ajustou o conceito de Weber aos moldes da colonização lusitana, e diante de tal problema, o atraso brasileiro seria nada mais que uma categoria do patrimonialismo ibérico. Em outras palavras, o que Souza aponta é que, na visão de Faoro, o patrimonialismo estava presente em Portugal desde a era medieval.

Para Souza, o problema dos intelectuais brasileiros reside na falta de contextualização histórica do conceito, ao contrário do patrimonialismo weberiano, no qual há uma ampla contextualização histórica presente. Isso acaba se tornando um obstáculo para o autor, já que Faoro não tenta explicar as diferenças históricas entre o conceito weberiano e o período atual brasileiro, resumindo toda a sua teoria na expressão de que "sempre que há Estado, há um estamento que o controla em nome de interesses próprios, impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora" (Souza, 2000, p. 172).

Em suma, para Jessé, a aplicabilidade do conceito de patrimonialismo brasileiro é, portanto, "uma óbvia fraude conceitual, destinada a usar o prestígio científico de um dos mais importantes pensadores de todos os tempos para legitimar uma ideia extremamente conservadora e frágil conceitualmente, dando-lhe uma falsa aparência de rigor científico e de crítica social" (Souza, 2017, p. 162), que estava desconectada do conceito raiz de Max Weber.

1.3 Conclusão

Diante do que foi exposto, torna-se evidente que o patrimonialismo, um conceito fundamental na análise da administração pública brasileira, foi incorporado e interpretado de maneiras variadas ao longo da história acadêmica do país. Essas interpretações diversas não conseguiram gerar uma noção "principal" ou consensual sobre o patrimonialismo no contexto brasileiro, pois frequentemente divergiram em suas abordagens e perspectivas.

Além disso, o termo patrimonialismo transcendeu as fronteiras da academia e se tornou uma palavra comum no discurso público. Sua presença constante nos debates nacionais reflete sua integração profunda no sistema político e administrativo do Brasil. No entanto, essa difusão do conceito está associada a uma face sombria: o patrimonialismo se tornou sinônimo dos escândalos de corrupção que têm assolado o país, destacando a persistente presença dessa prática nociva na esfera pública.

2. Mídia e Política

2.1 O poder da mídia e sua relação com a política

Com a forte disseminação da internet, aliada aos grandes avanços tecnológicos que não cessam, também surge um mercado em crescimento neste século. Estamos falando das tecnologias de informação e comunicação que, juntas, proliferam uma gama de mídias consideradas alternativas. Além disso, destaca-se que, apesar de todos esses avanços nas mídias alternativas, ainda é persistente a centralidade dos meios de comunicação e informação mais tradicionais no que diz respeito ao debate público.

Atualmente, no Brasil, observa-se uma grande criação e ascensão de canais de informação alternativos em diversos meios, como blogs, YouTube, TikTok, Twitter, entre outros. No entanto, apesar dessa ascensão, os meios de comunicação tradicionais mantêm uma grande centralidade midiática, além de já estarem "enraizados" em diferentes aparelhos, como rádio, televisão, jornais impressos e digitais. Apesar disso, estão cada vez mais expandindo seu alcance nos debates, dando voz a temas antes esquecidos pelo jornalismo e ingressando nos meios alternativos, sobretudo em aplicativos que se tornaram "febre" para os cidadãos, como o TikTok, por exemplo. Conforme ressaltado por Mesquita, Ruão e Andrade (2020), estamos vivenciando uma grande reformulação dos espaços midiáticos.

A mídia tem o poder de moldar a opinião pública através da cobertura jornalística e da seleção de temas considerados notícia. Isso pode ser visto como uma força positiva, já que a mídia pode expor problemas e questões importantes que, de outra forma, poderiam passar despercebidos. No entanto, também pode haver preocupações com a objetividade da cobertura jornalística e com a influência indevida de interesses comerciais ou políticos sobre a cobertura.

Por sua vez, os políticos e as instituições políticas utilizam a mídia para comunicar suas mensagens e alcançar seus eleitores. Isso pode incluir anúncios políticos nos meios de comunicação tradicionais, como televisão e rádio, bem como a utilização de redes sociais e outras ferramentas digitais para se comunicar com o público. Aqui também há preocupações com a transparência e a honestidade dessas mensagens, bem como com a possibilidade de as redes sociais amplificarem discursos extremistas e desinformação.

É importante notar que a relação entre a mídia e a política não é uma via de mão única. A mídia não apenas influencia a opinião pública, mas também é influenciada por ela, e os políticos também são afetados pela cobertura jornalística e pelas pesquisas de opinião pública que são feitas frequentemente ao longo de seus respectivos mandatos. Além disso, as tendências tecnológicas têm criado novas formas de comunicação e engajamento, transformando tanto a mídia quanto a política.

De acordo com Miguel (2001), a relevância dos meios de comunicação dá-se através da dupla mediação que promovem. A primeira é a mediação do discurso político, uma vez que, com a alta disseminação e acesso, o público/sociedade depende das peneiradas que são feitas nas redes midiáticas para ter acesso ao conteúdo político. Os meios de comunicação ganharam tanto espaço nas grandes discussões que, hoje, os jornalistas, editores e afins acabam por filtrar quais temas serão noticiados e discutidos para seu público (ALECRIM, 2020). Ainda segundo Miguel (2001), as redes de comunicação tornaram-se tão cruciais ao debate público que para se ter a atenção/conhecimento da sociedade, deve-se ganhar visibilidade na cobertura midiática. Diante desse pressuposto, entende-se que o debate público é hoje mediado e, até mesmo, determinado pelas agências de comunicação e informação, que mobilizam os assuntos e informações relevantes que formarão a agenda pública (GOMES, 2004).

O segundo elemento ressaltado pelo autor, que auxilia na compreensão da centralidade que as redes midiáticas assumem em relação à própria realidade, é a habilidade de disseminação de representações do contexto social real. De acordo com o autor, "do conjunto inesgotável de eventos, banais ou extraordinários, que ocorrem todos os dias, o jornalismo elege um pequeno número que transforma em notícia e aos quais concede ampla circulação. Fora do seu circuito direto de relações pessoais e profissionais, o cidadão comum possui acesso apenas aos eventos que passaram por este filtro; e, sobre tais eventos, tem acesso apenas aos aspectos que foram considerados dignos de veiculação" (MIGUEL, 2001).

Thompson (1988) ressalta em sua obra que, diante dessa elevada disseminação de conteúdo e da própria soberania das redes midiáticas, os telespectadores são colocados como agentes passivos e "teleguiados", absorvendo os conteúdos da mídia como uma "esponja que absorve água" (THOMPSON, 1988). Além disso, o autor argumenta que a aceitação deve ser vista como uma atividade

hermenêutica, tendo como ponto de partida os respectivos significados atribuídos ao conteúdo midiático consumido.

Vale destacar que as transformações significativas ocorridas com o avanço midiático dizem respeito às interações que foram modificadas. Antes, o contato pessoal em um contexto específico era crucial para estabelecer comunicação, mas hoje em dia a comunicação é cada vez mais mediada por veículos de comunicação. Isso tem alterado significativamente os modos de produção, armazenamento e circulação de formas simbólicas, criando novas formas de interação social.

Thompson, autor da obra "A mídia e a modernidade", destaca que a mídia desempenha um papel fundamental na construção da modernidade e na formação da sociedade contemporânea. Ele argumenta que a mídia não é apenas um reflexo da sociedade, mas também uma força ativa na construção de nossas crenças e valores. Thompson também enfatiza a importância dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública e na definição das questões políticas consideradas importantes.

Segundo o autor, desde o surgimento da indústria da imprensa nos séculos XV e XVI na Europa, até a emergência dos meios eletrônicos nos séculos XIX e XX, a estrutura de interação social modificou-se radicalmente. Para apresentar seu argumento, Thompson destaca três formas de interação. A primeira, a interação face a face, acontece em uma situação de copresença, em que os indivíduos situados em um contexto específico compartilham uma série de bens simbólicos e informações. No segundo tipo, a interação mediada, os indivíduos não compartilham do mesmo referencial de tempo e espaço, e as mensagens são transmitidas a partir do uso de meios técnicos (cartas, telefonemas, etc.). A terceira é a quase-interação mediada, forma específica criada pela comunicação de massa, na qual o contato não está mais restrito a um contexto específico, e muito menos aos atores situados nesse espaço (THOMPSON, 1998).

Ainda em seu livro, Thompson (1988) ressalta que com o advento da "revolução digital", ocasionado pela disseminação da mídia, a sociedade criou três tipos de interação que servem como estrutura analítica norteadora para compreender as abordagens e especificidades da comunicação de massa. Assim, Thompson ressalta que o processo de socialização é basicamente restrito a apenas uma forma de interação, que é excludente. As pessoas continuam se reunindo presencialmente, além de lerem livros e revistas, e assistirem a programas televisivos, entre outras

atividades. De fato, o processo interativo tende a ser muito mais complexo e muitas vezes envolve mais de uma forma de interação (THOMPSON, 1998). Entretanto, tais ressalvas não retiram a importância da conceituação de Thompson, que nos permite analisar com maior rigor e precisão as situações comunicativas das sociedades modernas.

De acordo com Thompson (1998), as mudanças no processo interativo são fundamentais para compreender as alterações causadas pela comunicação de massa. Ele argumenta que a comunicação de massa também modificou a natureza da visibilidade nas sociedades modernas, criando uma forma de "publicidade mediada". Ainda para Thompson, a publicidade é definida como algo que é "visível" ao público e se torna conhecimento de um grande número de receptores. Antes, como na Europa medieval, um evento era considerado público quando acontecia diante de uma pluralidade de pessoas reunidas em um mesmo contexto, como execuções públicas. No entanto, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, o caráter público dos fenômenos não está mais ligado à presença em um lugar comum (ALECRIM, 2020).

Com a alta disseminação da comunicação de massa (THOMPSON, 1998), as mensagens em grande escala acabaram sendo cada vez mais disseminadas, possibilitando assim o alcance a nível global, e claro, "unindo" pessoas que acabam sendo separadas pelo tempo, espaço e afins. Ou seja, "uma ação ou evento poderia agora adquirir um caráter público para outros que não estavam presentes no lugar de sua ocorrência, e que não eram capazes de vê-la ou de ouvi-la." (THOMPSON, 1998, pag. 116). Assim, o forte advento do fortalecimento e desenvolvimento da mídia fez com que junto com ela houvesse uma grande "explosão" publicitária que acabou por ser responsável por noticiar, divulgar, televisar e afins, os fatos em escala global (GOMES, 2004).

Antes de toda essa explosão publicitária, os líderes políticos escolhidos pelo povo acabam por possuir total controle da visibilidade, podendo até mesmo restringir ou esconder de um determinado grupo seletivo de pessoas acontecimentos que poderiam afetar negativamente a visão pública que os cidadãos teriam deles. Assim, a política era um teatro (CARVALHO, 2013; THOMPSON, 1998), em que nos bastidores havia diversos problemas que poderiam colocar em risco a imagem do político, mas que quando as cortinas se abriam tudo se tornava um verdadeiro paraíso, em que os cidadãos se sentiam representados.

Se havia uma "obrigação" por parte dos políticos de esconder os fatos que afetariam sua imagem, isso chegou ao fim com o forte desenvolvimento do que veio a ser o Estado representativo, cujo principal objetivo é tomar decisões através de debates e discussões públicas, em conjunto com esse objetivo do governo representativo está a ampliação dos meios de comunicação de massa. Antes da evolução das mídias, a presença pública dos políticos era limitada ao contato direto com as pessoas. Com o crescimento da tecnologia de comunicação, que ultrapassa as barreiras de tempo e espaço, esses agentes políticos agora precisam se preocupar com sua imagem pública na mídia, que é transmitida para um público amplo, que está fisicamente distante (ALECRIM, 2020).

Com o tempo, os veículos de comunicação de massa foram consolidados, e os políticos, por não terem controle sobre a comunicação, acabaram tornando-se alvos de uma arena pública montada pela mídia. Nela, podem ser discutidos temas a favor do candidato/político, que podem auxiliar em sua candidatura/governo, mas também pode ser usada como um campo político de oposição, cuja finalidade é fazer duras críticas ao candidato/governante, além de divulgar opiniões contrárias e/ou contraditórias. Diante disso, é fundamental considerar cada vez mais estratégias para controlar a exposição midiática, a fim de evitar que as informações divulgadas prejudiquem a reputação do agente político perante o público em geral.

Ainda seguindo a lógica de Thompson (1998), o autor alerta em seu texto sobre a forma como as instituições de comunicação alteram tanto a organização interativa da vida social quanto as "leis" políticas, que acabam por se modificarem devido à mídia; haja vista que isso acaba ocasionando dois fatores, sendo o primeiro a ampliação das capacidades eleitorais que foram desenvolvidas com o advento da mídia, e com isso, os agentes políticos acabam por usufruir dessa gama de eleitores alcançados pela mídia e acabam por utilizá-los para refazer toda a sua estratégia eleitoral. Assim, os canais de comunicação são utilizados não só para divulgar as plataformas de campanha, mas também são essenciais para a construção da imagem do político frente ao eleitor (Alecrim, 2020, p. 34).

Apesar do destaque que Thompson dá ao forte efeito eleitoral impulsionado pela mídia, ainda é ressaltado pelo presente autor que a questão da urgência de gerenciar a visibilidade dos atores políticos não se limita apenas aos períodos eleitorais, mas faz parte da condução do governo, seja apoiando ou sendo oposição. Tal questão tem correlação com o segundo ponto da organização das alterações que

acabaram sendo modificadas pela mídia sobre a política. Thompson argumenta que a administração da visibilidade é uma parte essencial do processo de governar, uma vez que os atores políticos não têm total controle sobre a mídia e, portanto, enfrentam o desafio constante de lidar com possíveis conflitos que podem surgir na esfera pública (Alecrim, 2020). A falta de controle sobre as empresas de comunicação cria uma nova estrutura de fragilidades e problemas para os líderes políticos, tornando a administração da visibilidade uma habilidade crítica para governar com sucesso. Por essa razão, Thompson entende a administração da visibilidade como algo que faz parte "da própria arte de governar" (Thompson, 1998, p. 124). Além disso, isso implica que os líderes políticos precisam constantemente lidar com conflitos e vulnerabilidades gerados pela falta de controle sobre as empresas de comunicação. Em outras palavras, a incapacidade de controlar a mídia cria uma nova estrutura de desafios e problemas com os quais os líderes políticos devem lidar continuamente.

Assim como a disseminação da mídia acabou tendo pontos relevantes no que tange a uma melhor transparência da administração por parte dos governantes, por outro lado, os grandes escândalos que foram e são acometidos após a mídia mostrar à sociedade tudo o que acontecia nos bastidores da política — a mídia, por vezes, acaba por criar um ambiente político instável, que pode até trazer grandes problemas para o processo decisório e comprometer o andamento do "jogo político" (Prior, 2015).

Governos golpeados por escândalos, líderes políticos lutando para reduzir os prejuízos causados por vazamentos e revelações de vários tipos: estas não são as condições sob as quais uma decisiva liderança política pode prontamente se mostrar. Elas são, pelo contrário, as condições que pouco a pouco vão enfraquecendo os governos e paralisando as atividades políticas, e que podem alimentar a suspeição e o cinismo que muitas pessoas sentem hoje em relação aos políticos e às instituições políticas estabelecidas (Thompson, 1998, apud Alecrim, 2020, p. 37).

O paradoxo da cobertura das instituições de comunicação sobre os escândalos políticos é um fenômeno observado em muitos países ao redor do mundo, que consiste na tendência dos meios de comunicação noticiarem de maneira exagerada e sensacionalista os escândalos políticos, ao mesmo tempo em que oferecem uma cobertura superficial e limitada das questões políticas e sociais mais relevantes para a vida das pessoas. Esse paradoxo é resultado de uma série de fatores, como a pressão por audiência e lucro por parte das empresas de mídia, a falta de interesse ou conhecimento dos cidadãos sobre questões políticas mais complexas e o poder

dos políticos e empresários envolvidos nos escândalos para influenciar a cobertura midiática.

Por um lado, os escândalos políticos são eventos que chamam a atenção do público e geram grande interesse midiático, pois envolvem figuras de destaque e geralmente revelam casos de corrupção, abuso de poder ou comportamento antiético. No entanto, essa cobertura excessiva pode ter efeitos negativos, como a banalização da política e a falta de atenção para questões mais importantes.

Por outro lado, a cobertura limitada das questões políticas e sociais mais relevantes pode levar ao desinteresse dos cidadãos pela política e a uma menor participação nas decisões democráticas. Além disso, a falta de uma cobertura mais aprofundada e crítica pode permitir que políticos e empresários corruptos ajam com impunidade, sem que sejam devidamente responsabilizados por seus atos.

Para combater o paradoxo da cobertura midiática dos escândalos políticos, é preciso promover uma cultura de transparência e responsabilidade, que permita o acesso à informação e o acompanhamento das decisões políticas e das atividades dos governantes e empresários. Além disso, é fundamental que os meios de comunicação assumam sua responsabilidade social e busquem oferecer uma cobertura mais equilibrada e aprofundada dos assuntos políticos e sociais mais relevantes para a vida das pessoas.

Nesse sentido, os meios de comunicação podem investir em jornalismo investigativo e em reportagens que abordem não apenas os escândalos, mas também as propostas e projetos em discussão no âmbito político. É importante que os jornalistas sejam capacitados para realizar um trabalho crítico e independente, sem se submeter a pressões ou interesses externos.

Além disso, os meios de comunicação também podem fomentar o debate público e a participação cidadã, criando espaços de diálogo entre os diferentes atores políticos e sociais e dando voz a grupos historicamente marginalizados ou excluídos do debate público.

Além disso, é preciso que a sociedade como um todo assuma sua responsabilidade na construção de uma cultura política mais saudável e democrática, exigindo transparência e ética por parte dos governantes e empresários e valorizando uma cobertura midiática que privilegie o pluralismo e a diversidade de vozes. Somente assim será possível superar o paradoxo dos escândalos políticos e construir uma democracia mais sólida e participativa.

Diante disso, Miguel (2003) ressalta que para ocorrer uma representação política efetiva é necessário que as empresas de comunicação apresentem as vozes de diferentes grupos políticos da sociedade, permitindo que os espectadores tenham acesso às opiniões e valores em competição e, assim, formem suas próprias posições de forma equilibrada (MIGUEL, 2003; PAIXÃO, 2018). No entanto, o princípio do pluralismo midiático é frequentemente negligenciado, tornando-o um objetivo a ser alcançado. O debate produzido pela mídia não é objetivo ou neutro, mas sim situado e influenciado por interesses dos proprietários das empresas de comunicação, grandes anunciantes, profissionais do jornalismo e outros fatores (BOURDIEU, 1997; MIGUEL, 2003; TRAQUINA, 2005).

Essa situação de falta de pluralismo midiático pode gerar consequências negativas para a sociedade como um todo, já que a mídia tem um papel importante na formação da opinião pública e na construção de imagens sobre determinados grupos sociais e políticos. Quando há uma visão monolítica ou parcial, as pessoas podem ser levadas a adotar posições extremas ou preconceituosas, o que pode dificultar o diálogo e a construção de consensos democráticos.

Além disso, a falta de pluralismo pode reforçar desigualdades já existentes na sociedade, já que determinados grupos e interesses tendem a ser privilegiados em detrimento de outros. Isso pode ser observado, por exemplo, na cobertura desigual de temas como questões de gênero, raça e classe social.

Diante desse cenário, é importante promover uma regulação mais efetiva da mídia, a fim de garantir o pluralismo e a diversidade de vozes. Isso pode ser feito por meio de medidas como a criação de cotas para a participação de diferentes grupos na mídia, a promoção de incentivos fiscais para empresas de comunicação que se comprometam com a diversidade e a pluralidade, entre outras ações.

2.2 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal O Globo

A história do jornal O Globo começa com Irineu Marinho, um imigrante português que chegou ao Brasil no início do século XX e se dedicou ao jornalismo. Em 1925, ele fundou o jornal A Noite, que rapidamente se tornou um dos principais veículos de imprensa do país. No entanto, em 1925, Irineu Marinho decidiu fundar um novo jornal, que se chamaria O Globo. A ideia era criar um veículo de imprensa

moderno e influente, que pudesse rivalizar com os principais jornais da época (ARÊAS, 2012).

O Globo foi lançado em 29 de julho de 1925, com um discurso do então presidente do Brasil, Artur Bernardes, na primeira página. Desde o início, o jornal se destacou por sua cobertura ampla e aprofundada dos principais acontecimentos do país, bem como por sua postura editorial independente e crítica, e claro, disputando com os grandes jornais em circulação na época, como o Jornal da Manhã, por exemplo.

Ainda em seu período de lançamento, o jornal O Globo já demonstrava ser "respaldado" pela sociedade, visto que suas tiragens iniciais aumentavam em um nível escalonado imenso, chegando a 33.435 exemplares em sua primeira edição e 67.486 em sua segunda edição, e assim foi aumentando constantemente (ARÊAS, 2012). Já em 2021, o jornal se consagrou por ser o segundo jornal com maior tiragem do ano, ficando atrás apenas da Folha de São Paulo, sendo esta com uma tiragem de 66.668 jornais impressos, enquanto no digital a faixa é de 278.137; enquanto O Globo ficou com 67.179 impressos e 305.959 digitais. Vale ressaltar que em números de jornais digitais, O Jornal O Globo fica em primeiro lugar, segundo dados do IVC¹.

Apesar de seus números elevados de tiragens, o jornal enfrentou dificuldades financeiras, mas conseguiu se estabelecer no mercado e se tornar um dos principais jornais do país. Em 1931, Irineu Marinho morreu e deixou a direção do jornal para seus filhos, Roberto Marinho e João Roberto Marinho, atuais donos da Rede Globo de comunicação. Desde o início, o jornal se destacou por sua cobertura ampla e aprofundada dos principais acontecimentos do país, bem como por sua postura editorial independente e crítica.

Nos anos seguintes, O Globo se consolidou como um dos principais jornais do Brasil, acompanhando de perto os principais acontecimentos políticos, sociais e culturais do país. Durante a década de 1930, por exemplo, o jornal se posicionou contra o governo de Getúlio Vargas e sua política autoritária, o que lhe rendeu a censura e a perseguição do regime.

A partir dos anos 50, O Globo passou por um período de grande expansão, consolidando sua posição no mercado e se tornando um dos mais influentes jornais

¹ Acessar: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/jornais-circulacao-digital-sobe-e-imprensa-cai-em-2021>. Acessado em 08 março de 2023.

do país. Nessa época, o jornal passou por uma forte reformulação através dos grandes investimentos que foram realizados na área de tecnologia, adquirindo novas impressoras e modernizando sua redação (ARÊAS, 2012).

No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o jornal não ficou imparcial como os demais jornais da época, mas começou a defender publicamente que o Estado brasileiro, liderado pelo então presidente Getúlio Vargas, assumisse a postura de romper com os países do Eixo e criasse uma aliança com os países do bloco dos Aliados (ARÊAS, 2012). Decorrente disso, criou-se O Globo Expedicionário, cujo objetivo era deixar os soldados brasileiros "atualizados" perante os acontecimentos do país, enquanto estavam em combate na Europa.

Destaca-se também que seu então dono, Roberto Marinho, estabeleceu uma amizade pessoal com Humberto Castelo Branco, que mais tarde se tornou o primeiro general-presidente da ditadura militar, graças à publicação. O Globo apoiou o golpe que acabou com o Estado Novo e, em 1947, apoiou a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O Globo estava ao lado da maioria da imprensa nacional e das entidades ligadas ao capital multinacional e associado na oposição ao governo Vargas. Os políticos da União Democrática Nacional (UDN), especialmente Carlos Lacerda, tiveram acesso à rádio e ao jornal de Marinho para atacar o governo. O jornal fez uma forte campanha contra a criação da Petrobras. Com a morte de Vargas em 1954, houve grande comoção popular e diversos protestos. As Organizações Globo foram identificadas corretamente com a oposição ao presidente, com duas caminhonetes da Rádio Globo e dois caminhões do jornal O Globo sendo incendiados pelos manifestantes (ARÊAS, 2012).

Nos anos 1950 e 1960, O Globo teve um papel fundamental na cobertura dos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 e ao regime autoritário que se seguiu. O jornal se posicionou a favor do golpe e do governo militar, o que lhe rendeu críticas e desconfiança por parte de setores da sociedade.

O jornal O Globo teve uma relação complexa com o regime autoritário. De um lado, o jornal se alinhou ao discurso dos militares e apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart em 1964. Por outro lado, o jornal teve momentos de tensão com o regime, quando os militares consideravam que O Globo não estava suficientemente alinhado às suas políticas (GASPARI, 2002).

O apoio do jornal à Ditadura foi expresso em editoriais e reportagens que defendiam a intervenção militar como uma solução para a crise política que se abateu sobre o país na década de 1960. O jornal também elogiava as ações do governo, como a construção de grandes obras de infraestrutura e o crescimento econômico.

No entanto, o jornal também teve momentos de tensão com o regime, especialmente durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Nessa época, o governo militar adotou uma política de abertura política, que permitiu certa liberdade de expressão e ampliou os espaços de participação política (JÚNIOR, 2010). O Globo, por sua vez, passou a criticar algumas ações do governo e a defender a redemocratização do país.

Apesar dessas tensões, O Globo não deixou de ser um importante aliado do regime militar. O jornal teve papel fundamental na legitimação do regime junto à opinião pública e na construção de um discurso que associava a intervenção militar à modernização e ao desenvolvimento do país.

Nos anos 90, O Globo enfrentou uma crise financeira e teve que se adaptar aos novos tempos, investindo em novas tecnologias e diversificando suas atividades, como a criação de novos canais de TV e rádio. Em 2003, com a morte de Roberto Marinho, o jornal passou a ser controlado por seus filhos, Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho.

No entanto, nos anos 1970 e 1980, O Globo mudou sua postura editorial e passou a se posicionar contra o regime militar e em defesa da democracia. O jornal teve um papel fundamental na cobertura das lutas pela redemocratização do país e se consolidou como um veículo de imprensa independente e crítico.

Ao longo das décadas seguintes, O Globo se adaptou às mudanças tecnológicas e às transformações do mercado de mídia, mantendo sua posição de liderança na imprensa brasileira. O jornal ampliou sua presença na internet, lançando um site e aplicativos que oferecem conteúdos exclusivos e serviços diversos, como newsletters, podcasts e vídeos.

Já nos anos 2000, o jornal O Globo possui grande respaldo na sociedade por ajudar a "desvendar" os grandes escândalos de corrupção durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), abalando o governo do petista que sofreu pesadas denúncias públicas sobre os desvios de verbas de seus ministros e afins. Além disso, o governo demonstrou grande instabilidade quando em 2005, os jornais

estamparam em sua capa o caso de um dos maiores escândalos de corrupção já vistos no Brasil, o Mensalão².

Ademais, o jornal passou a ser um grande fiscalizador do governo, chegando a corroborar com os demais jornais para denunciarem o segundo maior caso de corrupção do mundo³, o escândalo da Petrobras. Ocasionalmente uma grande instabilidade para o governo da então presidenta Dilma Rousseff, visto que o setor do Mercado passou a pedir pela privatização da estatal para tirar o poder da empresa das mãos do governo.

No governo de Jair Bolsonaro, o jornal passou por fortes agressões verbais, uma vez que o então presidente (2018-2022) começou a proferir fortes ofensas ao grupo Globo de Roberto Marinho. Bolsonaro acusava o jornal de se beneficiar da verba pública repassada pelos governos petistas às emissoras. O jornal intensificou as críticas ao governo e, muitas vezes, seus repórteres foram agredidos em público por questionarem as atitudes dos presidentes aos seus seguidores.

Atualmente, O Globo é um dos principais jornais do Brasil, com grande influência na opinião pública e na mídia. Seu papel na cobertura dos principais acontecimentos do país, bem como sua postura independente e crítica, contribuem para sua importância no cenário jornalístico e para o fortalecimento da democracia brasileira.

2.3 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal Folha de S. Paulo

O jornal Folha de S. Paulo é um periódico paulista que detém a maior circulação diária nacional, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação⁴ (IVC). Segundo o IVC⁵, o Folha possui uma tiragem de mais de 300 mil exemplares diários, sendo um dos jornais mais lidos do Brasil. Além disso, o jornal tem uma presença marcante na internet, com um site que recebe milhões de visitas por mês, além de

² Acessar: < <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao.ghtml>> Acessado em 13 de janeiro de 2023.

³ Acessar: <https://oglobo.globo.com/politica/escandalo-da-petrobras-eleito-2-maior-caso-de-corrupcao-no-mundo-1-18648504>. Acessado em 13 de janeiro de 2023.

⁴ Acessar: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/jornais-circulacao-digital-sobe-e-imprensa-cai-em-2021> Acessado em 05 de fevereiro de 2023

⁵ Acessar: <https://www.zebeto.com.br/2023/02/01/tiragem-dos-10-principais-jornais-brasileiros/>. Acessado em 05 de fevereiro de 2023.

uma atuação ativa nas redes sociais. O Folha também mantém um canal no YouTube, onde produz conteúdo exclusivo em vídeo sobre os principais temas do momento. Considerado uma das publicações mais importantes e influentes do Brasil, o jornal foi fundado em 1921 na cidade de São Paulo. Desde então, tem sido um dos principais veículos de comunicação do país, alcançando milhões de leitores ao longo de sua história. Ao longo dos anos, o jornal passou por três mudanças de nome até chegar ao atual Folha de S. Paulo (FSP), sendo elas: Folha da Noite (1921), Folha da Tarde (1922) e, por último, Folha da Manhã (1925).

O Folha da Noite foi fundado em 1921 por Olival Costa, Pedro Cunha e vários outros jornalistas que acabaram por pedir demissão em massa do jornal O Estado de S. Paulo. Seu objetivo principal era atender à demanda empresarial e capitalista que não era atendida pelos demais jornais em circulação. Além disso, o jornal possuía "um direcionamento político orientado por uma perspectiva mais clara de mercado." (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008, p. 153). Em 1925, surgiu o Folha da Manhã, seguindo o mesmo modelo editorial do seu antecessor. No entanto, em 1929, um dos proprietários deixou o jornal por questões políticas, pois não queria apoiar Washington Luís. Com a saída de Pedro Cunha do jornal, os proprietários restantes passaram a desenvolver mais a ideia mercadológica que rege a empresa até o presente momento (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008).

Desde o início, a Folha destacou-se por sua abordagem jornalística rigorosa e equilibrada, buscando apresentar a notícia de forma objetiva e isenta. Isso fez com que a Folha rapidamente se tornasse um dos jornais mais respeitados e influentes do país. Embora a imparcialidade fosse um dos pilares da Folha, em meio ao Estado Novo, seus proprietários acabaram se preocupando menos com a imparcialidade e passaram a adotar uma estratégia mais mercadológica, visando obter mais "credibilidade" e ampliar o público leitor, uma vez que a popularidade de Vargas estava em ascensão devido à criação da Confederação das Leis Trabalhistas, que garantia direitos à população trabalhadora e, claro, à população mais carente que vivia nos setores terciários. Assim, por estratégia de mercado, a Folha deixou de ser oposição ao governo Varguista e passou a "enaltecer" seu trabalho, embora muitos críticos e acadêmicos denunciassessem o Estado Novo como um regime ditatorial.

Durante a década de 60, o jornal, após ser vendido para Otávio Frias de Oliveira, ganhou o título pelo qual é conhecido hoje, Folha de São Paulo (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008). Na mesma década, com a chegada da

ditadura Militar, que durou de 1964 a 1985, enfrentou censura e restrições à sua liberdade de expressão. O jornal foi inicialmente favorável ao golpe militar em 1964 e ao regime subsequente, mas sua posição editorial gradualmente mudou à medida que o autoritarismo e os abusos aos direitos humanos do regime se tornaram mais evidentes.

Em 1968, o governo impôs um regime de censura à imprensa, exigindo que todas as organizações de notícias submetessem seus artigos a censores governamentais para aprovação antes da publicação. Esse regime de censura foi particularmente rigoroso nos primeiros anos da ditadura, e a Folha de São Paulo não escapou dele. O jornal teve vários de seus artigos censurados, e seus jornalistas foram ameaçados e assediados pelas autoridades.

Em 1975, a repressão ao jornal chegou ao extremo com a prisão do então jornalista da Folha, Vladimir Herzog, que além de sua prisão, foi torturado e morto pelo regime militar. Sua morte provocou protestos generalizados e se tornou um símbolo da brutalidade da ditadura, sendo, inclusive, um dos estopins da Lei da Anistia (1979)⁶. Apesar da censura e da repressão, a Folha de São Paulo continuou a reportar sobre os abusos do regime e a criticar suas políticas. O jornal desempenhou um papel importante na luta pela democracia e pelos direitos humanos no Brasil, sendo amplamente respeitado por sua integridade e independência jornalística.

Na década de 70, o editorial da Folha passou por uma grande transformação, tornando-se mais ativo em relação à política. Essa mudança foi impulsionada pelo:

“[...] processo de redemocratização "lenta e gradual" iniciado no governo Geisel, que ofereceu ao jornal a possibilidade de disputar mercado com o mais tradicional O Estado de S. Paulo. O novo perfil se radicalizou em 1983/1984, quando o jornal tomou partido de forma explícita pelo Movimento Diretas Já (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008, p. 155).”

No final da década de 90, a Folha tornou-se um agente extremamente combativo contra as políticas públicas implementadas no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Destaca-se o editorial "Anatomias de um desastre"⁷, publicado em 1999, que criticava a política social e cambial adotada pelo

⁶ Acessar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia. Acessado em 07 de fevereiro de 2023.

⁷ Acessar: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15089904.htm>> Acessado em 09 de fevereiro de 2023.

governo. Ainda na década de 90, a Folha abalou o governo de FHC com o escândalo dos "Anões do Orçamento"⁸, revelando desvios de verba pública.

Nos anos 2000, a Folha consolidou sua tradição de denúncias e investigações, colocando o "poder eleito" em xeque. Os jornalistas analisavam cada mínimo detalhe com o intuito de realizar mais denúncias, tornando-se uma espécie de "fiscal político". Durante os governos petistas (2002-2016), durante o primeiro mandato do presidente Lula, a Folha destacou a política econômica do governo, que tinha uma visão mais liberal da economia, controlando a inflação e promovendo o crescimento econômico do país. O jornal chegou até a parabenizar o então Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. No entanto, também o criticou. As políticas sociais do governo, especialmente em relação ao programa Bolsa Família, foram consideradas pelo jornal como uma forma de "compra de votos" e "assistencialismo"⁹. Além disso, a Folha de São Paulo também criticou os casos de corrupção envolvendo o governo petista. O jornal foi um dos primeiros a noticiar o escândalo do Mensalão (BIROLI, 2014), no qual membros do PT foram acusados de pagar propina a parlamentares em troca de apoio político. A cobertura do jornal em relação a esse caso foi intensa e contribuiu para a ampla divulgação do escândalo.

Durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, a cobertura da Folha de São Paulo concentrou-se na crise econômica que o país enfrentava. O jornal criticou a política econômica do governo, que teria contribuído para o aumento do desemprego e da inflação. Além disso, a Folha também destacou os casos de corrupção envolvendo a Petrobras e outras estatais, descobertos durante o governo Dilma.

No entanto, a cobertura da Folha de São Paulo em relação aos governos petistas também foi alvo de críticas por parte de alguns setores da sociedade. Muitos acusaram o jornal de adotar uma postura parcial e anti-PT em sua cobertura. Algumas dessas críticas foram motivadas pelo fato de que a Folha de São Paulo pertence à família Frias, considerada próxima a setores conservadores da sociedade.

Foi através dessas investigações que a Folha ficou conhecida por suas análises profundas e incisivas sobre temas políticos, econômicos e sociais, que muitas vezes antecipam as tendências e os debates que surgirão nos meses seguintes.

⁸ Acessar: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15089904.htm>> Acessado em 10 de fevereiro de 2023.

⁹ Acessar: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2602200602.htm>> Acessado em 15 de fevereiro de 2023.

No entanto, apesar de todo o excelente trabalho que tem feito acerca das denúncias de corrupção e afins, a Folha também é criticada por alguns setores da sociedade, que a acusam de ter uma postura tendenciosa em relação a determinados temas (REGINATO; BENETTI, 2017). Por exemplo, há quem afirme que o jornal tem uma postura antipetista e antilulista, o que teria influenciado sua cobertura durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Além disso, a Folha também já foi acusada de dar mais espaço para opiniões de colunistas conservadores e de direita do que para opiniões de colunistas de esquerda.

Outra crítica que a Folha recebe é em relação ao seu modelo de negócios. Assim como outros jornais, a Folha tem enfrentado desafios econômicos nos últimos anos, com a queda das receitas publicitárias e a migração dos leitores para as plataformas digitais. Para contornar essa situação, o jornal vem adotando uma série de estratégias, como a criação de um *paywall* para o acesso às notícias exclusivas e a venda de produtos e serviços relacionados à marca Folha. No entanto, muitos leitores ainda questionam se essas estratégias são suficientes para garantir a sustentabilidade financeira do jornal e a qualidade de sua produção jornalística (PILAGALLO, 2012).

Apesar das críticas, a Folha de São Paulo segue sendo uma referência no jornalismo brasileiro e uma fonte de informação confiável para milhões de leitores. Com uma equipe de jornalistas experientes e comprometidos com a busca da verdade, o jornal tem um papel fundamental na cobertura dos principais acontecimentos do país e na formação da opinião pública.

Ressalta-se também que a Folha foi uma das primeiras publicações do Brasil a explorar as possibilidades tecnológicas e digitais, tendo lançado sua primeira versão eletrônica em 1996. Essa inovação permitiu que a Folha atingisse ainda mais leitores, tornando-se uma referência na imprensa brasileira.

Em resumo, o Jornal Folha de São Paulo é uma instituição jornalística de grande importância e influência no Brasil. Seu início, há mais de 100 anos, foi marcado pela visão de um empresário comprometido com a verdade e a justiça, e pelo objetivo de criar um veículo de comunicação independente e equilibrado. Desde então, a Folha tem seguido essa tradição, consolidando-se como uma referência no jornalismo brasileiro.

3. Patrimonialismo na mídia brasileira: de conceito sociológico a vício político

3.1 Seleção, codificação e análise empírica dos jornais FSP e O Globo

O processo metodológico adotado na presente pesquisa teve aspectos leves da Teoria Fundamentada dos Dados (TFD). Assim, a abordagem utilizada foi um método misto, que inclui técnicas qualitativas e quantitativas na mesma pesquisa (PARANHOS et al., 2016). O desenho da pesquisa está alicerçado por abordagens de cunho qualitativo e quantitativo em absolutamente todas as etapas da pesquisa, desde a coleta de dados até o resultado das análises. A escolha pela metodologia mista se deu devido às melhores possibilidades para o processo de realização da pesquisa, visto que, ao mesmo tempo que existem dados que foram raspados da web, há também uma grande discussão teórica acerca do tema. Com as técnicas de cunho quantitativo adotadas na pesquisa, com o auxílio da TFD, pode-se identificar as conceituações atribuídas ao objeto de estudo, patrimonialismo, que foram identificadas através das categorias criadas para "desenrolar" o fenômeno estudado.

A escolha dos jornais FSP e O Globo deve-se ao fato de que ambos os periódicos apresentam as maiores tiragens do país, estando no topo do ranking de alcance de público. Assim, seguindo os dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)¹⁰, em 2021, a Folha de S. Paulo obteve um aumento de 1,2% em sua tiragem geral comparado ao ano anterior, ficando entre os principais jornais em circulação e tiragem a nível nacional, tanto no impresso quanto no digital. Por outro lado, o jornal O Globo recuou em 14,1% das tiragens impressas, comparado ao ano anterior (2020), mas avançou em 16,1% na tiragem digital. Somando as tiragens impressas dos jornais Folha (66.188) e O Globo (67.179) com as tiragens digitais (299.899 e 305.959, respectivamente), tem-se aí os dois jornais que ocupam o topo do ranking de circulação nacional. A seguir, apresento os dados de circulação impressa e digital dos editoriais, segundo o IVC.

¹⁰ Ver: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/jornais-circulacao-digital-sobe-e-impressa-cai-em-2021>. Acessado em 07 de março de 2023)

Figura 1- Circulação dos principais jornais impressos.

TÍTULO	Circulação média (impresso) 2020	Circulação média (impresso) 2021	Variação
Super Notícia	99.534	77.116	-22,5%
Estadão	80.382	70.521	-12,3%
Globo	78.167	67.179	-14,1%
Folha	65.385	66.188	1,2%
Zero Hora	55.521	46.642	-16,0%
Valor	19.022	16.015	-15,8%
Estado de Minas	10.148	11.833	16,6%
Correio	14.451	11.600	-19,7%
A Tarde	8.862	8.552	-3,5%
O Povo	6.496	6.197	-4,6%
Total	437.969	381.843	-12,8%

Fonte: Instituto Verificador de Comunicação, 2022

Figura 2- Circulação dos principais jornais digitais.

TÍTULO	Circulação média (digital) 2020	Circulação média (digital) 2021	Variação
O Globo	263.571	305.959	16,1%
Folha	278.137	299.899	7,8%
Estadão	152.933	154.821	1,2%
Valor	102.467	108.959	6,3%
Zero Hora	69.516	76.027	9,4%
A Tarde	35.816	40.088	11,9%
Estado de Minas	27.457	29.576	7,7%
Correio	20.946	16.896	-19,3%
Super Notícia	39.261	15.788	-59,8%
Total	990.104	1.048.013	5,8%

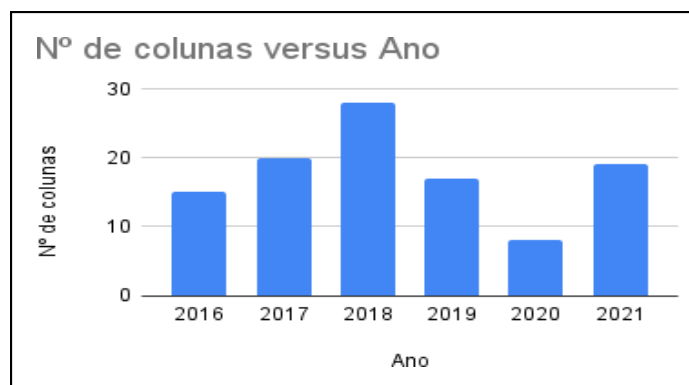
Fonte: Instituto Verificador de Comunicação, 2022

A escolha pelos jornais O Globo e a Folha de S. Paulo ocorreu por ambos possuírem os extratos de maior alcance nacional, ou seja, constituem-se em uma elite dos veículos de imprensa do Brasil (ALECRIM 2020). Esses veículos de imprensa, através de seus editoriais e afins, acabam por exercer grande influência no debate público nacional, além de possuírem uma forte capacidade de agendamento de temas e de influência na interpretação dos acontecimentos, contribuindo também para a formação do debate em outros veículos de comunicação. Diante disso, fica explícito que optar por trabalhar com os dois maiores jornais de circulação nacional permite analisar como o patrimonialismo passou de um conceito sociológico para uma vulgarização da vida política nacional, além de identificar e caracterizar os possíveis

significados atribuídos à noção de patrimonialismo e, por fim, identificar quem ou quais grupos são vistos como beneficiários do que são consideradas práticas patrimonialistas.

O objeto de pesquisa a ser analisado constitui-se de 69 colunas do jornal FSP e 53 do jornal O Globo, totalizando 122 colunas de jornais publicados entre janeiro de 2016 e dezembro de 2021. A escolha do marco temporal deu-se por alguns fatores: primeiro, a ruína da ex-presidente Dilma Rousseff com a coalizão dos representantes do legislativo; segundo, pelo “loteamento” que o vice de Dilma, Temer, fez para angariar apoio e elaborar sua coalizão, possibilitando a aprovação de grandes reformas institucionais; terceiro, os escândalos de corrupção que acabaram por colocar o patrimonialismo como um “aliado” dos corruptos, haja vista que o acusam de ser uma prática que visa à corrupção. As colunas analisadas na presente pesquisa passaram pelo processo de raspagem no próprio acervo dos respectivos jornais: FSP e O Globo¹¹. A seguir, apresento os gráficos acerca do número de citações que o patrimonialismo teve nos jornais durante o período supracitado.

Gráfico 1- Número de colunas da FSP que citam o patrimonialismo.

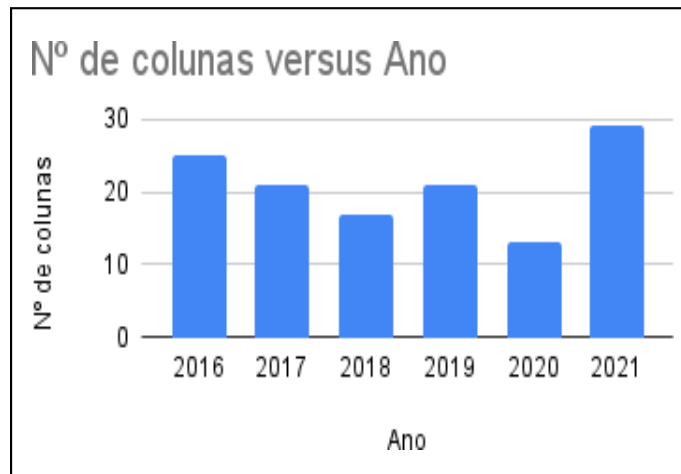


Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2- Número de colunas do O GLOBO que citam o patrimonialismo.

¹¹ Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>

Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>



Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais completa da pesquisa, os editoriais também foram submetidos a análise. Essa abordagem permitiu um estudo mais profundo, incorporando não apenas os dados e resultados da pesquisa, mas também a perspectiva editorial. A inclusão dos editoriais enriqueceu a análise, oferecendo uma visão mais holística do tema em questão. Portanto, a pesquisa foi conduzida de forma abrangente, considerando tanto o conteúdo principal quanto os comentários editoriais, resultando em uma compreensão mais rica do assunto em estudo. Foram analisados 16 editoriais do jornal Folha de S. Paulo e 24 editoriais do jornal O Globo.

Dito isso, partiremos para as etapas que a pesquisa seguiu. A primeira etapa foi a coleta de dados, ou seja, a raspagem dos dados nas páginas dos respectivos jornais. Para realizar a coleta, utilizou-se a técnica conhecida como raspagem de dados ou *web scraping*. Em poucas palavras, a técnica consiste na extração automatizada de informações disponíveis na internet. Pode-se raspar dados de qualquer site, seja revista, jornal, site de fofoca, site governamental, entre outros. As técnicas de raspagem de dados “nos possibilitam poupar um tempo precioso que podemos dedicar a outros aspectos da pesquisa”, bem como “evitam a possibilidade de erros por distração ou cansaço” (Nascimento, 2017, p. 04).

Para realizar a raspagem das colunas de forma automatizada, foi necessário utilizar scripts de comando (códigos) em linguagem de programação Python¹². Esses

¹² Python é uma linguagem de programação de alto nível, interpretada e versátil. Ela é conhecida por sua sintaxe simples e legível, o que a torna fácil de aprender e usar. Python é amplamente utilizada em desenvolvimento de software, ciência de dados, inteligência artificial, automação de tarefas, criação de aplicativos web e muito mais. Acessar: <<https://www.python.org/>>

scripts têm por finalidade acessar os sites dos jornais e coletar as informações específicas designadas pelo pesquisador (Rodrigues; Binda, 2019).

Embora os pacotes de script sejam disponibilizados via biblioteca da própria linguagem de programação, eles podem e devem ser editados pelo pesquisador para que se adequem à pesquisa que está sendo elaborada. Assim, os scripts, atualizados estarão aptos para a pesquisa a ser desenvolvida, realizam a devida coleta, fazendo o download em massa dos arquivos, que são salvos na pasta escolhida pelo pesquisador, em seu computador.

Com os scripts sendo executados, extraímos todas as colunas dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo publicadas entre janeiro de 2016 dezembro de 2021, que mencionaram, ao menos, uma vez o termo “patrimonialismo”. Apesar de adequar o script aos moldes da pesquisa, sempre acontece algum erro, devido a falhas nos acervos dos sites, assim acabam sendo baixadas colunas que não se inserem no objeto da pesquisa a ser realizada. Assim, a primeira etapa após a raspagem de dados é realizar a checagem do material que foi disponibilizado via o script, podendo assim descartar o material que não se adequa à pesquisa. Após essa checagem, conclui-se o material que será analisado para a pesquisa, totalizando 2016 colunas dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo.

Com a consolidação do material a ser analisado, passamos a transformar o formato dos arquivos baixados pelo script, uma vez que a matéria disponibilizada está em formato de imagem (JPG). Visto que o arquivo nesse formato não possui a opção de inserir comentários, rascunhos e afins, torna-se necessário realizar a transformação das imagens para arquivos em formato PDF. Para isso, utilizamos o software *ABBYY Fine Reader*¹³. Com a devida conversão dos arquivos, as colunas dos jornais estão aptas para serem analisadas. Assim, com o "terreno pronto", partimos para a próxima etapa da pesquisa, que consiste na divisão em categorias e análises através do Atlas.ti.

As 122 colunas que compõem o corpo de análise da presente pesquisa foram divididas em cinco grandes temas centrais: Política, Economia, Acadêmicos, Partidos

¹³ ABBYY Fine Reader é um software de reconhecimento óptico de caracteres que converte documentos físicos ou digitalizados em arquivos editáveis e pesquisáveis. Ele utiliza tecnologia avançada para extrair o texto de imagens e PDFs, preservando a formatação original, fontes, tabelas e layout. Acessar: <<https://pdf.abbyy.com/pt/>>

e, por último, Geral/Outros. Essas categorias não são puramente genéricas, pois o objetivo de dividi-las dessa maneira era somente para organizar melhor.

Com o ABBYY, pudemos elaborar memorandos para cada coluna. O memorando é uma tabela que serve para registrar anotações, comentários, descrições e possíveis rótulos criados durante a leitura (ALECRIM, 2020; CHARMAZ, 2009). Como bem ressalta Alecrim (2020, p. 77), "os rótulos são anotações pertinentes sobre os dados, criados pelo pesquisador para definir e/ou classificar o material analisado". Ou seja, esse é o primeiro passo a se fazer com a análise das colunas. A seguir apresentamos um memorando, de ambos os jornais, criado com a primeira análise.

Tabela 1: Memorando de codificação do FSP.

MEMORANDO INDIVIDUAL	
<p>Identificação: 2016-04 16_6021231.PDF</p> <p>Título: Comissão aprova parecer favorável ao impeachment</p> <p>Autores (as): Mariana Hubert, Valdo Cruz e Gabriel Mascarenhas</p> <p>Discussão chave: Apesar da coluna de jornal ter o impeachment como tema central, não se limita apenas a isso, visto que utiliza do patrimonialismo e da apropriação do Estado como justificativa para o impeachment.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A comissão especial do impeachment aprovou nesta quinta-feira o relatório final favorável à saída definitiva do cargo da presidente afastada. - A sessão desta quinta, que durou quase três horas, foi marcada por discussões e discursos inflamados. As falas foram majoritariamente pela sua saída definitiva sob argumentos de que, por uma irresponsabilidade administrativa, ela levou o país a uma crise econômica grave. -Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que os senadores terão de escolher entre dois cenários: "A perspectiva e a possibilidade de virarmos essa página" ou "a volta ao passado, a manutenção daquilo que há de mais primitivo, sobretudo no patrimonialismo e na apropriação do Estado".

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2: Memorando de codificação do O Globo.

MEMORANDO INDIVIDUAL

<p>Identificação: 2019-05-18_05-2019-sabado-pagina-a2-edicao-nacional</p> <p>Título: A política brasileira entre dois passados.</p> <p>Autores(as): Bolívar Lamounier</p> <p>Discussão chave: O tema central da coluna é fazer uma breve construção acerca da História da Estado patrimonialista brasileiro, dando enfoque na construção da Elite brasileira que acabou por tornar-se uma parte do Estado, além da criação da classe média.</p>	<p>-Em 1958, quando publicou <i>Os Donos do Poder</i> (Editora Globo), mestre Raymundo Faoro introduziu o conceito de patrimonialismo estabelecendo por meio dele a mais clássica das clássicas interpretações da História brasileira.</p> <p>-Nós, imbuídos da ideologia desenvolvimentista que à época emergia com todo o vigor, não quisemos perceber o paradoxo que o grande historiador gaúcho ali deixara.</p> <p>-Estado patrimonialista, uma estrutura que vive em função de si mesma, que persegue os objetivos que ela mesmo escolhe, e o faz distribuindo o grosso da riqueza e as melhores oportunidades de ganho entre os “amigos do rei”.</p>
---	---

Fonte: Elaboração Própria

Os memorandos acima representam como a análise de dados foi desenvolvida, sendo esta etapa crucial para a elaboração das categorias mais específicas da pesquisa. Para melhor organização, dividimos o memorando em duas colunas. A primeira contém as principais informações sobre a coluna, como o nome do arquivo PDF, autor, título da obra e um breve resumo do tema central discutido na coluna. A segunda é mais específica, contendo trechos da coluna e rótulos extraídos dela, que servem na elaboração das categorias mais específicas. Ressalta-se que essa etapa foi realizada em todas as colunas e auxiliou na próxima etapa.

Após a elaboração dos memorandos, seguimos para a próxima etapa, que consiste na criação de categorias classificadas de acordo com os argumentos que mobilizaram o tema do patrimonialismo. Ao analisar os argumentos utilizados, chegamos à conclusão de que haveria quatro categorias a serem usadas na última análise das colunas. A seguir, apresento as quatro categorias criadas. Ressalta-se que essas categorias serão utilizadas em ambos os jornais.

Tabela 3: Conceituação das categorias dos argumentos sobre o patrimonialismo

Argumento Econômico	Todo e qualquer trecho da coluna que discuta que as práticas tidas como patrimoniais acabam por prejudicar o desenvolvimento socioeconômico da nação, ou seja a prática patrimonial acaba por ser um empecilho para a Economia.
Argumento Político Moral	Todo e qualquer trecho da coluna que utilize o patrimonialismo como sendo elemento central para a estabilização política, ou seja os partidos acabam por usar para acabar com a polarização política ou sendo imoral.
Argumento Conceitual	Todo e qualquer trecho da coluna que tenha o patrimonialismo como sendo um argumento sociológico. Todo e qualquer trecho que defenda que o patrimonialismo é um conceito acadêmico, logo discute autores/acadêmicos em seu texto.

Fonte: Elaboração Própria

Cabe destacar que a utilização de categorias foi feita para uma análise mais aprofundada, e essa escolha se deu pela constatação de que ambos os jornais possuem argumentos similares. Além disso, essa estratégia foi baseada no que é exposto na Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), em que tudo é codificado e dividido em categorias.

Com a conclusão da microanálise de ambos os jornais e a oficialização das categorias de análise, a próxima etapa a ser seguida é o aprimoramento da análise dos dados, ou seja, a implementação dos conceitos da TFD. Assim, retornamos a cada coluna em busca de realizar uma análise mais detalhada. Destaca-se que uma coluna de jornal pode ser associada a mais de uma categoria para fortalecer o argumento exposto no texto.

Para realizar essa análise, composta por 212 colunas, de forma eficiente e rápida, utilizamos o software ATLAS.ti. Com o auxílio desse software, pudemos realizar a análise dos jornais, comparar e observar suas similaridades. Além disso, ressalta-se que, apesar dos jornais serem distintos, utilizamos o mesmo processo de análise em ambos no software ATLAS.ti.

A utilização do ATLAS.ti ocorreu de maneira qualitativa, visto que nosso objetivo era analisar as colunas. Assim, uma por vez, adicionamos as colunas em formato PDF otimizado pelo ABBYY, na Unidade Hermenêutica (HU), que é, basicamente, o arquivo que contém todos os dados da pesquisa. Feito isso, passamos a criar os códigos (categorias): Argumento conceitual, Argumento Político-moral e

Argumento econômico. Com a aba "memos", oferecida no ATLAS.ti, conseguimos criar comentários/insights que surgiam durante o processo de análise das colunas.

À medida que avançávamos nas análises, o ATLAS.ti elaborava as "quotations" (citações), ou seja, os trechos que se enquadravam em alguma categoria inserida no software. Essas citações ficam registradas no software, organizadas de acordo com as categorias do seu agrupamento. Além disso, com a funcionalidade "Outputs", também disponibilizada no software, podemos ter acesso ao relatório completo dos códigos que foram criados no ATLAS.ti. A seguir, apresento um exemplo de relatório de cada jornal.

Figura 3: Exemplo de relatório criado no Atlas.ti da FSP

P 3: 2020-02-13_15815669673091.pdf - 3:1 [A equação anterior, em que o.] (1:1124-1:1280) (Super)

Codes: [Argumento político]
No memos

A equação anterior, em que o governo distribuía a máquina pública para obter maioria no Congresso, simplesmente se esgotou.

P 3: 2020-02-13_15815669673091.pdf - 3:2 [Distribuir emendas e cargos ao.] (1:2862-1:3004) (Super)

Codes: [Argumento político]
No memos

Distribuir emendas e cargos aos deputados amigos é reproduzir cansativamente nosso surrado patrimonialismo político.

Fonte: Dados da pesquisa (Atlas.ti, 2023)

Figura 4: Exemplo de relatório criado no Atlas.ti do O Globo.

P 5: 2018-07-22_07-2018-domingo-pagina-b2-edicao-nacional.pdf - 5:1 [O tal Centrão carrega as defor.] (1:7299-1:7546) (Super)

Codes: [Argumento político]
No memos

O tal Centrão carrega as deformações de nossa política. E, com as exceções possíveis, agrupamento fisiológico aferrado ao toma lá dá cá e ao que há de pior no patrimonialismo herdado do Brasil Colônia.

Fonte: Dados da pesquisa (Atlas.ti, 2023)

As figuras acima mostram que com a ferramenta *Outputs*, podemos criar relatórios como estes contendo as identificações fundamentais da coluna de jornal, como a data de publicação, trechos codificados, as categorias que se encaixam na coluna e as *memos* (anotações). Ou seja, podemos perceber que a presente função do *software* é essencial para o processo de análise, na medida em que o torna mais

organizado e preciso, além de permitir realizar comparações com os demais dados que já foram analisados.

Por fim, neste capítulo, discutimos detalhadamente como se deu a abordagem metodológica da presente pesquisa, tendo como objetivo assegurar a qualidade e confiabilidade dos resultados obtidos. Destaca-se que a busca da melhor metodologia possível para alcançar o objetivo proposto possibilitou uma análise sistemática e rigorosa do problema em questão. Através da análise feita nos jornais, foi possível identificar similaridades nas colunas, mesmo sendo de autores e jornais diferentes, visto que há uma forte repetição de argumentos, possibilitando uma codificação mais precisa. Assim, nas próximas seções do capítulo serão apresentadas as discussões acerca dos dados que foram feitos a partir da análise das colunas de jornais da Folha de São Paulo e O Globo, ou seja, discutiremos os resultados da análise através dos argumentos encontrados nas colunas e editoriais de cada um dos jornais.

3.2 Patrimonialismo na mídia brasileira

No presente capítulo, apresentamos o resultado da análise realizada ao longo da pesquisa. Assim, haverá discussões separadas acerca das análises feitas na pesquisa atual. Dito isso, farei uma breve análise comparativa dos jornais analisados, FSP e O GLOBO. Salienta-se que realizar uma comparação entre os dados levantados é essencial para observar as prováveis semelhanças e diferenças presentes em ambas as instituições de comunicação, além de analisar como seus colaboradores (colunistas) lidam com a temática do patrimonialismo.

Ressalta-se, como foi mencionado no capítulo anterior, que a quantidade de colunas de jornais que de alguma forma citam o patrimonialismo é de 69 para o FSP¹⁴ e 53 para o jornal O Globo, totalizando 122 colunas e diferentes temáticas. Além dessas colunas, também realizarei a análise dos editoriais que citam o patrimonialismo.

Dito isso, apresentarei abaixo duas breves tabelas acerca dos dados analisados ao longo da pesquisa.

¹⁴ Acessar:< <https://www1.folha.uol.com.br/colunaseblogs/#colunas-e-blogs>> Acessado em 10 de julho de 2023

Tabela 1: Resultado dos dados do Globo

O GLOBO						
Argumento/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conceitual	11	5	4	6	4	4
Econômico	8	6	9	6	2	6
Político moral	34	13	16	16	5	9

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2: Resultado dos dados da Folha.

Folha de São Paulo						
Argumento/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conceitual	1	1	2	2	2	4
Econômico	5	4	0	6	4	9
Político moral	12	18	9	17	13	15

Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar que ambos os jornais possuem um elevado número de publicações ao longo dos anos. Todos os dias novas colunas são publicadas por ambos, abordando temas variados como gastronomia, economia, política, esporte, entre outros.

As tabelas acima mostram dados importantes a serem comparados, e faremos uma significativa comparação entre eles. Em primeiro momento, destaca-se a quantidade de colunas do jornal O Globo que utilizam algum tipo de conceito do patrimonialismo em relação ao baixo número do FSP no mesmo período, referindo-me aqui ao argumento conceitual.

Não muito diferente, o argumento econômico também apresenta uma forte presença no Globo, se comparado com o número de vezes do FSP. O motivo do baixo número do FSP em relação ao Globo acaba sendo desconhecido, considerando que há um elevado número de colunistas que representam o FSP em comparação com a quantidade de colunistas do O Globo.

Diferente dos demais argumentos, o Político-moral acabou sendo destaque em ambos os jornais, sendo o argumento central para a compreensão e discussão do texto da coluna. Esse argumento foi muito utilizado em ambos os jornais, com ênfase

no O Globo, que gerou um maior número de citações, mas o FSP não fica muito atrás em questões de citações. Ao analisarmos as tabelas acima, percebemos que existe um número significativo de citações em ambos os jornais, no mesmo período, 2016 e 2017. Esse fato pode estar relacionado a uma das maiores ocorrências da democracia brasileira, ou seja, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a ascensão de seu sucessor, Michel Temer, que foi amplamente noticiado por ambos.

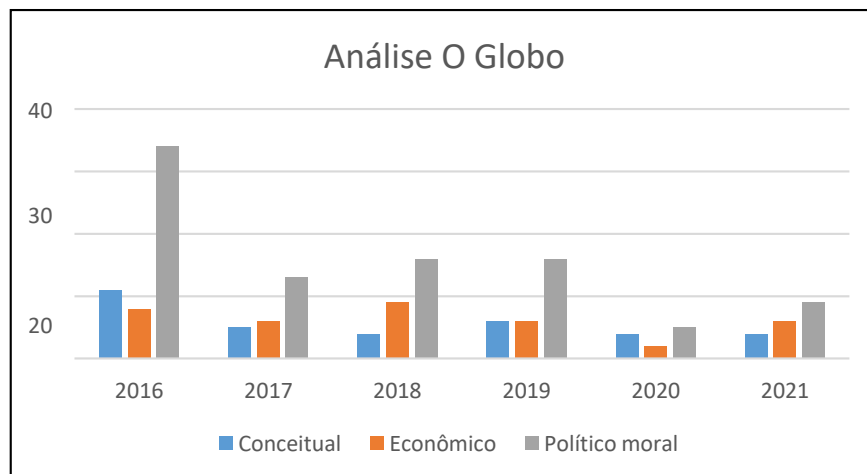
Para concluir essa breve apresentação de dados, destaco que ambos os jornais possuem um corpo de colunistas diversificado, com especialistas em várias áreas e com diferentes pensamentos sobre diversos temas. Assim, existe uma grande influência de seu modo de pensar nos periódicos, sendo o modo de pensar politicamente falando predominante na maioria das vezes.

4. Análise dos argumentos legitimadores do jornal O Globo

No período de janeiro de 2016 a dezembro de 2021, O GLOBO publicou um total de 53 colunas de jornais que acabam por citar, ao menos uma vez, alguma das nossas categorias. Assim, como nas seções anteriores, as próximas seções da presente pesquisa apresentarão os elementos mais significativos para o trabalho, por conterem elementos essenciais à discussão acerca da forma como o patrimonialismo acabou sendo vulgarizado no Brasil. Para fins de melhor organização e, conseqüentemente, compreensão, cada um dos argumentos será discutido de maneira individual.

Vale destacar que abaixo está o gráfico norteador da análise dos dados coletados para fins de melhor compreensão.

Gráfico 1: Resultado da análise de dados do O Globo.



Fonte: Elaboração própria

4.1 Análise do Argumento Político-Moral

O argumento político-moral foi o mais utilizado no jornal O Globo para discutir o debate público sobre o patrimonialismo. Ele apareceu na maioria das publicações do jornal. Embora o patrimonialismo tenha sido concebido como um termo sociológico para mostrar a falta de diferenciação entre o público e o privado, ele foi vulgarizado no jornal O Globo em diferentes debates políticos.

Inicialmente, discutiremos uma coluna publicada em 2016, na qual o patrimonialismo é visto como o "vilão" da vida política brasileira. A ele é atribuída "a corrupção endêmica e o Estado como caverna de ladrões" (O GLOBO, 2016). Além disso, o jornalista vê o patrimonialismo como uma raiz entranhada em nossa alma,

que ocasiona grandes escândalos de corrupção: "o patrimonialismo está entranhado [...] em nossas almas como um tumor inoperável" (O GLOBO, 2016).

O conceito de patrimonialismo ganhou notoriedade e se tornou objeto de discussão frequente no jornal O Globo em diversos debates políticos. Um exemplo notável ocorreu em 2016, quando uma coluna editorial abordou o patrimonialismo como uma questão central na vida política brasileira. Nesse contexto, o patrimonialismo foi caracterizado como o "vilão" que desempenhava um papel significativo na disseminação da corrupção endêmica e na concepção do Estado como um antro de ladrões (O GLOBO, 2016).

O jornalista responsável pela coluna argumenta que o patrimonialismo é algo profundamente enraizado na cultura política brasileira. Era visto como um elemento intrínseco à nossa sociedade, que contribuía para a ocorrência de escândalos de corrupção em larga escala. A metáfora utilizada para ilustrar essa ideia era a de um tumor inoperável, sugerindo que o patrimonialismo estava tão profundamente arraigado em nossa psique política que sua remoção parecia impossível (O GLOBO, 2016).

Essa visão do patrimonialismo como um fator determinante nos problemas políticos do Brasil é uma perspectiva importante, mas não a única. É fundamental reconhecer que existem diversas interpretações sobre o patrimonialismo e suas ramificações na política brasileira. Algumas análises argumentam que o patrimonialismo pode ser superado por meio de reformas institucionais e mudanças culturais, enquanto outras consideram que suas raízes são profundas demais para serem erradicadas de forma simples.

Já na coluna publicada no dia 21 de junho de 2016, o autor expressa sua sensação da complexidade da vida política brasileira, na medida em que houve um impeachment no Brasil, logo Temer assumiu o poder. Para relatar essa complexidade política, o autor menciona que 'estamos reduzidos às sensações' (O GLOBO, 2016), sugerindo que a complexidade da situação política atual não pode ser totalmente compreendida com base em fatos concretos, mas apenas por meio de sensações ou intuições. Além disso, o autor relata o patrimonialismo como sendo um dos hábitos tradicionais, ou seja, para o autor o patrimonialismo acaba sendo um conceito que descreve bem a gestão do Estado brasileiro, na medida em que é de forma personalista, em que o poder é usado para benefício pessoal ou de grupos próximos.

Isso muitas vezes envolve nepotismo, corrupção e apropriação dos recursos públicos para uso privado.

O jornalista ainda relata que o patrimonialismo 'com suas teias ocultas de escândalos, estão arrebatando juntos e irrompendo da lama escondida por séculos' (O GLOBO, 2016), ou seja, para o jornalista o patrimonialismo está rompendo e trazendo a 'lama' da política brasileira e emergindo de uma camada obscura ou oculta que existe há séculos. Ademais, as 'teias ocultas de escândalos' (O GLOBO, 2016) originadas pelo patrimonialismo acabam mostrando as práticas corruptas e antiéticas que estavam escondidas ou veladas, mas que agora estão se tornando evidentes e visíveis.

Diante de todos esses frutos do patrimonialismo desse ser que atua como agente privado no setor público/governabilidade, acaba gerando nada além da 'perda total', tanto do Estado quanto do progresso, que assume a máquina pública como uma extensão familiar. A jornalista Miriam Leitão, ainda no governo petista, relata que o Estado petista era: 'o desastre regressista, talvez com 'perda total'. Nunca vi gente tão incompetente e ignorante. São as mesmas besteiras de cinquenta anos atrás.' (O GLOBO, 2016). Para além disso, a jornalista entende que

'Tudo que construíram, com sua invejável 'militância', foi um novo patrimonialismo de Estado, em nome do projeto deslumbrado de Lula: 'Eu sou do povo; logo, luto por mim mesmo'. Com suas alianças com a direita feudal, Lula revigorou o pior problema do país: o patrimonialismo endêmico' (O GLOBO, 2016).

Ainda em 2017, o jornalista Merval Pereira discorre acerca das 'lutas' judiciárias que ocorrem durante e atualmente na Lava Jato, no que tange ao não respeito da hierarquia e, comumente, os laços de amizades jurídicas. Para o autor, o embate entre juízes e desembargadores e promotores da Lava-Jato, além é claro dos ministros do STF, mostra que o patrimonialismo brasileiro está tão vigente que nem o próprio judiciário respeita a hierarquia. De um lado temos um juiz do STF que, na surdina, libera o ex-presidente Lula da prisão, enquanto do outro temos um juiz de primeira instância derrubando o habeas corpus de um juiz do STF.

Ainda para o jornalista, todos têm razão, mas as hierarquias judiciárias devem ser respeitadas; especificamente, todos têm razão em pontos específicos e estão errados em outros tantos (O GLOBO, 2016).

Para o jornalista Merval Pereira, o problema acerca dessa 'guerra judiciária' tem nome certo, nada mais é que o 'patrimonialismo ainda prevalece, mas está sendo duramente combatido, para outro, mais amadurecido politicamente, em que a Justiça

pode atingir a todos, e em que os direitos do cidadão são mais respeitados' (O GLOBO, 2017).

Já em outra coluna, Miriam Leitão tece sua crítica acerca das privatizações que foram feitas durante o governo Temer, a que o mesmo denominava seu governo como 'governo de reformas'. Para a jornalista, devemos sim, diminuir o tamanho do Estado, citando até outros países que se desenvolveram através de estados mais focados/robustos, na medida em que reduzir o Estado, segundo a mesma,

[...] não só para que não seja tão caro, ineficiente e corrupto, mas para que possa focar no que interessa: segurança, saúde, educação, saneamento. Além de blindar a máquina pública das mãos 'dos senhores feudais' (O GLOBO, 2017).

Miriam Leitão discorre ainda sobre a necessidade de privatizar ou não a máquina pública, na medida em que essas empresas vendidas acabam sendo compradas pelos lobistas, ou seja, velhos amigos dos entes políticos, visto que isso seria o nosso velho patrimonialismo brasileiro em que:

Muitas empresas privadas continuam a ordenhar o Estado. O capitalismo não é uma ideia vencedora no Brasil. Direita e esquerda, ao governarem, impuseram mais Estado e mais proteção e subsídio às empresas que se definem como nacionais. (O GLOBO, 2017).

Já o jornalista Luiz Carlos Azevedo utiliza o patrimonialismo para discutir acerca das mordomias do judiciário, validando sua tese após os ministros pedirem uma nova remessa de vinhos, além, é claro, das mordomias do legislativo (Congresso). Assim, para o autor, as mordomias da elite política resumem-se ao nosso velho patrimonialismo, herdado historicamente pela herança ibérica, mas contra o qual devemos lutar, pois são "benesses que as guildas conseguem sugar do patrimônio da União e transferir para seus componentes à guisa de compensação que julgam merecer" (O GLOBO, 2018).

A mobilização do patrimonialismo acerca de benesses estatais não para por aí. Em 2018, o jornalista Merval Pereira fortificou a sua contribuição jornalística publicando a coluna "Alhos com Bugalhos", na qual questiona veementemente as mordomias concedidas ao setor judiciário, fazendo comparações dos gastos nacionais do judiciário em muitos outros países. O jornalista também ressalta o elevado custo do setor legislativo brasileiro, fazendo comparações com o mesmo setor de todo o mundo. Para Pereira, a origem de todo esse mal está no patrimonialismo, visto que as mordomias do setor judicial e do legislativo advêm de uma herança histórica de

patrimonialismo, que se refere a um sistema em que o governo é percebido como propriedade privada de quem o ocupa, em vez de um serviço público.

4.2 Análise do Argumento Econômico

O posicionamento econômico adotado pelo grupo Globo se caracteriza, de maneira geral, como mais conservador. Um exemplo notório desse conservadorismo é o apoio inicial à operação Lava-Jato, que muitos meios de comunicação associavam a uma possível prisão política do então ex-presidente Lula. A Lava-Jato é um tema frequentemente debatido nas páginas do jornal, sendo analisada como o maior esquema de corrupção já descoberto no Brasil, no qual verbas públicas foram desviadas de maneira escandalosa. Essa situação de impasse, de acordo com o ponto de vista do jornal, expôs de maneira flagrante um fenômeno que permeia a história do Brasil: o patrimonialismo. Essa mentalidade, que é historicamente enraizada, tem nos conduzido ao estado de nação em que nos encontramos, repleto de desigualdades sociais. Em outras palavras, o patrimonialismo se tornou uma ferramenta econômica que políticos usam para garantir apoio político em suas respectivas regiões. Isso muitas vezes se manifesta como um tipo de "voto de cabresto".

Muitos desses deputados e políticos locais desviam verba pública com dois principais objetivos em mente: em primeiro lugar, aumentar seu próprio patrimônio pessoal, e, em segundo lugar, destinar parte desses recursos para aliados políticos e/ou regiões que garantiriam seu domínio político e, conseqüentemente, sua reeleição. Esse ciclo de corrupção, influência política e desigualdade tem sido um ponto-chave nas discussões do jornal, enfatizando a necessidade de reformas e mudanças no sistema político e econômico do Brasil.

Em 2017, a jornalista Miriam Leitão demonstrava as previsões futuras da economia. A situação econômica em 2017 deveria ser de crescimento, queda da inflação e descida gradual das taxas de juro. Este otimismo contrastava com um 2016 desafiador. Contudo, as esperanças de que esta recuperação começasse no quarto trimestre de 2016 parecem ter sido postas em espera. O ponto-chave aqui é que a economia está mostrando sinais de contração, frustrando as expectativas de uma recuperação mais rápida. Essa incerteza traz consigo muita preocupação. O governo enfrenta grandes desafios, com cinco ministros já tendo deixado os seus cargos e um

quinto tendo se demitido de forma controversa, desferindo um duro golpe em outro membro do governo.

Para além disso, a jornalista ressaltou o desentendimento entre o ex-ministro Marcelo Calero e o ministro Geddel Vieira Lima, que transcendeu a simples discordância e mostrou como alguém muito próximo do núcleo do governo cometeu um erro que não poderia ser tolerado. As ações de Geddel, em busca de um favor pessoal, não eram aceitáveis, e a falta de percepção disso levantou sérias questões. Em suas entrevistas, Geddel chegou a se questionar sobre o que ele havia feito de errado, demonstrando uma clara desconexão com a gravidade de sua conduta.

Tal situação, contudo, serve como um lembrete da importância da integridade no governo. Ministros não podem usar seus cargos para benefício próprio, especialmente em um momento em que o país enfrenta uma luta incansável contra a corrupção, o nepotismo e o patrimonialismo. Além do mais, para a autora esse “confronto” de ministros nada mais é do que uma simples batalha entre partidos para obter mais um assento ministerial, para colocar os interesses privados acima dos públicos, ou seja, patrimonialismo.

Por outro lado, o jornalista Rycardo Rangel vê a noção de patrimonialismo através da elevada tributação existente no Brasil. A tributação brasileira é uma das maiores do mundo, sendo também uma das maiores em proporções de riqueza do mundo por meio de impostos (36% de toda a riqueza gerada no país), e ainda precisa obter fundos adicionais (10% do Produto Interno Bruto - PIB) por meio de endividamento. O autor destaca que, apesar desse alto custo de impostos, o sistema econômico do Brasil é marcado por problemas como o "capitalismo de Estado", o "compadrio" e o "patrimonialismo". Essas práticas, segundo o autor, levam à corrupção, incompetência e ineficiência no funcionamento do Estado brasileiro.

Já a jornalista Mirian Leitão aborda também a questão do BNDES, ressaltando sua importância. A autora ressalta que o BNDES é um componente fundamental para o país devido ao seu papel em financiar uma variedade de setores econômicos, incluindo energia e transportes. De acordo com o autor, o BNDES é responsável por financiar 50% da expansão da energia no Brasil e 70% das energias renováveis, com um destaque notável para a energia eólica.

Apesar da imensurável relevância que a autora dá ao BNDES, a mesma menciona o desafio de equilibrar o desenvolvimento econômico com a prevenção do patrimonialismo brasileiro, que envolve a apropriação privada de recursos públicos e

influência política em benefício próprio. Isso sugere que, embora o BNDES seja crucial para o desenvolvimento do país, é importante garantir que ele não seja usado indevidamente para fortalecer práticas corruptas e de favorecimento pessoal.

4.3 Análise do Argumento Conceitual

Nos debates públicos, a abordagem conceitual frequentemente ocupa um espaço limitado nas colunas do jornal "O Globo". No entanto, é importante notar que o patrimonialismo é frequentemente associado de maneira simplista a práticas de corrupção e disfunções na administração pública. É fundamental explorar esse conceito mais profundamente e compreender as diversas maneiras pelas quais ele é interpretado e aplicado.

Em "O Globo", o patrimonialismo tem sido abordado em várias frentes. Uma dessas interpretações envolve a acusação de que o governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva teria sido um divisor de águas no ressurgimento do patrimonialismo, ao transpô-lo da academia para a vida política. Essa visão sugere que o governo "revigorou a mistura entre o público e o privado" (O GLOBO, 2016). Sob essa ótica, o patrimonialismo passou a ser visto como um guia para a política brasileira, um paradigma que influenciou a gestão pública.

No entanto, o debate sobre o patrimonialismo vai muito além dessa interpretação simplista. A análise conceitual do patrimonialismo pode nos levar a uma compreensão mais abrangente das raízes históricas da administração pública no Brasil. Essa visão pode ser útil para avaliar não apenas o governo Lula, mas também outros períodos da história política do país, permitindo uma análise mais contextualizada. Além disso, a relação entre o patrimonialismo e a corrupção deve ser discutida de maneira mais equilibrada. Embora o patrimonialismo tenha sido historicamente associado a práticas corruptas, também é importante reconhecer que a corrupção é multifacetada e complexa. Nem toda forma de patrimonialismo necessariamente implica corrupção, e o foco deve ser direcionado para a promoção de uma administração pública transparente e ética.

Para os jornalistas, o patrimonialismo é uma temática central na história brasileira, com raízes que remontam à época da colonização portuguesa, quando ocorreu o cerceamento da autonomia do "Novo Mundo". Mais do que um mero conceito sociológico, ele é frequentemente encarado como o responsável pelo

"adultério secular entre o público e o privado" (O GLOBO, 2016). O patrimonialismo, sob essa perspectiva, está intrinsecamente ligado à questão da corrupção em larga escala que tem assolado o país. A transição da administração patrimonial portuguesa para a colônia brasileira resultou em desdobramentos políticos devastadores. O país se viu imerso em um cenário em que a corrupção proliferou, comprometendo a gestão pública e minando a confiança da sociedade. O resultado foi um Brasil "repleto de pessoas ignorantes" (O GLOBO, 2017), não apenas no sentido educacional, mas também em relação à perda de confiança nas instituições. Os jornalistas ainda refletem a permanência do patrimonialismo, sendo interpretado e reinterpretado à medida que os governos mudam, mas ele persiste, ou seja, tanto a Direita quanto a Esquerda usam e abusam do patrimonialismo. Os jornalistas veem vestígios do patrimonialismo nas grandes operações de corrupção que assolam o país, como o Mensalão, Lava-Jato e afins.

Ainda para os jornalistas, o patrimonialismo se apresenta como um elo intrínseco à questão da corrupção em larga escala que tem assolado o país. O legado da administração patrimonial portuguesa na transição para a colônia brasileira desencadeou uma série de desdobramentos políticos devastadores. O resultado foi um cenário em que a corrupção proliferou, corroendo a integridade da gestão pública e minando a confiança da sociedade. Isso não apenas afetou o aspecto educacional, mas também resultou em uma profunda perda de confiança nas instituições. Em palavras de O GLOBO (2017), o Brasil se viu "repleto de pessoas ignorantes". A persistência do patrimonialismo, conforme observado pelos jornalistas, é notável. Independentemente de quem está no governo, tanto a Direita quanto a Esquerda têm explorado esse conceito de maneiras diversas. A sombra do patrimonialismo se estende sobre a política brasileira, deixando sua marca. Os jornalistas veem evidências claras da influência patrimonialista nas grandes operações de corrupção que têm abalado o país, como o Mensalão, a Lava-Jato e outros casos similares.

O conceito de patrimonialismo, tal como retratado pelo jornal, tem sido caracterizado como uma definição histórica da verdadeira face da administração pública, marcada pela ineficiência e inépcia. No entanto, à medida que a sociedade avança rumo à modernidade, o termo passa por uma evolução que vai além das interpretações weberianas convencionais. Historicamente, o patrimonialismo representou um sistema em que os interesses pessoais dos governantes se sobrepujam aos interesses da burocracia estatal. Essa sobreposição de interesses

frequentemente resultava em práticas ineficientes e falta de transparência na gestão pública.

Para a jornalista Miriam Leitão, o governo brasileiro carece de valores essenciais, tais como a transparência nas prestações de contas, igualdade de oportunidades, eficiência estatal e maior produtividade (O GLOBO, 2019). Em outras palavras, o Estado brasileiro deve se orientar por novos princípios, assegurando a "divulgação aberta de informações, orçamentos e gastos públicos, permitindo que a sociedade acompanhe de perto a atuação do governo" (O GLOBO, 2019). Assim, Miriam Leitão defende a necessidade de modernizar e aprimorar a administração pública brasileira, direcionando-a para uma abordagem mais transparente, eficiente e comprometida com o bem-estar da sociedade. Nesse contexto, o patrimonialismo deixa de ser apenas um conceito histórico e se torna um ponto de partida para as reformas necessárias em prol de uma gestão pública mais eficaz e responsável. Os limites patrimoniais ultrapassam a barreira nacional e passaram a servir de base para os ditos "coronéis", como bem ressaltou Merval Pereira:

"O Brasil é também um país patrimonialista: não há limites claros entre o público e o privado. Basta observar a falta de cerimônia com que Sarney, Collor, Jucá, Padilha, Temer, entre outros, se apropriam de recursos públicos. Essa prática prejudicial afeta todos os níveis do serviço público, não se limitando apenas ao topo, e tem sido uma característica persistente desde o descobrimento." (O Globo, 2020)

Ou seja, para o jornalista o Brasil passa por um processo de privatização da máquina pública. Portanto, ele vê a necessidade de uma nova reestatização do estado, cujo papel seja de bem-estar social, que não seja caro, ineficiente e corrupto, mas para que possamos focar no que interessa: saúde, segurança, educação e saneamento.

4.4 Análise dos editoriais do jornal O GLOBO

Durante o longo período que vai de janeiro de 2016 a dezembro de 2021, o jornal O Globo publicou um total de 19 editoriais que trataram, em pelo menos uma ocasião, de argumentos relacionados à crescente vulgarização do patrimonialismo no âmbito do debate público. Nos próximos trechos da pesquisa, concentraremos nossa análise nos textos que mais se destacaram, uma vez que contribuíram de maneira significativa para a discussão dos argumentos que fundamentam essa questão no

contexto de O Globo. Isso nos permitirá compreender de forma mais abrangente como o jornal abordou o tema do patrimonialismo e sua crescente prevalência no cenário público ao longo desse período de grande importância.

A princípio, estaremos analisando o editorial publicado no dia 13 de março de 2016, intitulado "Crise complexa", no qual o jornal analisa de forma cirúrgica a crise que acometeu o governo da então presidenta Dilma Rousseff. O jornal atribui toda a culpa ao PT por gerenciar a máquina pública de maneira irresponsável, ressaltando o fardo que foi a nova matriz econômica imposta pela então presidente Dilma. Segundo o jornal, "A nova política econômica destruiu lentamente as bases da estabilidade macroeconômica do país" (O GLOBO, 2016). Além disso, o jornal coloca em xeque o governo petista, argumentando que este usou e abusou do patrimonialismo para se tornar "os donos do poder [...] em vez de se opor a tal prática, acabou por fortalecê-la" (O GLOBO, 2016).

Já no editorial intitulado "Uma chance de 14 meses", publicado em 16 de setembro de 2017, o jornal discorre sobre o governo do então presidente Temer. Segundo o jornal, Temer teve uma chance inigualável de melhorar a situação do país, visto que o Brasil enfrentava a maior recessão econômica desde a ditadura. O jornal ressalta que não se importa com a aristocracia que depôs Dilma Rousseff, mas sim com os crimes políticos que ela cometeu por vaidade do ex-presidente Lula. Ainda para o jornal, o que levou ao subdesenvolvimento está no cerne do populismo que "quer cuidar do povo, em vez de se deixar guiar por ele e suas necessidades, um populismo herdeiro do velho e histórico patrimonialismo" (O GLOBO, 2017).

No editorial "Impeachment: forma e conteúdo", publicado em 04 de setembro de 2017, é discutida a história política brasileira. O jornal afirma que a tradição bacharelesca do Brasil é nada mais que um resquício do patrimonialismo português, o que "leva à hipervalorização da forma jurídica em detrimento do conteúdo". O jornal argumenta que "não houve golpe porque a forma legal foi respeitada. Fica em segundo plano a questão central: para haver impeachment, tem de haver crime de responsabilidade pessoal do presidente, o que não ocorreu" (O GLOBO, 2017).

Em 2016, no editorial "Um até logo às utopias", o jornal discorre sobre a "dramática história do metalúrgico" que se tornou presidente, preservando em seus discursos a igualdade para todos, mas cujo mandato terminou marcado pela corrupção no estilo patrimonialista, com seus líderes e mediadores bilionários presos por atos ilícitos. O jornal observa que o patrimonialismo não foi extinto, mas entrou em

conflito com a esfera burocrática, representada pela Justiça e pela pressão das redes sociais. O populismo, que prometia honestidade e igualdade na transformação, acabou por minar o elo entre o governo e a sociedade à medida que a mensagem do petismo se tornou cada vez mais centrada em Lula (O GLOBO, 2016).

No editorial publicado em 25 de maio de 2020, intitulado "O conflito", o jornal discorre sobre a estrutura patrimonial à qual o sistema brasileiro foi submetido. Para o jornal, a delação premiada da JBS não é uma simples confissão de um crime, mas uma evidente repetição das práticas históricas do que vem a ser o patrimonialismo brasileiro, cujas características foram transplantadas no estado brasileiro durante a colonização ibérica. O jornal destaca que a estrutura patrimonialista ibérica resistiu a todas as transformações da sociedade, resultando nos altos escândalos de corrupção e na apropriação do Estado (O GLOBO, 2020).

No editorial do dia 14 de abril de 2019, intitulado "A nova roupa do patrimonialismo", o jornal faz uma análise profunda do conceito de patrimonialismo, remontando às suas raízes europeias e destacando como esse conceito encontrou sua maneira peculiar de manifestação no contexto brasileiro. O editorial oferece uma revisão literária detalhada das diversas interpretações e abordagens que o patrimonialismo recebeu ao longo do tempo.

O editorial mergulha nas origens do patrimonialismo, traçando seu desenvolvimento desde a Europa, onde o termo inicialmente se referia a um sistema de governo baseado no controle pessoal do líder sobre os recursos do Estado, em outras palavras, através da dominação tradicional weberiana. Ele destaca como o patrimonialismo se adaptou e evoluiu no Brasil, adquirindo nuances e características únicas no cenário político e administrativo do país.

Uma parte crucial do editorial é a exploração das diferentes perspectivas acadêmicas e intelectuais que tentaram entender e explicar o fenômeno do patrimonialismo no contexto brasileiro. Ao longo dos anos, o termo passou por interpretações variadas, desde abordagens sociológicas e políticas até análises econômicas. O editorial examina como essas interpretações moldaram nossa compreensão do patrimonialismo e influenciaram as políticas e reformas no Brasil.

Além disso, o editorial destaca as mudanças e transformações recentes no patrimonialismo, sugerindo que ele está assumindo uma "nova roupa", ou seja, evoluindo em resposta às demandas e desafios do século XXI. No editorial, a prática da confusão entre público e privado, o assim chamado patrimonialismo, é condenada

pela editoria, mas ao mesmo tempo reconhece que o patrimonialismo está "fantasiado de nova política" (O GLOBO, 2019). Ou seja, o patrimonialismo no Brasil já não é mais visto apenas como um conceito, mas sim como uma parte crucial do sistema brasileiro.

No editorial do dia 26 de junho de 2019, intitulado "Dentro ou fora da Curva?", mostra-se a face de um novo tipo de patrimonialismo: o maquiavélico, cujos autores se inspiram na obra de Maquiavel, utilizando-a como uma metáfora da sociedade brasileira. Segundo o editorial, "os brasileiros o trazem de volta ao conjunto das relações pessoais legitimadas por meio político-legal" (O GLOBO, 2019). Para o jornal, os brasileiros acabaram por destruir as hegemonias das grandes famílias patriarcais, mas não colocaram em prática as "regras igualitárias do mundo público republicano" (O GLOBO, 2019).

Por fim, percebe-se que nos editoriais a mobilização acerca do patrimonialismo é ampla e enfrenta muitas vicissitudes. A discussão em torno desse conceito complexo e multifacetado frequentemente envolve uma série de desafios. Os editoriais abordam essas dificuldades ao lidar com as implicações práticas do patrimonialismo na política e na administração pública. Eles reconhecem que a superação das características negativas do patrimonialismo requer não apenas análises críticas, mas também soluções práticas e reformas efetivas.

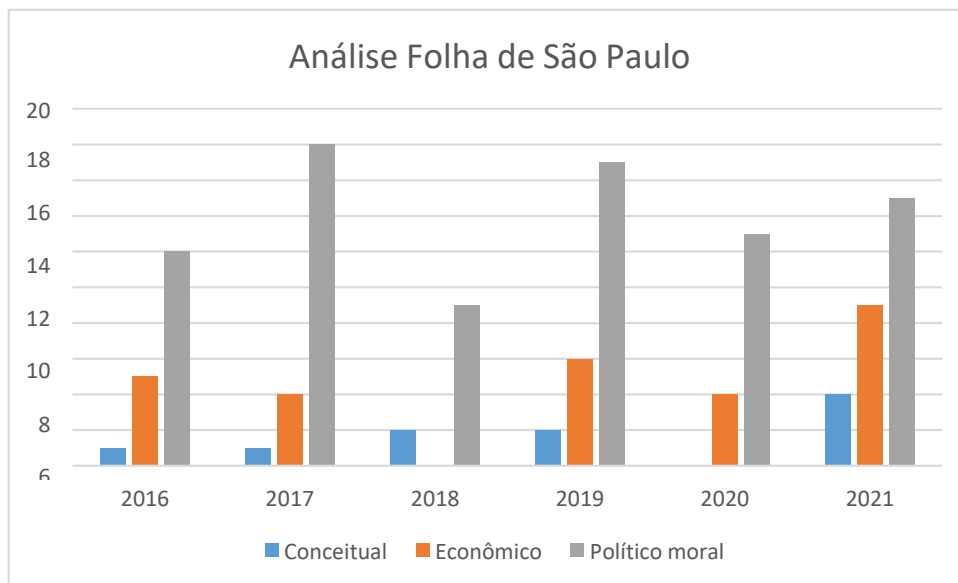
Além disso, os editoriais também tendem a refletir sobre o papel da sociedade civil na mobilização contra o patrimonialismo. Eles destacam a importância da participação ativa dos cidadãos na demanda por transparência, prestação de contas e governança responsável. Isso pode incluir a pressão por reformas legais, a promoção da educação cívica e o fortalecimento das instituições democráticas.

5. Análise dos argumentos legitimadores do jornal FSP (colunas)

No período de janeiro de 2016 a dezembro de 2021, A Folha de São Paulo publicou um total de 69 colunas de jornais que acabam por citar, ao menos uma vez, alguma das nossas categorias. Assim, como nas seções anteriores, nas próximas seções da presente pesquisa apresentarão as seções mais significativas para o trabalho, por apresentarem elementos essenciais a discussão acerca da forma como o patrimonialismo acabou sendo vulgarizado no Brasil. Para fins de melhor organização e, conseqüentemente, compreensão, cada um dos argumentos será discutido de maneira individual.

Vale destacar que abaixo está o gráfico norteador da análise dos dados coletados para fins de melhor compreensão.

Gráfico 2: Resultado da análise de dados da FSP.



Fonte: Elaboração própria

5.1 Análise do Argumento Político-Moral

O argumento político-moral foi o mais utilizado pela Folha de São Paulo para discutir o debate público sobre o patrimonialismo. Ele apareceu na maioria das publicações do jornal.

No Brasil, a recepção do conceito de patrimonialismo foi conturbada, resultando em diversas variações. Além disso, o termo saiu do debate acadêmico e se tornou comum no debate público, abordado de diferentes perspectivas. Segundo os colunistas da FSP, a maioria acusa o patrimonialismo pelas grandes mazelas do

Brasil, conectando-o à corrupção, à política baseada em amizades e ao baixo progresso socioeconômico.

Como já elucidado neste trabalho, o conceito de patrimonialismo de Weber sofreu diversas interpretações no Brasil, indo além do debate acadêmico e alcançando o debate político e as redes de comunicação. Na FSP, o argumento político-legal concebe o patrimonialismo por meio de várias discussões. Uma delas é sua utilização para destacar as desigualdades existentes no Estado, evidenciando os privilégios para alguns e a alta concentração de renda. Isso mantém a desigualdade no país, beneficiando um grupo seletivo.

Ressalta-se que esses privilégios acabam afetando diretamente os gastos públicos, na medida que existe um direcionamento de verbas a nível federal para os Estados e cidades dos “amigos congressistas” (Folha de São Paulo, 10 de janeiro de 2016), esse direcionamento de verbas acaba ocasionando o aprofundamento das desigualdades, haja vista que isso realiza a perpetuação do frágil estado de bem-estar social que acaba afetando o país, pois as desigualdades já só tendem a ser mais aprofundadas com os múltiplos laços de amizades governamentais existentes.

Outro ponto político discutido pelos colunistas está nas escolhas dos funcionários que acabam não tendo qualquer tipo de profissionalização/técnica para gerenciar o cargo públicos. Desde a constituição de 88, o número de concursos acabou sendo amplificado, ocasionando uma nova mudança na situação administrativa e tornando assim “elemento central do welfare state brasileiro” (Folha de São Paulo, 29 de set. de 2016, pag. 3).

Apesar dessa mudança, existe um elevado número de cargos comissionados a serem indicados pelo presidente, e esses cargos acabam servindo como “loteamentos patrimoniais” para aqueles que almejam um cargo, mas que terá que fazer parte do governo, ou seja, ser favorável aos projetos, PECs e afins, em troca de um assento comissionado. Apesar de isso ser um problema, alguns colunistas ressaltam que existe a possibilidade de realizar a indicação de “amizade”, mas que sendo de teor técnico, ou seja, existe a possibilidade de unir amizade e profissionalização.

Com esse fato político, o autor/colunista vê o patrimonialismo não como uma prática incorreta ou algo do tipo, mas como uma regra da forma de governo em questão: o presidencialismo de coalizão.

Além das questões já analisadas, acrescenta-se que o patrimonialismo também é tido como um dos fatores que dá péssima educação que o Brasil possui. Um fato legitimador disso está na falta de interesse da elite política brasileira por investir em Educação, como ressalta o colunista Álvaro Costa e Silva. O Brasil foi um dos últimos países da América a criar uma universidade, fato que ocorreu apenas no século XX, a elite colonizadora, monarquistas e os primeiros republicanos não possuíam algum interesse pela educação. Fato que fez o ensino superior estar presente na agenda nacional somente nos anos 30. A captura do Estado pelo patrimonialismo foi o fator central nessa péssima escolha, na medida em que com a privatização, os donos do poder acabaram estando mais preocupados em reservar terras, buscar mais créditos, e orçamento público para as classes mais baixas, e deixando de lado a educação, sobretudo a educação básica em que está localizada a classe proletária, mas investir na educação básica, segundo o colunista, acabaria fazendo com que o sistema de privilégios ruísse. Ou seja, a história desenvolvimentista do Brasil acabou negligenciando a educação básica, colocando à margem os necessitados, especialmente a população negra. Isso resulta em um acesso limitado para os mais pobres, que em sua grande maioria era negra, mantendo as desigualdades educacionais, perpetuando as desigualdades e, claro, o Estado de privilégios.

Outro ponto muito discutido entre os colunistas está no vício do Brasil em querer pegar atalhos, isso em esferas gerais, tanto na administração quanto no dia a dia do brasileiro. Há essa vontade de solucionar seus problemas e afins de maneira mais rápida possível, mas existe um problema referente ao demasiado processo burocrático que acaba sendo imposto pelo Estado, atrelado à vida corrida no cotidiano das pessoas, devido a esses fatos as pessoas buscam mecanismos que possam acelerar o processo, utilizando assim relações sociais de amizade em diversas situações que lhes convêm, seja burlando leis, regras e normas, tudo em favor de um atalho. Colunistas como Armínio Fraga e Marcos Lisboa veem que esse modo de pegar atalhos, o chamado “jeitinho brasileiro” ao patrimonialismo muito latente no Estado brasileiro, que segundo eles, acabou sendo originário do Estado patrimonial português, haja vista que ocorreu a transferência da máquina burocrática patrimonial portuguesa para a colônia brasileira.

Para alguns colunistas, o jeitinho brasileiro acabou sendo “desenvolvido” pelo fato da máquina pública ter se transformado em uma extensão de interesses privados daqueles que a controlam. Assim, o jeitinho brasileiro acaba surgindo como uma forma

de possuir vantagens individuais por meio de relações pessoais e pelo nepotismo. Ou seja, esse tipo de patrimonialismo acaba por ocasionar a priorização de laços de amizade/favores ao invés do bem-estar coletivo, tendo como resultado as práticas de desvio de verba pública.

Ainda para os jornalistas o desvio de verba pública é a etapa mais cruel do jeitinho brasileiro, o desvio acaba sendo impulsionado por diversas práticas ilícitas, como a apropriação de verbas para infraestrutura, projetos sociais, educação, saúde e diversos outros serviços sociais. E esse tipo de corrupção acontece por meio dos superfaturamentos em licitações, acordos com as empresas que farão as obras, propina, desvio para contas particulares e afins.

Ou seja, para os jornalistas, o jeitinho brasileiro ocasionado pela lógica patrimonialista corrobora para a propagação da cultura da impunidade e corrupção, em que coloca em xeque a confiança da sociedade frente às instituições e até mesmo ao próprio Estado.

A lógica patrimonialista do jeitinho brasileiro contribui para a disseminação de uma cultura de impunidade e corrupção, minando a confiança da população nas instituições e no próprio Estado. Além disso, o desvio de verba pública priva a sociedade de investimentos importantes em áreas como saúde, educação, infraestrutura e segurança, impactando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Como é bem elucidado por Armínio Fraga, economista e colunista da FSP,

[...] que todos, seja o judiciário, legislativo, executivos, funcionários públicos e afins “desejam manter privilégios que envolvem gastos públicos, o que pode gerar uma complacência com a inflação.” (Folha de São Paulo, 05 de fev. de 2017, pag. A2).

Outro ponto diretamente ligado a isso, está política do toma lá dá cá, atrelada ao patrimonialismo, está na concentração de poderes políticos, em que familiares acabam tornando verdadeiros “donos do poder”, em que a chefia do município/estado passa de pai para filho, ou algum outro entre familiar, é o caso do Estado do Maranhão que por 20 anos foi administrado pela família Sarney e que o poder do Estado foi passado de pai para filha, como afirma Hélio Schwartzman em sua coluna:

O Estado do Maranhão, deixado administrado por muitos anos pela família Sarney se deparando com o legado Sarney, pois a realidade do Estado um elevado número de pobreza e altos índices de corrupção. Pesquisa do IBGE de dezembro mostrou que o Maranhão foi a única unidade federativa em que mais da metade (52%) da população viveu em situação de pobreza em 2016. A recessão foi mais severa no Estado, onde o PIB despencou 8% no acumulado de 2015 e 2016, segundo dados do governo estadual. A extrema

pobreza avançou em quase 2% nos últimos três anos, assim como no restante do Nordeste. (Folha de São Paulo, 26 de dez. de 2017. Pag. A3)

Para além do Estado do Maranhão, estaria a política do Estado de Pernambuco, em que existe uma ocupação da máquina pública pelos mesmos clãs familiares, em que de um lado está a família Arraes e do outro a família Campos, mas ambas originárias de Miguel Arraes. Em 2020, Hélio Schwartzman analisou o patrimonialismo dando ênfase ao estado nordestino de Pernambuco, visto que estava ocorrendo a disputa do executivo municipal (Recife), entre dois membros da mesma família, de um lado João Campos, bisneto de Miguel Arraes; do outro estava sua prima Marília Arraes, neta do Miguel Arraes. Sem contar que há poucos quilômetros de Recife está a filha do ex-vice-governador, Raquel Lyra, concorrendo à reeleição à prefeitura de Caruaru, esses embates políticos familiares acabam mostrando o lado personificado do patrimonialismo em grande escala, cuja família possui poder desde 1959, segundo o colunista Sérgio Rodrigues; Além desses casos, no agreste pernambucano, Petrolina mais precisamente, existe o domínio da família Dantas datado desde 1800, ou seja, há mais de dois séculos uma cidade é dominada por uma única família.

Já para o colunista Joel Pinheiro, existe uma discussão acerca do patrimonialismo como algo padronizado no discurso sobre as mazelas que acometem o país, para o autor, tanto a Esquerda quanto a Direita realizam a manutenção do patrimonialismo como sendo a origem dos problemas brasileiros. Ainda para o autor, o que acontece no Brasil é a criação de estereótipos nos discursos em que colocam o patrimonialismo como sendo o problema central a ser enfrentado e que na mente da Esquerda ao enfrentar o patrimonialismo acabaríamos por resolver os demais problemas como a desigualdade, racismo, injustiça e afins. Joel finaliza o texto relatando que "estamos muito longe do ideal igualitário do socialismo, ou, vá lá, dos países nórdicos". Por outro lado, a Direita vê o patrimonialismo como sendo o causador da corrupção através da elevada burocracia, que acarreta o jeitinho brasileiro de ser. Por fim, o autor afirma que as instituições brasileiras são frágeis, que o Estado é ineficiente, além de possuir um capitalismo mais de laços de compadrio do que competitivo. Apesar disso, o autor afirma que "estamos muito longe do ideal igualitário do socialismo, ou, vá lá, dos países nórdicos" e também da "eficiência impessoal, da ética do trabalho e da ambição norte-americana" (Folha de São Paulo, 26 de dez. de 2017, pág. A5). Apesar desses problemas, o autor relata que mesmo

que o patrimonialismo seja extinto não resultará na solução de todos os problemas, visto que o patrimonialismo não é o problema central do Estado brasileiro.

Para além das questões políticas discutidas acerca do patrimonialismo, existe também o incremento das acusações do patrimonialismo como sendo o fato principal do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. De acordo com o colunista Carlos Ayres Brito, o patrimonialismo jogou o Brasil na crise política de 2016, pois para ele ocorreu uma grande ruptura da então presidente em exercício do período com a sua base de governo/congressistas. Segundo o autor, é notório que existem desvios de verbas públicas, na medida em que o presidente em exercício deve realizar um "incentivo" ao centrão para que o mesmo consiga obter maioria na casa legislativa e poder realizar um bom governo, assim o patrimonialismo serve como uma forma de fortalecer a democracia brasileira, ao promover uma governança mais robusta e estável. Apesar disso tudo, segundo o autor, existiu uma grande fragilidade estrutural no governo da Dilma, pois havia fortes investigações acerca do desvio de verba pública, corporativismo e para piorar a então chefe do executivo lançou o pacote anticorrupção.

5.2 Análise do Argumento Econômico

O argumento legitimador econômico é o segundo mais utilizado nas colunas do jornal FSP. O que mais chama a nossa atenção é o fato de o argumento estar sempre inserido em um debate mais transversal. A noção de patrimonialismo pela ótica econômica sofre uma série de atributos acerca dos entraves que fazem o Brasil ser o atual Brasil, ou seja, repleto de problemas, sendo o país mais desigual do mundo, repleto de escândalos de desvio de verba pública e afins.

Nas colunas, muitos dos jornalistas discutem a noção de gasto público de maneira eficaz que possa ocasionar também receitas públicas saudáveis, com gastos enxutos e de maneira eficaz. No entanto, existe o “entreve brasileiro”: o patrimonialismo é o nome concedido a ele. Visto que os jornalistas acabam por colocar em questão as altas despesas do Estado brasileiro e, sobretudo, a dívida pública que tem aumentado expressivamente ano após ano. Além disso, o Brasil tem passado por diversos problemas no que tange questões econômicas, sobretudo nas recessões econômicas, muito bem ressaltadas pelos jornalistas, que a então presidenta Dilma

Rousseff acabou colocando o Brasil, com isso, o país passou a ter alguns anos com o PIB sem crescer, um dos fatores que levaram à queda do governo da presidenta.

A recessão de 2015, segundo os jornalistas, acabou sendo um dos momentos mais desafiadores da história brasileira, tendo essa recessão como fruto de um conjunto de problemas no Estado brasileiro, como: escândalos de corrupção decorrentes do patrimonialismo, problemas estruturais na economia, estatais sendo loteadas, além da baixa de preço das commodities, que eram e são os pilares da economia brasileira. Para os jornalistas, alguns fatores da recessão merecem destaque, sendo: elevada desaceleração econômica, pois a economia entrou em processo de desaceleração, fazendo o PIB encolher 3,5% ao ano, seguido de um encolhimento maior ainda em 2016. O segundo ponto está nos grandes escândalos de corrupção.

Desaceleração econômica: A economia brasileira entrou em uma fase de desaceleração já nos anos anteriores a 2015, mas foi nesse ano que a recessão se aprofundou significativamente. O Produto Interno Bruto (PIB) do país encolheu mais de 3,5% em 2015, seguido de uma contração ainda maior em 2016. O segundo ponto relevante está nos grandes escândalos de corrupção que acabaram fomentando a recessão econômica. Em 2015, um dos maiores esquemas de corrupção veio à tona, o chamado “Petrolão”, um caso de corrupção em larga escala, um sistema de corrupção cujo alvo era a Petrobras sofreu perdas significativas em seu valor de mercado, afetando o setor de energia e a economia em geral, já que a descoberta envolvendo políticos do alto escalão, empresários e afins, acabou minando a confiança dos investidores e agravou a instabilidade política no Brasil. Além disso, o desemprego e inflação elevados, visto que a recessão levou a uma escalada do desemprego, com milhões de brasileiros perdendo seus empregos. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu em níveis elevados, prejudicando o poder de compra da população. Queda dos preços das commodities, porque a economia brasileira dependia muito da exportação de commodities, como petróleo, minério de ferro e soja. Em 2014 e 2015, os preços dessas commodities caíram acentuadamente nos mercados internacionais, prejudicando as receitas de exportação do Brasil e contribuindo para a recessão.

Tudo isso acabou ocasionando um descontrole fiscal, em que mesmo a presidenta da época, Dilma Rousseff, assumindo medidas de austeridade para tentar frear a crise como cortes de gastos e aumentos de impostos, acabou não surtindo

efeito, ou seja, essas medidas, embora necessárias para estabilizar as finanças públicas, tiveram um impacto negativo na qualidade de vida de muitos brasileiros.

Com a recessão de 2015, as contas públicas brasileiras, que já não iam bem, acabaram se agravando, colocando em questão a falta de compatibilidade entre a exigência da responsabilidade fiscal/enxugamento dos gastos, sendo que existe a necessidade do Brasil em cumprir a gratuidade e o acesso à Educação, Saúde e Saneamento. Além disso, existe outro desafio que é o do frágil modelo de bem-estar social que possuímos, juntamente com as múltiplas formas de patrimonialismo existente no estado brasileiro. Assim...

Deveríamos nos esforçar para distinguir entre direitos fundamentais, indispensáveis à construção de uma sociedade moralmente aceitável, de privilégios injustificadamente adquiridos graças ao nosso eterno patrimonialismo, que só servem para ampliar a desigualdade e engordar setores parasitários da sociedade brasileira. (Folha de São Paulo, 2016)

Além desse desafio, os profissionais da imprensa observam que a má gestão dos fundos públicos, decorrente do patrimonialismo, frequentemente traz à tona a questão da "luta de classes". Esta problemática se desdobra em diversos aspectos que merecem análise. Primeiramente, a falta de uma administração eficiente dos recursos públicos contribui para a perpetuação das disparidades sociais. Os recursos destinados muitas vezes não atendem às necessidades da população mais desfavorecida, comprometendo o bem-estar social. Isso porque, em vez de serem direcionados para políticas públicas que visem à igualdade e à inclusão social, esses recursos acabam beneficiando predominantemente as classes mais privilegiadas.

Em segundo lugar, a "luta de classes" torna-se evidente quando se percebe que as alocações de verbas públicas muitas vezes são influenciadas por interesses particulares em detrimento do interesse coletivo. O patrimonialismo, ao favorecer a concentração de poder e recursos nas mãos de uma elite, resulta em uma competição desigual por recursos escassos. Isso pode levar a conflitos e tensões sociais, à medida que grupos menos favorecidos buscam justiça e igualdade na distribuição de recursos.

Além disso, a falta de transparência e accountability na administração pública alimenta o ciclo do patrimonialismo, tornando difícil para a sociedade monitorar e responsabilizar os agentes públicos por suas ações. Isso fortalece ainda mais a percepção de que a gestão pública prioriza interesses particulares em detrimento do bem comum.

No setor econômico as críticas ao patrimonialismo são atreladas aos péssimos retornos financeiros que as empresas públicas dão ao Estado, além de relatar também a questão de que muitas vezes essas empresas acabam sobrevivendo somente da verba pública que o Estado cede mensalmente. Ou seja, o patrimonialismo acaba sendo um grande entrave para o desenvolvimento/funcionalidade econômica/administrativa das empresas públicas, melhor dizendo da eficiência na gestão das estatais.

Ressalta-se que todos esses problemas, para os jornalistas, são fruto da nossa história política em que o sistema político de coalizão acaba por obrigar o Estado a realizar os loteamentos estatais/cabides de empregos. Assim o patrimonialismo acaba sendo a verdadeira administração das estatais, na medida em que os concursos acontecem, mas para os cargos menores, enquanto as diretorias, presidências, conselhos e afins acabam sendo cabide de emprego para os “amigos políticos” da base governamental.

Assim a administração patrimonial das estatais acaba se caracterizando como um modelo arcaico e falho em que falta uma boa profissionalização daqueles que assumem. Muitas vezes, isso acaba ocasionando corrupção e afins. Decorrentes desses fatos estão as consequências que afetam a vida de toda a sociedade, além do fortalecimento das medidas liberais como a privatização da máquina pública, não do modo patrimonial, mas econômico mesmo.

Decorrente desse modelo patrimonial das estatais, os jornalistas acabam discorrendo sobre cinco problemas, sendo eles: 1) ineficiência operacional, ou seja, como na administração patrimonial não existe um requisito técnico, há somente o requisito de tornar-se súdito do governo, acaba que quem recebe o cargo não possui algum tipo de profissionalização e, conseqüentemente, causa o desperdício de verba pública com decisões nada técnicas e afins; o problema 2 consiste na corrupção e no desvio de verba pública. Para os colunistas, na medida em que as estatais passam a ser de partidos, não do governo, prejudicam o setor fiscal das empresas públicas, visto que começam a ocorrer grandes sistemas de corrupção, como o caso da Lava-jato, por exemplo. Além da perda fiscal, há a perda de investidores que acabam se afastando da bolsa de valores do país, o que acarreta o terceiro problema: a falta de transparência. Com a privatização das estatais pelo patrimonialismo, o ambiente torna-se opaco pela falta de informações, dados, dando a entender que a empresa não está indo bem, ou seja, afasta investimentos privados.

O quarto problema ressaltado pelos jornalistas concerne à instabilidade e falta de continuidade. Como o cargo é político ao longo do governo (4 anos), ele muda constantemente de pessoa, o que prejudica a implementação de políticas e estratégias ao longo do tempo, já que cada pessoa que assume o cargo estipula novas metas, objetivos e afins.

Por fim, o quinto e último problema consiste no desestímulo à inovação e eficiência. Segundo os colunistas, os investidores e acionistas buscam sempre inovação, mas os comissionados acabam priorizando interesses pessoais e políticos, resultando em um ambiente sem qualquer tipo de inovação e eficiência. As empresas públicas acabam sendo ineficientes e não promovem o desenvolvimento econômico.

Além desses problemas discutidos acima, o patrimonialismo acabou sendo interpretado por outras diversas causas. Outra mobilização atribuída ao patrimonialismo na visão do patrimonialismo como causador da crise brasileira que ocasionou o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, visto que o patrimonialismo é uma prática secular em que se desdobra...

“[...] numa diabólica trindade: a corrupção sistêmica, o desperdício mais desenfreado de recursos públicos, o corporativismo de todos os matizes e disfarces. Tudo junto a impedir que o substantivo “sacrário” rime com “erário”.” (Folha de São Paulo, 2017)

5.3 Análise do Argumento Conceitual

No Brasil, o conceito de patrimonialismo acabou sendo reformulado e amplamente debatido por diversos intelectuais ao longo do tempo. Essa reformulação ocorreu devido às características específicas do contexto político e administrativo do país. O patrimonialismo brasileiro é frequentemente associado a desafios como a corrupção sistêmica, a falta de transparência e a ineficiência governamental.

Além disso, o conceito de patrimonialismo também se difundiu no debate político dos principais jornais do país, como a Folha de São Paulo e O GLOBO, sendo frequentemente utilizado para descrever práticas políticas questionáveis e disfuncionais. Esse uso frequente do termo nos meios de comunicação contribuiu para sua vulgarização e para a conscientização pública sobre os desafios associados ao patrimonialismo na política brasileira.

A noção do patrimonialismo como uma "herança ibérica" ocupou um papel proeminente no pano de fundo das discussões presentes nas colunas. Isso se deve ao fato de que a discussão sobre o patrimonialismo frequentemente associa o

colonizador português como o principal responsável pela formação da sociedade brasileira tal como a conhecemos. Esse enfoque crítico coloca em questão não apenas as práticas patrimoniais do período colonial, mas também suas influências continuadas na estrutura política, econômica e social do Brasil contemporâneo.

A ideia de que o patrimonialismo é uma herança deixada pelo colonizador português lança luz sobre a natureza das instituições e práticas que moldaram o país ao longo de sua história. Isso abre espaço para um debate complexo sobre as origens do patrimonialismo e suas implicações nas questões sociais, econômicas e políticas do Brasil. Além disso, sugere que entender o patrimonialismo como um conceito é crucial para avaliar as dinâmicas presentes na sociedade brasileira.

O conceito de patrimonialismo no Brasil, acabou ultrapassando os limites acadêmicos e passou a ser tema chave no debate público, assim o conceito acabou sendo abraçado e publicamente “abrasileirado”. Logo, nos jornais, o termo acabou sofrendo variações conceituais, sendo a princípio utilizado como um termo sem qualquer tipo de contextualização histórica, algo fundamental para a compreensão de Weber, ou seja, não há uma contextualização, o termo somente foi inserido nos debates.

Em sua coluna, Carlos Eduardo, retoma a história brasileira para discutir o tema, iniciando a discussão acerca da corrupção no Brasil, ou seja, a princípio, o patrimonialismo acabou tornando-se sinônimo de corrupção, algo que foi muito discutido, não por essas palavras, pelo então historiador SBH, ao afirmar que o Brasil forneceria ao mundo o homem cordial e por ele não conseguir distinguir as relações de amizade do bem público, logo estaria ocasionando o jeitinho brasileiro, ou seja, a corrupção.

Assim, o termo patrimonialismo acabou sendo utilizado como um mero sinônimo de corrupção. Na literatura brasileira, cronistas, já mostram a personalidade brasileira já no século XVIII,

[...]os estrangeiros no século 18 quando, ao tentar fazer negócios no Brasil Colônia, deparavam-se com a personalidade das relações e a importância da influência. Patrimonialismo, nepotismo e a cordialidade descrita por Sérgio Buarque de Holanda — fomos inventando e absorvendo essa interminável taxonomia que traduz a desigualdade de acesso, a privatização do que é público e o desprezo ao mérito, a facilidade do 'jeitinho'. (Folha de São Paulo, 2019)

Além disso, em outra coluna do jornal em questão, o patrimonialismo surge novamente como um causador de corrupção, ou seja, ele está diretamente vinculado às práticas de corrupção, na medida em que o patrimonialismo emerge como ponto

central do subdesenvolvimento do país e é frequentemente associado ao nosso peculiar processo de colonização, que nos legou não apenas a escravidão e a inquisição, mas também os altos índices de corrupção. Visto que,

“O patrimonialismo é um fenômeno complexo que impregnou as estruturas políticas e sociais do Brasil. Ele se manifesta na apropriação de recursos públicos por parte de indivíduos ou grupos no poder, muitas vezes em benefício próprio e de suas redes de relacionamento. Essa prática, arraigada ao longo da história do país, criou um ambiente em que a corrupção, o nepotismo e a falta de meritocracia são desafios persistentes.” (Folha de São Paulo, 2020)

Apesar disso, o jornalista Elio Gaspari, em sua coluna, discorre sobre a perspicácia de Jessé Souza em analisar que o patrimonialismo, conforme o modo weberiano, não deve ser confundido com o conceito de corrupção. Para ele, o intelectual está correto, pelo fato de que na antiguidade os monarcas frequentemente se apropriavam dos recursos públicos como se fossem de sua propriedade pessoal, algo aceito como uma norma na época. No Estado Moderno, porém, o conceito de corrupção é repaginado com uma nova dimensão.

O surgimento do Estado burguês moderno trouxe consigo uma estrutura institucional mais clara e regras mais rígidas de governança, nas quais a corrupção é frequentemente percebida como a apropriação indevida de recursos públicos para benefício pessoal. No entanto, o patrimonialismo ainda pode ser observado em muitas partes do mundo, onde as fronteiras entre o público e o privado permanecem tênues, e os líderes continuam a agir de maneira que sugere uma sensação de propriedade sobre os recursos do Estado.

"Os monarcas antigos costumavam usar o dinheiro público como se fosse deles porque, de fato, essa era a regra. Corrupção é quando você faz isso sob um Estado burguês moderno. O patrimonialismo descreve, portanto, situações em que as esferas econômicas e política ainda não estão bem demarcadas, como nas sociedades modernas.

Jessé tem razão em dizer que o conceito de patrimonialismo não equivale ao de corrupção, principalmente em sociedades em que as fronteiras entre essas esferas ainda não estão claramente definidas, como nas sociedades modernas." (Folha de São Paulo, 2018)

Portanto, compreender a distinção entre patrimonialismo e corrupção é fundamental para analisar as complexidades das práticas políticas e econômicas em diferentes contextos históricos e culturais, bem como para desenvolver estratégias eficazes de governança e combate à corrupção nas sociedades contemporâneas.

5.4 Análise dos editoriais do jornal FSP

Durante o extenso período compreendido entre janeiro de 2016 e dezembro de 2021, a Folha de São Paulo publicou um total de 16 editoriais que abordaram, em pelo menos uma instância, argumentos relacionados à crescente vulgarização do patrimonialismo no âmbito do debate público. Em sintonia com os conceitos previamente discutidos nas seções precedentes deste estudo, os próximos segmentos da pesquisa destacarão aqueles textos que se revelaram mais impactantes para a análise, pois contribuíram substancialmente para a discussão dos argumentos que legitimam essa problemática no contexto da Folha de São Paulo. Dessa forma, será possível compreender de maneira mais completa como a Folha de São Paulo abordou a questão do patrimonialismo e sua vulgarização no cenário público ao longo desse período significativo.

O primeiro editorial a ser discutido na presente seção foi publicado em 06 de setembro de 2016. No texto "Balanço de uma época", o FSP afirma que o patrimonialismo é uma prática que está presente na sociedade há anos, além de colocar no mesmo patamar da corrupção. Ou seja, o patrimonialismo é uma amálgama do estado brasileiro, que acaba por gerar o péssimo desenvolvimento socioeconômico do país, como é bem elucidado:

“Após o pleito de 2014, o ajuste se provou incontornável, mas o custo desnecessariamente inflado de amargas medidas de austeridade já ultrapassava o que a frágil coalizão de apoio a Dilma Rousseff e seu próprio partido podiam assimilar. A era petista termina, levando, levando consigo um sistema exausto de falsidades doutrinárias, arrogância, maniqueísmo e irresponsabilidade econômica. Não terminam, porém, o patrimonialismo, a burocracia, a corrupção, o apadrinhamento e o arcaísmo político com o qual o país convive há séculos.” (Folha de São Paulo, 06 de set. de 2016, pag. A2)

Já no editorial publicado em 05 de março de 2017, a Folha de São Paulo retoma a discussão acerca do patrimonialismo como sendo algo ruim para a sociedade, na medida em que acaba por arruinar o desenvolvimento. O texto diz:

“O panorama do campo no Estado de São Paulo se distingue pelo ultraeficiente cultivo e processamento de cana-de-açúcar. Isso não impede que a classe produtora paulista conviva com os resquícios do atraso nacional fruto do patrimonialismo retrógrado, como observa-se há quatro décadas na Federação da Agricultura Pecuária do Estado (Faesp).” (Folha de São Paulo, 05 de março de 2017, pág. A2)

No editorial do dia 28 de setembro de 2017, intitulado "Esqueletos estatais", o jornal veiculou mais uma vez a noção de patrimonialismo com a mesma noção de corrupção. O texto mostra que o BNDES acabou sendo alvo de mais uma operação da Polícia Federal que investiga a ligação do banco com a empresa JBS, dos irmãos Wesley e Joesley Batista. O patrimonialismo surge no jornal com o caso o Joesley

Batista após gravar uma conversa com o então senador Aécio Neves (PSDB-MG), em que o auxiliaria com verba para a campanha, mas em troca queria um cargo e mais verba do BNDES, ou seja, existiam uns vestígios “[...] abundantes daquilo que é mais retrogrado na política, o patrimonialismo, ou da promiscuidade entre interesses políticos e empresarias. ” (Folha de São Paulo, 28 de set. de 2017, pág. A2)

Partindo para uma ótica mais econômica, do dia 18 de abril de 2018, o jornal em questão publicou um editorial intitulado "Barbosa, ao centro", em que o ex-ministro Nelson Barbosa tece críticas ao governo do partido dos trabalhadores. O mesmo reconhece as boas políticas públicas que foram feitas durante o governo do Partido dos Trabalhadores, mas faz críticas negativas à política de subsídio das estatais, considerando-a como sendo puramente patrimonialista. Isso não gera concorrência, tampouco melhorias nas estatais, nem modernização da infraestrutura e afins. Ou seja, devemos analisar se há bons resultados financeiros nas empresas, não ficar só aplicando mais e mais verba. ” (Folha de São Paulo, 18 de abril de 2018, pág. A2)

Outra discussão é colocada em questão pelo editorial do dia 17 de julho de 2018, "Sinecura patronal". O “sistema S” no governo do então presidente Bolsonaro, o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, juntamente com setores empresariais, acabaram por extinguir a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical, com acusações de que o imposto servia apenas para “banciar militantes que não querem trabalhar” (Folha de São Paulo, 17 de julho de 2017). O fim do imposto sindical acabou por afetar uma gama de entidades laborais e patronais que tiveram suas portas fechadas. Apesar disso, o editorial ressalta o alto custo, ressaltado pelo então ministro da Fazenda, Paulo Guedes, do “sistema S”, visto que

"Instituições como o Sesi, Senai e Sesc, para citar alguns dos exemplos mais conhecidos, recebem anualmente algo entre R\$ 16 bilhões e R\$ 17 bilhões, provenientes de descontos nas folhas de pagamento. Já a arrecadação total do tributo eliminado pela reforma trabalhista rondava os R\$ 3 bilhões.” (Folha de São Paulo, 17 de julho de 2017).

Além disso, o patrimonialismo é citado no editorial como sendo fruto de uma política de cargos para serem utilizados como trampolim eleitoral. Na medida em que o próprio editorial cita, o jornal em questão acabou por realizar um levantamento dos presidentes das 99 entidades dos sistemas em questão e acabou por relatar que 61 acabam sendo presididos por pessoas que estão no posto há mais de 8 anos; alguns chegam a duas décadas ou mais no comando.

“O objetivo da perpetuação no poder não raro descamba para o clientelismo, com a distribuição de

favores destinados a enfraquecer oposições. Nos episódios mais graves, chega-se ao desvio de verbas; no entanto, há mais distorções.

Os cargos também servem como trampolim eleitoral. Um dos exemplos maisnotáveis é o de Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) desde 2004, atualmente licenciado para se candidatar ao Palácio dos Bandeirantes pelo MDB." (Folha de São Paulo, 17 de julho de 2017).

No dia 25 de novembro de 2019, no editorial "O Papagaio do Ministro", é discutido o vício do patrimonialismo de misturar os interesses privados com a política, utilizando como exemplo dessa péssima mistura as medidas tomadas pelo Ibama. O Ibama, maior órgão de conservação da biodiversidade, acabou sendo desmontado pelo então presidente, Eduardo Bim, que foi indicado pelo presidente Bolsonaro. Na medida em que o então presidente do órgão acabou passando por cima da legislação ambiental para regularizar a situação do papagaio pertencente ao ministro Geraldo Fernandes do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O próprio jornal pesquisou se havia alguma relação do presidente do Ibama com o ministro do STJ e acabou descobrindo que há uma relação de amizade entre ambos. Ou seja, Eduardo Bim passou por cima da legislação ambiental para que seu amigo, o ministro Geraldo Fernandes, pudesse continuar tendo a tutela de uma arara-azul, um animal que está em risco de extinção, como bem elucidado pelo editorial: 'Tudo somado, persiste o vício patrimonialista de mesclar interesses privados às políticas públicas, desta vez às custas dos inteligentes e eloquentes papagaios.' (Folha de São Paulo, 25 de nov. de 2019, pág. A2)

Outro ponto muito criticado pelos jornalistas está no patrimonialismo como uma 'perda total' do progresso nacional. Na medida em que relatam os jornalistas, o que resulta do patrimonialismo é o desastre regressista, talvez com 'perda total' (O GLOBO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, busco sintetizar os resultados que apontam para uma “vulgarização” do conceito de patrimonialismo no debate público brasileiro. Foram analisadas 122 colunas dos jornais FSP e O Globo, em que ambos acabaram sendo divididos em categorias-chave e, posteriormente, analisados. Ressalta-se que houve, ao longo da pesquisa, a inserção dos editoriais, tornando-se cruciais para a compreensão de como as empresas jornalísticas lidam com o problema.

Ao longo da análise, ficou claro que o conceito de autoria de Weber passou por uma série de diferentes interpretações, acabando por ultrapassar os limites originalmente propostos. A compreensão acadêmica originalmente delineada por Weber transcendeu o seu âmbito original para se tornar parte integrante do debate público brasileiro em versões simplificadas e vulgares. Este fenômeno reflete não só a complexidade inerente ao próprio conceito, mas também o seu impacto generalizado na esfera pública, onde é acessível a um público mais vasto de forma simplificada.

Integrar a autoria de Weber no debate público, embora enriquecedor em escopo, também convida a interpretações mais superficiais que às vezes carecem da profundidade original do conceito. Esta mudança do âmbito acadêmico para o público significou não apenas a disseminação, mas também uma mudança no significado subjacente, com consequências para a compreensão popular da autoria no contexto do pensamento weberiano.

Neste cenário, o patrimonialismo transcende o seu estatuto original de conceito sociológico e transforma-se numa expressão de corrupção institucionalizada. Observou-se o uso do termo "patrimonialismo" para descrever práticas que minam princípios éticos e legais. Em vez de ser um instrumento para o bem comum, o Estado é frequentemente caracterizado como uma extensão da propriedade privada de poucos.

A contínua emergência do conceito de patrimonialismo nos debates públicos, observada nos canais de mídia, reflete a importância da teoria sociológica na interpretação dos desafios que a sociedade brasileira enfrenta, ainda que com sentidos distorcidos. Escritores clássicos de humanidades, como Max Weber, surgem como referências-chave rapidamente citadas por jornalistas e analistas devido à sua capacidade de fornecer uma lente analítica para a compreensão das complexidades da realidade política e social de um país.

Contudo, é importante ressaltar que esta presença continuada no discurso público leva à discussão de uma compreensão mais profunda do conceito. Em alguns contextos jornalísticos, a simplificação do termo pode, por vezes, reduzir a riqueza do conceito. Portanto, é necessária uma análise crítica dessas referências para obter uma compreensão mais completa e precisa dos problemas que a teoria de Weber aborda no cenário político brasileiro.

O conceito weberiano muitas vezes é erroneamente associado a uma ideia de corrupção, uma percepção alimentada pela utilização de Jessé Souza como referência por parte de jornalistas. Ele destaca a confusão histórica entre o público e o privado na antiguidade, ressaltando que monarcas detinham propriedade sobre todos os recursos de seus reinos. No entanto, essa perspectiva não se aplica à realidade contemporânea, uma vez que a corrupção se manifesta como um fenômeno intrínseco ao Estado moderno.

É crucial reconhecer a evolução do conceito de corrupção ao longo da história. Na antiguidade, a concepção de propriedade dos monarcas sobre o reino não era rotulada como corrupção, uma vez que não se enquadrava nos parâmetros do Estado moderno. Jessé Souza argumenta de forma pertinente que o patrimonialismo, nesse contexto, não deve ser equiparado à corrupção, especialmente em sociedades contemporâneas onde as fronteiras entre as esferas pública e privada ainda não estão claramente definidas.

Em ambos os jornais, o patrimonialismo, ou seja, a confusão entre o público e o privado, acabou sendo frequentemente associado de maneira simplista a práticas de corrupção e disfunções na administração pública. Jornalistas e a própria empresa (via editorial) buscam afirmar seus argumentos através de supostos fatos historiográficos. Um dos argumentos visto com bastante frequência está na colonização portuguesa, na medida em que o processo de colonização acabou deixando fortes “raízes” no “Novo Mundo Português”, ou seja, o patrimonialismo brasileiro acabou sendo enraizado no Brasil pela colonização, assim Portugal vê-se colocado entre paredes por ser o responsável pelo “adultério” secular entre o público e o privado.

O debate sobre se o patrimonialismo constitui corrupção ainda é acalorado na mídia. Isso porque não está relacionado apenas ao debate sobre o conceito em si, mas também ao recente escândalo de corrupção ocorrido no Brasil. O Globo, jornal conhecido por seu viés mais conservador, procurou reforçar a ideia de que o

patrimonialismo esteve intimamente associado à corrupção ao longo da história republicana. Em um dos editoriais analisados, o jornal destacou casos emblemáticos como o escândalo dos anões do Orçamento, a nomeação de Gilmar Mendes (padrinho do então presidente FHC) para o Supremo Tribunal Federal (STF) e a nomeação de advogados petistas ao STF. Exemplos famosos como Mensalão e Lava Jato também são citados. Do ponto de vista do artigo, o patrimonialismo é identificado como uma característica profundamente enraizada na política brasileira, além de seu status inicial como conceito acadêmico.

De acordo com esta visão, o patrimonialismo não é apenas um conceito distante, mas uma força que atua profundamente na política nacional. Ao vincular o conceito a acontecimentos concretos, O Globo defende que o patrimonialismo não é apenas um problema teórico, mas uma realidade concreta que permeia o cenário político brasileiro, reforçando a necessidade de abordar e enfrentar essa dinâmica na esfera pública. Em ambos os jornais, as estatais aparecem como locais para dar empregos aos “entes queridos” dos políticos e para servir como cabide de empregos, ou seja, a máquina pública, que deveria servir a todos como um bem comum, passa a ser loteada para os entes e partidos políticos, sendo uma verdadeira política do “toma lá, dá cá”, ocasionando o péssimo bem-estar social ao qual a população brasileira está submetida.

O argumento político-moral acabou ganhando mais destaque na pesquisa devido aos altos índices de aparição dentro das colunas e editoriais. O patrimonialismo, em sua dimensão político-moral, acaba sendo um grande “vilão” do insuficiente desenvolvimento socioeconômico, na medida em que há uma “privatização tosca” da máquina pública por parte da ala governamental. Para ambos os jornais, o loteamento da máquina pública apresenta um problema na falta de especialização dessas indicações. Além disso, os jornais ressaltam que essa problemática acaba sendo enfrentada em todos os governos, seja de esquerda, direita ou centro, todos bebendo da mesma fonte estendendo suas raízes, assim o patrimonialismo acaba sendo um problema insuperável.

Nos termos dos jornais analisados, o patrimonialismo serve como uma ferramenta para expor as fragilidades e os problemas do governo, revelando a ação de mecanismos e práticas prejudiciais à sociedade.

No Jornal O Globo, a jornalista Miriam Leitão acaba por ser crucial para o entendimento do tema, haja vista que ela é autora da imensa maioria das colunas.

Para a jornalista, o patrimonialismo acaba ocasionando uma série de problemas no Estado, sobretudo a “perda total” do Estado Progressista quando ele acaba sendo assumido como uma extensão familiar, fazendo referência à teoria freyriana de Estado. A jornalista faz alusão à administração petista que ao longo dos anos não conseguiu se desvencilhar do patrimonialismo; pelo contrário, acabou reformulando um novo tipo de patrimonialismo: o endêmico. Ou seja, o patrimonialismo rompe os limites de Brasília, sendo totalmente presente em todos os espaços públicos aos quais o PT possuía filiação, ou seja, governos estaduais e municipais.

As páginas dos jornais frequentemente ecoam críticas acirradas em relação às "disputas judiciais" que ocorrem entre os três poderes e a notável verticalidade que os caracteriza. Nesse contexto, os jornalistas destacam como os laços de amizade e afinidade no âmbito jurídico podem influenciar de maneira significativa as decisões tomadas nos processos legais. Para muitos jornalistas, a preocupação central reside no agravamento do patrimonialismo no seio do sistema judiciário, o que culmina na percepção de que "a lei é para todos, exceto para aqueles que compartilham a mesma esfera de atuação". Essa questão enfatiza a importância da independência e da imparcialidade na aplicação da lei e levanta preocupações legítimas acerca da integridade do sistema judiciário em sociedades democráticas.

O debate sobre se o patrimonialismo pode ser considerado sinônimo de corrupção continua acirrado na mídia, sendo alimentado não apenas pela discussão do conceito em si, mas também pelos recentes escândalos de corrupção no Brasil. O jornal O Globo, conhecido por sua abordagem mais conservadora, procura consolidar a ideia de que o patrimonialismo está intrinsecamente ligado à corrupção ao longo da história republicana do país. Em um dos editoriais examinados, o jornal destaca casos emblemáticos, como o escândalo dos anões, a nomeação de Gilmar Mendes para o Supremo Tribunal Federal (STF) por FHC (padrinho de seu filho) e a indicação de advogados do PT para o STF. Exemplos notórios, como Mensalão e Lava Jato, também são mencionados. Na perspectiva do artigo, o patrimonialismo é identificado como uma característica profundamente enraizada na política brasileira, transcendendo seu status inicial como um conceito acadêmico.

É fundamental ressaltar que o presente trabalho está sujeito a limitações temporais e analíticas, uma vez que abrange o período de 2016 a 2021. Esse intervalo compreende o período pós-impeachment, marcado pela queda da esquerda e pela ascensão do centro, até o terceiro ano do mandato da direita, com Jair Messias

Bolsonaro, delimitando, assim, sua abordagem temporal.

Adicionalmente, é importante destacar que a opinião do jornalista aqui apresentada não representa necessariamente a posição editorial do veículo de comunicação. As opiniões expressas nas colunas jornalísticas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não refletem obrigatoriamente o posicionamento oficial do jornal.

Em conclusão, com base na pesquisa realizada, é possível observar que em ambos os jornais, existe uma interpretação do patrimonialismo como um componente intrínseco ao funcionamento do Estado. Essa interpretação deve ser compreendida como uma leitura peculiar do conceito weberiano de patrimonialismo por parte do debate público brasileiro em jornais, que se constrói a partir da recepção desse conceito no país pelos ensaístas da geração de 1930, notadamente Sérgio Buarque de Holanda, para quem as práticas patrimonialistas estariam na raiz dos bloqueios à racionalidade formal-legal no Brasil.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de.; HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. **COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CONSUMO**. São Paulo, vol. 5 n. 14 pag. 149 – 170, nov. 2008.

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **Alceu Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 3, n. 6, p. 93-121, 2003.

ALECRIM, Mylena Souza. “**O fim de todos os males**”: O debate editorial do impeachment de Dilma Rousseff nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. 2020. Orientador: Leonardo F. Nascimento. 194 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo(1989-2002)**: O neoliberalismo em questão.2012. Tese(Doutorado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D.. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 204–218, ago. 2014.

BIROLI, Flávia. O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia. *In*: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 21., 2012, Juiz de Fora (MG).

Anais... Juiz de Fora: Compós, 2012.

BOTELHO, André. (2013). Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Lua Nova**, (90), 331-366. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000300012>

BOURDEU. **Sobre a televisão**: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 1997.

CAMPANTE, Rubens G. (2003). O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, 46(1), 153-193. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000100005>

CARVALHO, R. V. A. **Campanhas eleitorais e comunicação midiática**: ciclos de mudança e continuidade. Fortaleza: Edições UFC, 2013. 377.

CHARMAZ, K. **A Construção da Teoria Fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COUTO, Elvis Paulo. As Raízes do Patrimonialismo de Estado no Brasil. **Revista Habitus**: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 100-112, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

FANTINATTI, Márcia. A cobertura jornalística da campanha pelas “Diretas já”: o fantasma que ainda assombra a história da Rede Globo. **Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo. 2007.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. P. Alegre, Globo, 1976. Cap. 1 (Origem do Estado português) e Cap. Final (A viagem redonda: do Patrimonialismo ao Estamento).

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização”. **Matrizes**. São Paulo, ano 1, nº 1, 2008, pag. 89-105.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, 2008a.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica [1975]. São Paulo, Globo, 2006.

FRANCO, Maria S. Carvalho (1976). As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, 1, 61-64.____. **Homens livres na ordem escravocrata** [1969]. São Paulo, Editora da Unesp, 1997.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, Vol. 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

GOMES, W. S. Sobre a transformação da comunicação e política na era da comunicação de massa. In: **XIII Encontro Anual da Compós**, 2004, S. Bernardo do

Campo - SP. XIII Encontro Anual da Compós, 2004.11.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4ª ed. revista pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

MCCOMBS, M. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MESQUITA, Kamila; RUÃO, Teresa; ANDRADE, José Gabriel. **Transformações da comunicação organizacional**: novas práticas e desafios nas mídias sociais. 2020.

MIGUEL, Luís. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 331 pag.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51), pag. 123–140, 2003.

_____. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus (Dinamarca), v. 3, p. 43-70, 2001.

_____. **O colapso da democracia no Brasil**: Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019, 216 pag.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. **LUA NOVA**, [S.l.] Nº 55-56. 2002.

NASCIMENTO, Leonardo F. Combinando webscraping em R e ATLAS.ti na pesquisa em ciências sociais: as possibilidades e desafios da sociologia digital. In: **18º Congresso de Sociologia**. Brasília, jul. 2017.

PAIXÃO, Patrícia. Linha editorial no Jornalismo brasileiro: Conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. **Revista ALTERJOR**, ano 08– v. 01 Edição 17– jan.-jun. de 2018, pag. 90-108.

PARANHOS, R. et al. Uma introdução aos métodos mistos em Ciência Política. In: **Sociologias**, v. 18, n. 42, 19 ago. 2016.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três estrelas, 2012.

PRIOR, Helder. O escândalo político como experiência narrativa. **Brazilian journalism research**, vol. 11, n. 2, 2015, pag.100-119.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. Patrimonialismo: o debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 23, p. 204-227, 2021.

REGINATO, Gisele Dotto; BENETTI, Márcia. As finalidades do jornalismo para os leitores: estudo da audiência dos jornais Folha, Globo e Estadão. **Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Encontro Anual (COMPÓS).(26.: 2017 jun. 06-09: São Paulo, SP).[Anais]. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017., 2017.

REZENDE, G.S. A Formação Social do Estado Brasileiro: origens e a modernização no pensamento político institucional. **Revista Mosaico**, v.11, n.2, p. 02 -10, 2020.

RODRIGUES, Paulo Roberto Santos; BINDA, Victor Carvalho. **Introdução ao uso de bibliotecas python voltadas para criptografia de dados**. 2019.

SCHWARCZ, Lilia M. (2019). **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARTZMAN, S. A Atualidade de Raymundo Faoro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 207-213, 2003.

_____. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____.(2015). Livros de Simon Schwartzman radiografam o Brasil contemporâneo. Entrevista com Simon Schwartzman. **Jornal da UNICAMP**, 622, 6-7.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e VIANNA, Oliveira**. *Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito*, v. 1, p. 203-223, 2006.

Disponível

em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25998-26000-1_PB.htm>.

Acesso em: 5 nov.2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

_____. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. **Subcidadania brasileira**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. -Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005, 224p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. Brasília: UNB, 2015.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2. Brasília: UNB, 2015.